

NÓS PROPOSTA
PROPOMOS!
Goiás

**CONSTRUÇÃO
DO PENSAMENTO
GEOGRÁFICO E
ATUAÇÃO CIDADÃ**

Karla Annyelly Teixeira de Oliveira
Lana de Souza Cavalcanti
Loçandra Borges de Moraes
[Org.]



NÓS PROJETO
PROPOMOS!
Goiás

**CONSTRUÇÃO
DO PENSAMENTO
GEOGRÁFICO E
ATUAÇÃO CIDADÃ**

Karla Annyelly Teixeira de Oliveira
Lana de Souza Cavalcanti
Loçandra Borges de Moraes
[Org.]



GOIÂNIA, GO | 2022

Aos leitores e leitoras,

Acompanho as atividades do projeto **Nós Propomos! Goiás** desde seu início no segundo semestre de 2019, não tão de perto como gostaria e seria necessário, pois a pandemia da COVID-19 cerceou as possibilidades de contatos diretos insubstituíveis, reduzidos a visualizações em *meets*, *zooms*, *lives* e similares. Aqueles e aquelas que compartilham comigo o prazer de folhear livros em livrarias sabem que, além da capa, os textos que aparecem na contracapa ou “orelhas” constituem formas de seduzir e capturar o leitor para a compra/leitura do livro todo. Convidada pelas organizadoras, assumi a tarefa de tecer um texto para enredar os curiosos e conduzi-los a penetrar no *reino das palavras*, usando o convite de *Carlos Drummond de Andrade*, em *Procura de poesia: Chega mais perto e contempla as palavras./ Cada uma/ tem mil faces secretas sob a face neutra/ e te pergunta, sem interesse pela resposta, pobre ou terrível, que lhe deres: Trouxeste a chave?*

Em primeiro lugar, este livro materializa as experiências do projeto de pesquisa **Nós Propomos! Goiás**, contemplado pelo edital de pesquisa “Anos Finais do Ensino Fundamental – Adolescências, Qualidade e Equidade na Escola Pública”, da Fundação Carlos Chagas, em parceria com o Itaú Social. Mas, se esperam encontrar um relatório formal e sisudo, suas chaves não vão abri-lo pois os textos aqui reunidos, bem fundamentados, trazem reflexões de todos os sujeitos envolvidos no projeto. Desde os formuladores, coordenadores e

membros da equipe do projeto, até os professores das escolas e alunos, todos produziram textos que, em seu conjunto, escrevem história viva do projeto que compartilham com os leitores.

Se trouxeram a chave certa, vão apreender que se trata de um projeto de pesquisa cuja metodologia foi criada pela Universidade de Lisboa e vem sendo desenvolvida em várias cidades no Brasil e em outros países. A versão do Nós Propomos Goiás coloca em foco o conceito de cidadania territorial articulada com os fascículos didáticos da Rede de Ensino e Pesquisa em Educação e Cidade (REPEC), com foco na pesquisa colaborativa. Trata-se de uma proposta de aprender Geografia identificando, analisando e propondo soluções para os problemas do seu entorno. Nos vários textos que compõem o livro, os leitores vão apreender como os alunos realizaram essa proposta, pesquisaram os problemas, discutiram e apresentaram os resultados em seminários e encaminharam propostas de solução aos gestores públicos.

Aprendendo Geografia construindo a cidadania e tornando-se cidadãos via aprendizagem da Geografia.

Use suas chaves para penetrar na teia, apreender e multiplicar essas ideias e experiências.

Eurize Caldas Pessanha

Março de 2022

© Autoras e autores – 2022

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Comissão Técnica do Sistema Integrado de Bibliotecas Regionais (SIBRE),
Catalogação na Fonte.



C&A ALFA
COMUNICAÇÃO

Presidente
Luiz Carlos Ribeiro

Revisão Geral
Paulo Maretti

Projeto Gráfico
Adriana Almeida

Conselho Editorial

Andréa Coelho Lastória (USP/Ribeirão Preto)
Carla Cristina Reinaldo Gimenes de Sena (UNESP/Ourinhos)
Carolina Machado Rocha Busch Pereira (UFT)
Denis Richter (UFG)
Eguimar Felício Chaveiro (UFG)
Lana de Souza Cavalcanti (UFG)
Loçandra Borges de Moraes (UEG/Anápolis)
Míriam Aparecida Bueno (UFG)
Vanilton Camilo de Souza (UFG)

Capa: Camila Alves Duarte

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
(Elaboração: Filipe Reis – CRB 1/3388)

C758 Projeto Nós Propomos! Goiás. Construção do pensamento geográfico e atuação cidadã / Karla Annyelly Teixeira de Oliveira, Lana de Souza Cavalcanti, Loçandra Borges de Moraes (Org.). – Goiânia : C&A Alfa Comunicação, 2022.

255 p. ; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-89324-47-8 (digital)
ISBN 978-65-89324-46-1 (físico)

1. Ensino de Geografia. 2. Cidadania territorial. 3. Formação cidadã.
I. Oliveira, Karla Annyelly Teixeira de. II. Cavalcanti, Lana de Souza. III.
Moraes, Loçandra Borges de.

CDU: 911

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Apresentação..... | 11 |
| Prefácio – Geografia é cidadania, cidadania territorial | 17 |
| <i>Sérgio Claudino</i> | |

BASES TEÓRICO-METODOLÓGICA

| | |
|--|----|
| O Projeto Nós Propomos! Goiás: concepção teórica e metodológica..... | 23 |
|--|----|

Loçandra Borges de Moraes

Lorena Francisco de Souza

Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes

Priscylla Karoline de Menezes

| | |
|---|----|
| Ensinar Geografia numa perspectiva da participação cidadã: mediação didática e protagonismo docente | 43 |
|---|----|

Alexsander Batista e Silva

Cláudia do Carmo Rosa

Leovan Alves dos Santos

Vanilton Camilo de Souza

Projetos de investigação e as suas contribuições ao desenvolvimento do pensamento geográfico e a cidadania no ensino fundamental, anos finais 61

karla Annyelly Teixeira de Oliveira

Lana de Souza Cavalcanti

Maria Eduarda Andrade de Faria

Valdiney Vieira da Silva

INVESTIGAÇÕES SOBRE CIDADE, CAMPO E A VIDA EM DIFERENTES CONTEXTOS

Formação cidadã técnico-profissional: potencialidades da Geografia nos cursos técnicos integrados ao ensino médio. . . . 93

Michel Rezende da Silveira

Espaço Urbano e Cidadania: propostas na área de saneamento para mitigar os problemas ambientais da comunidade escolar. 115

Onofre Pereira Aurélio Neto

Rodolfo Ferreira Alves Pena

Dos problemas locais à atuação cidadã: violência urbana e relação cidade/campo em Inhumas (GO) 135

Claudia do Carmo Rosa

Irineia Alves Rodrigues

Luzia Cristina Vieira

Mônica Liliane dos Santos

Ensino de Geografia para a cidadania: a experiência do Colégio Estadual Mané Ventura em Aparecida de Goiânia-GO 153

Eva Vieira dos Santos Cardoso

Camila Alves Duarte

Alexsander Batista e Silva

INVESTIGAÇÕES SOBRE POPULAÇÃO, PATRIMÔNIO E CIDADANIA

| | |
|--|-----|
| Bacia hidrográfica e mobilidade urbana no contexto do Projeto Nós Propomos! Goiás | 175 |
| <i>Cleiton Aparecido Diniz</i> | |
| <i>Lorena Francisco de Souza</i> | |
| <i>Domitila Theil Radtke</i> | |
| | |
| A Geografia do patrimônio cultural do município de Senador Canedo-GO. | 189 |
| <i>Ícaro Felipe Soares Rodrigues</i> | |
| <i>Isabella Luiza Fernandes</i> | |
| | |
| A EJA e o direito à cidade: o problema da intolerância religiosa frente à condição cidadã | 211 |
| <i>Magno Emerson Barbosa da Silva</i> | |
| <i>Mirianete Eire dos Santos</i> | |
| | |
| Educação libertária e libertadora e as proposições para o ensino de Geografia no CEPI Gomes de Souza Ramos, em Anápolis (GO) | 233 |
| <i>Rafaela de Paula Oliveira</i> | |
| <i>Wagner Humberto de Souza</i> | |
| | |
| Sobre os/as autores/as. | 247 |

Apresentação

A proposta de organização deste livro surgiu da necessidade de sistematizar e divulgar a experiência da pesquisa sobre a implementação do projeto *Nós Propomos! Goiás*, por meio da Geografia escolar no Ensino Fundamental, no período de 2019 a 2021.

A realização da investigação nesse nível de ensino foi motivada e impulsionada pelo edital de pesquisa “*Anos Finais do Ensino Fundamental – Adolescências, Qualidade e Equidade na Escola Pública*”, lançado no final de 2018 pela Fundação Carlos Chagas, em parceria com o Itaú Social. No certame, fomos um dentre os quatorze projetos selecionados. Até então, a nossa investigação estava sendo feita no Ensino Médio.

A nossa aposta no trabalho teve como base a experiência exitosa em 2018, conforme o artigo do Michel Silveira neste livro, e também de outros trabalhos que já vinham sendo feitos nessa linha de cidade e cidadania na expectativa de promover o desenvolvimento conceitual e a atuação cidadã dos jovens escolares, a partir da linguagem geográfica.

O foco do *Nós Propomos* é que os alunos em grupo, investiguem os problemas do contexto local e apresentem propostas para a sua superação em um seminário acadêmico e para os gestores públicos, propiciando assim uma formação cidadã. É uma proposta metodológica criada na Universidade de Lisboa, que foi internacionalizada ao ser adotada por muitos países e que está presente em várias cidades e estados brasileiros.

Em cada lugar, o projeto assume suas particularidades. Aqui em Goiás, trabalhamos a partir da Geografia centrando nos temas da cidade e da cidadania territorial. Nosso projeto configura-se como uma pesquisa aplicada de caráter colaborativo entre pesquisadores da universidade e da escola. Com essa estrutura, aplicamos a metodologia por três períodos letivos. Em 2018, com o público do Ensino Médio, tivemos cerca de 100 alunos de três instituições escolares localizadas nas cidades de Iporá, Inhumas, e Cidade de Goiás. Com alunos dos anos finais do Ensino Fundamental regular e também na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, em 2020 foram 53 alunos de 6 escolas e no ano de 2021 foram 58 alunos de 7 escolas parceiras das seguintes cidades: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Nova Veneza, Inhumas, Senador Canedo e Anápolis.

Em função do comprometimento da equipe da pesquisa, professores e estudantes das universidades e das escolas envolvidas, mesmo com a pandemia e as devidas adaptações, foi possível a conclusão da investigação e a produção deste livro.

O livro segue organizado em três seções, sendo a primeira dedicada à abordagem das bases metodológicas, bem como de alguns resultados mais gerais da pesquisa como um todo. As duas últimas, por sua vez, apresentam de forma mais detalhada o desenvolvimento da metodologia na abordagem de diferentes problemas locais no contexto das unidades escolares.

A primeira seção denominada *Bases teórico-metodológicas* é constituída por três artigos escritos por professores de instituições

de ensino superior e estudantes de pós-graduação que participaram em alguma etapa do desenvolvimento da pesquisa.

O primeiro artigo, *O projeto Nós Propomos! Goiás – concepção teórico-metodológica*, caracteriza a metodologia do *Nós Propomos!* no estado de Goiás, com ênfase na abordagem do conceito de cidadania territorial e na articulação dessa metodologia com os fascículos didáticos da Rede de Ensino e Pesquisa em Educação e Cidade (REPEC).

O protagonismo do professor de Geografia no processo de construção do conhecimento geográfico na escola é o foco do segundo artigo, *Ensinar geografia numa perspectiva da participação cidadã: mediação didática e protagonismo docente*. O texto aborda uma perspectiva de mediação didática centrada na pesquisa-ação crítico-colaborativa e na autonomia docente com vistas à formação para a cidadania.

O pensamento geográfico e as ações cidadãs dos alunos é o assunto do último texto desta parte, *Projetos de investigação e suas contribuições ao desenvolvimento do pensamento geográfico e a cidadania no Ensino Fundamental -- Anos Finais*. No artigo, os projetos dos discentes são analisados tendo como referência as contribuições da metodologia do *Nós Propomos! Goiás* para o desenvolvimento conceitual e cidadão dos escolares.

A segunda seção nomeada *Investigações sobre cidade, campo e a vida em diferentes contextos* é constituída por quatro artigos que foram escritos por professores das escolas, estudantes de graduação e pós-graduação e professores supervisores que participaram em alguma etapa de desenvolvimento da pesquisa.

O primeiro artigo é denominado *Formação cidadã técnico-profissional: potencialidades da Geografia nos cursos técnicos integrados ao ensino médio*. Nele são apresentados os resultados de projetos desenvolvidos em turmas de terceiro ano dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio das áreas de agropecuária, química e desenvolvimento de sistemas, do Instituto Federal Goiano

– Câmpus Iporá. Trata-se da primeira versão do Projeto *Nós Propomos* realizado em Goiás, nos anos de 2018 e 2019, o qual se constituiu em laboratório para a elaboração do projeto voltado aos anos finais do Ensino Fundamental, cujos resultados estão apresentados nos demais artigos deste livro.

O segundo artigo, nomeado *Espaço urbano e cidadania: propostas na área de saneamento para mitigar os problemas ambientais da comunidade escolar*, traz os resultados das investigações realizadas na Escola Municipal João Vieira da Paixão, localizada no município de Goiânia. Nessa escola, os projetos versaram sobre saneamento básico, especialmente, os problemas relativos à rede de esgoto e à destinação do lixo em locais inapropriados.

O terceiro artigo, *Dos problemas locais à atuação cidadã: violência urbana e relação cidade/campo em Inhumas (GO)*, traz os resultados de duas investigações realizadas por alunos do Colégio Estadual Rui Barbosa, localizado no município de Inhumas. Os estudos destacam dois contextos diferentes em um município que, embora mantenha características rurais, apresenta problemas típicos das grandes aglomerações urbanas.

No último artigo desta seção, *Ensino de Geografia para a cidadania: a experiência do Colégio Estadual Mané Ventura em Aparecida de Goiânia (GO)*, as problemáticas estudadas são sobre um município conurbado a Goiânia que apresenta dificuldades típicas de grandes aglomerações urbanas. Dentre os problemas existentes nas proximidades da escola, os alunos escolheram investigar sobre as queimadas, o lixo e a degradação de um curso d'água vizinho.

A terceira e última seção do livro, *Investigações sobre população, patrimônio e cidadania*, é constituída também por quatro artigos que foram escritos por professores das escolas e uma aluna, estudantes de graduação e pós-graduação e professores supervisores que participaram em alguma etapa de desenvolvimento da pesquisa.

O primeiro artigo, *Bacia hidrográfica e mobilidade urbana no contexto do Projeto Nós Propomos! Goiás*, foi escrito pela equipe do Centro Educacional de Período Integral José Peixoto, localizado no município de Nova Veneza. Aspectos constitutivos de uma bacia hidrográfica, sua ocupação e uso foram foco de uma das pesquisas. A outra investigação assentou-se, principalmente, em averiguar as causas e consequências da migração pendular para Goiânia.

O segundo artigo, *A Geografia do patrimônio cultural no município de Senador Canedo (GO)*, apresenta os resultados da pesquisa realizada pela equipe da Escola Municipal Luzia Maria de Siqueira, localizada no município de Senador Canedo. Essa escola participou do projeto apenas no ano de 2021, tendo realizado uma pesquisa com o intuito de obter e divulgar informações sobre o patrimônio cultural do município, que se encontra em acelerado processo de destruição.

O penúltimo artigo do livro, *A EJA e o direito à cidade: o problema da intolerância religiosa frente à condição cidadã*, escrito pelo professor de Geografia e uma aluna da EJA da Escola Municipal Jardim América, localizada em Goiânia, aborda aspectos intrínsecos à Educação de Jovens e Adultos e ao público que integra essa modalidade de ensino.

Educação libertária e libertadora e as proposições para o ensino de Geografia no CEPI Gomes de Souza Ramos, em Anápolis (GO) é o artigo que fecha o livro. A discussão relaciona a proposta metodológica do *Nós Propomos! Goiás* com as disciplinas eletivas e os projetos de Protagonismo Juvenil, existentes nas escolas de tempo integral em Goiás, e seus possíveis reflexos na aprendizagem e na saúde mental dos alunos.

Na expectativa de contribuir para a divulgação da metodologia do *Nós Propomos!* e de que ela possa ser utilizada por mais professores, escolas e até mesmo pelas redes de ensino, deixamos aqui o registro da nossa experiência pelo viés da Geografia escolar. Que

nossos professores e jovens tenham cada vez mais protagonismo e atuação cidadã, tanto na escola quanto na sociedade.

Agradecemos aos autores, especialmente, aos professores da educação básica, que, além de terem implementado o projeto, puderam refletir e sistematizar o percurso didático realizado. Desejamos uma boa leitura!

As organizadoras.

Prefácio

GEOGRAFIA É CIDADANIA, CIDADANIA TERRITORIAL

SÉRGIO CLAUDINO

Entre os dias 8 e 10 de maio de 2014, na Universidade de Sevilha/Espanha, participei num seminário do Projeto “Estrategias de formación del profesorado para educar en la participación ciudadana”, coordenado pelo Professor Francisco Garcia Pérez/Paco. Participavam também queridos colegas e amigos do Brasil, de várias universidades, entre eles a Professora Lana Cavalcanti, da Universidade Federal de Goiás, que agora, com a Professora Karla Oliveira e a Professora Loçandra de Moraes, organizam este magnífico livro *Projeto Nós Propomos! Goiás*. Como o nome do projeto da Universidade de Sevilha indica, investigava-se a formação de professores para a cidadania e, como se adivinha, estava muito em foco a formação de professores de Geografia. Nas nossas conversas de trabalho, explicavam as colegas brasileiras que o conceito de cidadania em educação não tinha, no Brasil, a divulgação, a generalização que, eventualmente, teria noutras paragens. Tendo uma relação intensa com colegas e instituições brasileiras, em especial por via do *Projeto Nós Propomos!*, pareceu-me poder confirmar isso mesmo em anos posteriores. Acrescento, como é justo, que há dimensões educativas

abordadas/trabalhadas no Brasil que são desvalorizadas em Portugal e, suponho, noutros países.

Ao percorrer os textos deste livro, *Projeto Nós Propomos! Goiás*, percebemos como há uma profunda mudança de 2014 para 2022. Dezenas de colegas que trabalham na educação geográfica, na universidade ou no ensino médio e fundamental praticam com os seus alunos uma Geografia para a cidadania, discutem a relação entre Geografia e cidadania, conceptualizam sobre Geografia e cidadania, sobre cidadania territorial, muito em particular. Muitos desses colegas pertencem ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica-LEPEG/IESA, da Universidade Federal de Goiás, um laboratório de referência em todo o Brasil – com o que isso significa de difusão do diálogo entre a Geografia e a cidadania territorial. Tendo sempre receio de me pronunciar sobre os méritos do *Projeto Nós Propomos!*, penso ser claro que ele está a dar um contributo decisivo para colocar a cidadania no centro, no coração, da educação geográfica. E isso deixa-me muito feliz.

Desde a sua consagração nos colégios elitistas iluministas, no final de XVIII, e no sistema educativo liberal de XIX, a Geografia sempre foi uma disciplina de cidadania, de definição de um modelo de cidadão – tanto quando considerava que aos filhos das classes dirigentes europeias cumpria conhecer o mundo por onde tinham o “direito” de se expandir como quando se preocupava em ensinar os novos sistemas sociais liberais, na perspetiva de um cidadão obediente, não de um jovem ativo. Pertencendo eu próprio a uma família com pequena tradição de intervenção cívica, sempre me impressionou que a Geografia, a “minha” disciplina, fosse um saber escolar mais de informação sobre o nosso mundo do que de compromisso com a participação ativa na construção das nossas comunidades.

O conceito de território remete diretamente para o exercício de poder (de “terror”), mas também para o espaço construído/transformato por uma comunidade e, por isso, de identidade da mesma – a identidade territorial. Afastando-me do conceito de espaço da escola

anglo-saxônica (que não se confunde exatamente com a aceção que lhe é dada por Milton Santos e pela escola brasileira de Geografia) e sentindo necessidade de precisar a cidadania em Geografia e na educação geográfica, em particular, pareceu-me oportuno criar o conceito de cidadania territorial. Ele significa, para mim, o compromisso ativo e esclarecido na resolução dos problemas socioambientais das comunidades em que nos integramos, em diferentes escalas. Mas, tal como o *Projeto Nós Propomos!*, o conceito de cidadania territorial será um filho e os filhos tornam-se independentes dos pais, fazem o seu percurso, reconstruindo-se nos contributos de todos os colegas que se apropriam e contribuem para o mesmo – como, de forma muito interessante, um grupo de colegas o faz neste livro. Mas é muito importante colocarmos no centro da nossa intervenção a cidadania territorial: este é um conceito que nos dá identidade, que nos fortalece. Não por acaso, em Portugal ele está a ser adotado em textos institucionais e no título de eventos organizados por associações socioprofissionais de Geografia. Esperamos que este transbordar do conceito para fora do *Projeto Nós Propomos!* signifique também o transbordar do objetivo de cidadania para toda a Geografia.

O *Projeto Nós Propomos! Goiás* faz-se na parceria. Ele mobiliza várias universidades, escolas e outras instituições, como a Fundação Carlos Chaga. Nos textos, temos a co-autoria de colegas das escolas e das universidades. Essa construção de parcerias corresponde ao que de melhor caracteriza o Projeto. Através do livro, percorremos a atividade desenvolvida entre 2018 e 2021, tendo sido os últimos anos particularmente duros, devido à pandemia. É efetuado um levantamento sistemático dos projetos desenvolvidos pelos alunos (um registo fundamental), a constatação de como surgiram dificuldades na operacionalização do *Projeto Nós Propomos!*, de como se reformulou numa segunda tentativa, de como alunos e professores se empenharam em construir, desde a escola e desde a Geografia, comunidades melhores, debruçando-se sobre problemas de diversas áreas.

A educação geográfica ganha renovado protagonismo e, sobretudo, renovada pertinência, ao trazer para a cidade, ao trazer para a sociedade, a cidadania. O *Projeto Nós Propomos!* é um protagonista desse objetivo, não será o único, mas tem orgulho nesta sua contribuição.

Uma última palavra para os alunos, os professores, os acadêmicos e todas as instituições que fazem o *Projeto Nós Propomos! Goiás* e este livro que o testemunha. Obrigado. Obrigado no sentido de agradecimento pelo trabalho desenvolvido, mas obrigado ainda no sentido de um compromisso que se assumiu e que se continua a assumir pela vida. Uma última nota, pessoal: o meu agradecimento por terem-me permitido juntar a todo/as o/as colegas e amigo/as em mais este marco *do Nós Propomos! Goiás*.



BASES TEÓRICO-
METODOLÓGICA

O PROJETO NÓS PROPOMOS! GOIÁS

Concepção teórica e metodológica

LOÇANDRA BORGES DE MORAES

LORENA FRANCISCO DE SOUZA

MARQUIANA DE FREITAS VILAS BOAS GOMES

PRISCYLLA KAROLINE DE MENEZES

O projeto *Nós Propomos! Goiás* está integrado à rede de ações do projeto “*Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica*”, do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), da Universidade de Lisboa, mantendo seus princípios, porém com objetivos específicos ao contexto das ações da Rede Ensino e Pesquisa Educação e Cidade (REPEC), coordenada pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica (LEPEG), da Universidade Federal de Goiás.

Em relação à inovação na educação geográfica, a rede *Nós Propomos!* aposta no ensino por meio da resolução de problemas para o fortalecimento da cidadania territorial. Com o intuito de alcançar esse objetivo, um dos seus eixos é o protagonismo dos estudantes, com vistas a desenvolver a responsabilidade na ação, numa perspectiva de desenvolvimento da autonomia. Essa se dá por meio do envolvimento do estudante em todo o processo de execução da pesquisa sobre o local – elaboração, execução e avaliação de situações problema, além do engajamento nas causas sociais de base territorial,

portanto, de interesse comunitário, na perspectiva de uma cidadania local com preocupações que, geralmente, extrapolam essa escala.

Quanto à cidadania territorial, no projeto ela é entendida como um processo de conhecimento articulado à ação crítica. Dessa maneira, compreende-se que ao apropriar-se do território o sujeito identifica-se, desenvolve sentimento de pertencimento e compromisso com a sociedade da qual faz parte. Há, nessa concepção, a perspectiva de uma cidadania cujo pensamento é voltado à ação, sendo esta última orientada pelo pensamento. Almeja-se com isso que haja a apropriação pelos estudantes dos instrumentos necessários para entender, posicionar-se e agir, com observância à justiça social e ambiental.

Neste artigo, busca-se apresentar mais detalhadamente as abordagens teórico-metodológicas empreendidas pelo Projeto *Nós Propomos! Goiás*, que é proposto e desenvolvido a partir do LEPEG, no contexto da formação da cidadania territorial com base em ações didáticas na escola para o protagonismo juvenil. O texto está dividido em três partes. Na primeira, apresentam-se os encaminhamentos metodológicos que orientaram as ações no projeto. Na segunda, abordam-se os fundamentos teóricos com ênfase na relação entre cidadania e território; por fim, na terceira e última parte, as experiências das ações, articuladas aos fascículos didáticos temáticos sobre a Região Metropolitana de Goiânia e o estado de Goiás. Desse modo, espera-se que o texto propicie ao leitor um panorama, mesmo que sumário, das concepções e princípios que embasaram as ações do projeto.

Aspectos teóricos, metodológicos e práticos do Projeto Nós Propomos! Goiás

O projeto *Nós Propomos! Goiás*, particularmente, tem como objetivo atuar no processo de formação do conhecimento geográfico dos estudantes em práticas espaciais cidadãs a partir do uso de projetos de intervenção, implementados em aulas de Geografia dos Anos

Finais do Ensino Fundamental, de modo associado ao uso dos fascículos didáticos da Rede de Pesquisa em Ensino de Cidade (REPEC).

Os fascículos, concebidos como material didático textual voltado ao aluno, contêm uma estrutura que busca problematizar e motivá-los a pensar no tema que está sendo abordado, bem como priorizar a representação e a ilustração dos lugares da vivência. Os textos são destinados à sistematização do conteúdo da Geografia e à sua ampliação, e têm como recorte espacial de análise o estado de Goiás e a Região Metropolitana de Goiânia. Os fascículos com textos, imagens e atividades contextualizadas com o local oferecem ao professor elementos para a problematização dos conceitos e conteúdos com os estudantes, articulando os dados empíricos coletados nos trabalhos de campo aos temas e conceitos científicos, com viés geográfico.

Portanto, ao articular a vivência cotidiana aos conceitos geográficos no formato de texto didático, os fascículos da REPEC tem um alto potencial de diálogo como a metodologia ativa do projeto *Nós Propomos!* Essa é a aposta do trabalho desenvolvido em Goiás.

Diferentemente de Portugal, onde as escolas se inscrevem, espontaneamente, para participar do projeto promovido pelo IGOT (CLAUDINO, 2014; 2019), em Goiás o *Nós Propomos* tem sido desenvolvido no formato de uma pesquisa aplicada, na qual as escolas são convidadas. Todavia, os princípios básicos do projeto são mantidos: “Identificação de problemas locais, realização de trabalho de campo e apresentação de propostas” (SOBRINHO, 2021, p. 188).

A perspectiva colaborativa de pesquisa é a metodologia adotada para aplicar o projeto nas escolas, isto é, propiciar os meios para que os alunos possam investigar os problemas locais e apresentar para eles soluções cidadãs, sob a leitura geográfica.

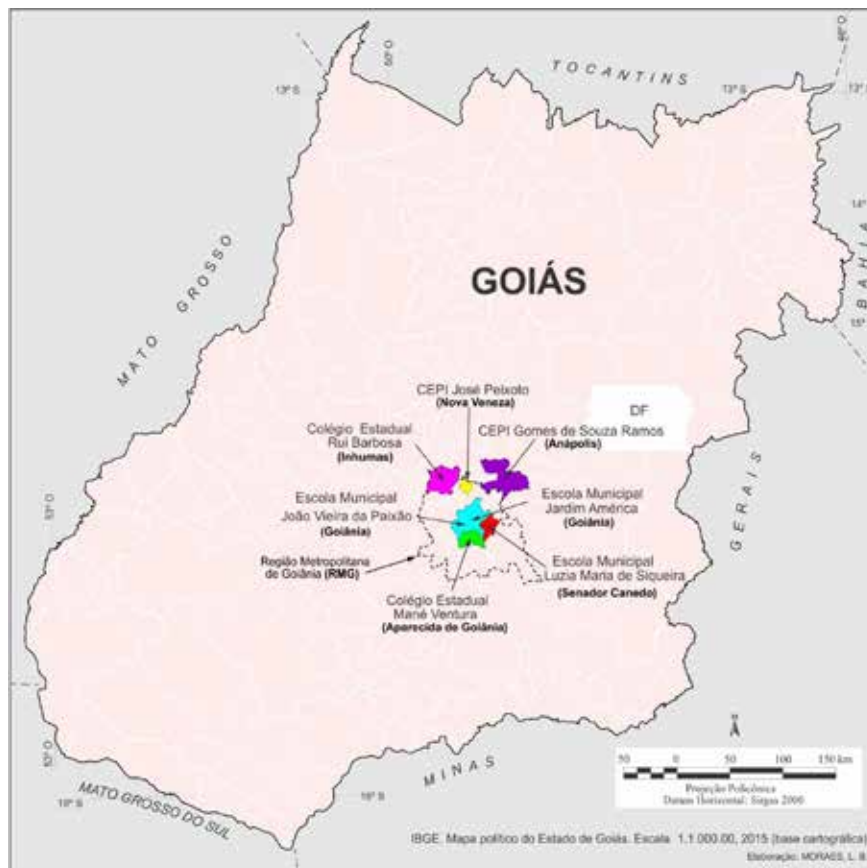
Todo esse processo é acompanhado pelos participantes da pesquisa, por meio de ações colaborativas entre a universidade e a escola, com vistas à formação inicial e continuada dos professores envolvidos, bem como ao processo de escolarização dos estudantes. Na

edição do Projeto *Nós Propomos! Goiás* – construção do pensamento geográfico e atuação cidadã dos alunos dos anos Finais do Ensino Fundamental, no período de 2020-2021, as ações foram realizadas em várias etapas, algumas delas simultâneas.

Dentre as etapas destacam-se: 1. A formação do grupo de pesquisadores e o convite às escolas para participação na ação; 2. Grupo de estudos sobre os temas centrais do projeto; 3. Formação continuada dos professores com vistas a socializar a metodologia do projeto, aprofundar conceitos e conhecimentos sobre tecnologias da informação e comunicação; 4. Avaliação sistemática das ações por meio de seminários parciais e ao final da implementação da proposta.

Em relação à formação do grupo de pesquisadores e envolvimento das escolas, o projeto integra professores universitários, professores da educação básica, acadêmicos de pós-graduação (mestrado e doutorado) e de iniciação científica. Integrando as instituições tem-se a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Estadual de Goiás (UEG), a Universidade Estadual do Centro Oeste – Paraná (UNICENTRO) e a Universidade Federal de Pernambuco. Os professores da universidade foram responsáveis por entrar em contato com as escolas e seus respectivos professores. Aceitaram a parceria as seguintes instituições: Escola Municipal João Vieira da Paixão e Escola Municipal Jardim América (Município de Goiânia); Colégio Estadual Mané Ventura (Município de Aparecida de Goiânia); Colégio Estadual Rui Barbosa (Município de Inhumas); Centro de Ensino em Período Integral – CEPI Gomes de Souza Ramos (Município de Anápolis); Colégio Estadual Rui Barbosa (Município de Inhumas); CEPI José Peixoto (Município de Nova Veneza) e Escola Municipal Luzia Maria Siqueira (Município de Senador Canedo) (Figura 1). Os professores pesquisadores dessas referidas instituições foram responsáveis pelo planejamento e implementação colaborativa do projeto em suas diferentes fases e atividades, como o grupo de estudos, formação de professores e avaliação das ações.

Figura 1 – Estado de Goiás: localização das escolas participantes do Projeto *Nós Propomos! Goiás* (2020 – 2021).



Fonte: Projeto *Nós Propomos! Goiás*. Goiânia: IESA/UFG, 2019.

O grupo de estudos concentrou-se em estudar as experiências realizadas com a metodologia do Projeto *Nós Propomos!* em Lisboa e outras instituições brasileiras; a estudar sobre o conceito de cidadania e sua relação com a proposta do projeto, estabelecendo alguns encaminhamentos e princípios para orientação das atividades; e a estudar a concepção de pesquisa colaborativa.

A formação continuada dos professores consistiu em leituras e reflexão de textos sobre o Projeto *Nós Propomos!*, palestras com

convidados para tratar os conceitos de cidadania territorial e o protagonismo juvenil e oficinas sobre tecnologias da informação e comunicação, a saber: Uso de aplicativos como *Mentimeter*; *My Maps*; *Quizizz* e *DaVinci Resolve*. Nessas oficinas os professores receberam orientação de como operacionalizar os aplicativos e também discussões sobre o uso das TICs no ensino de Geografia. Todas as oficinas ocorreram de forma sincrônica, por meio remoto, e também as gravações com o tutorial de manipulação dos aplicativos ficaram disponíveis na página do *YouTube* do Nepeg, bem com na página do projeto: <https://lepeg.iesa.ufg.br/p/39769-formacao-continua-nos-propomos-goias>.

A avaliação sistemática das ações do projeto foi realizada por meio de seminários parciais (2020 e 2021), no início e ao final da implementação da proposta executada no ano. Nesses eventos, todos os alunos das escolas envolvidas apresentaram suas pesquisas e também, juntamente com seus professores, fizeram um depoimento sobre a aprendizagem obtida por meio das investigações. Os Seminários realizados ano de 2021 foram gravados e estão disponíveis na página do *YouTube* do Nepeg¹.

Do processo realizado, alguns encaminhamentos foram indicados como o ponto forte do projeto, destacando-se o protagonismo dos estudantes. Desse modo, de inspiração construtivista, esse protagonismo está em vários momentos, como na escolha do tema, na realização do percurso de pesquisa e na apresentação da solução ao problema estudado. Ao serem instigados a identificar e escolher um problema local para o estudo de seu interesse, como também com o incentivo à pesquisa empírica e ao trabalho de campo, os estudantes

1 Seminário de abertura do Projeto Nós Propomos! Goiás – 2021. Mesa Redonda 1 (https://www.youtube.com/watch?v=_weSN_nR6Mc&t=2549s). Mesa Redonda 2 (<https://www.youtube.com/watch?v=nPKHDmD3LQc>). Seminário de Encerramento do Projeto Nós Propomos! Goiás – 2021 (https://www.youtube.com/watch?v=45NVE0OTJ_w).

se mobilizam para observar e perceber o espaço de vivência, sensibilizando-se com ele e construindo laços de pertencimento.

A realização das pesquisas também envolveu a manipulação de diferentes linguagens, com destaque para a fotografia, imagens orbitais (geralmente produzidas a partir do *Google Earth ou Maps*), gráficos e vídeos, o que lhes permitiram familiarizar-se com diversas representações da realidade. Um dado extremamente importante, pois em um mundo saturado de informação, aprender como o conhecimento é determinado, produzindo-o, é relevante para que os estudantes apropriem-se do tratamento das fontes e percebam como ele é organizado, assim como sua relação com a realidade.

Os temas estudados pelos estudantes foram variados, tais como: inclusão social; meio ambiente; condições de vida na cidade; relação campo-cidade; patrimônio histórico-cultural e ambiental; impactos sociais da Pandemia da Covid-19. No contexto de uma situação problema e geográfica particular, os fenômenos foram analisados de modo a compreendê-los sob o olhar da Geografia Escolar e, ao mesmo tempo, na perspectiva de busca de soluções. Conforme esclarece Carvalho Filho (2020, p. 167),

O projeto *Nós Propomos!* tem uma preocupação solidária e com a liberdade e a autonomia do indivíduo, que busca superar a ideia de separação entre Escola e Comunidade, presente em discursos e nas políticas públicas nacionais. A grande mensagem do projeto original sobre a Escola poder e dever ter preocupação com a comunidade e com a sociedade, por meio de uma educação geográfica voltada para a cidadania, [...].

Todas essas ações foram realizadas com base em fundamentos teórico-metodológicos que integram a concepção do professor como mediador do processo ensino-aprendizagem e da aprendizagem como objetivo pedagógico, por meio do papel ativo do estudante. Além disso, a importância da formação da cidadania no contexto territorial, como se detalha na sequência do texto.

Cidadania, território e cidadania territorial

A origem do conceito de cidadania remonta à antiguidade, à cidade ou *polis* grega. Ela “[...] está relacionada ao surgimento da vida na cidade, à capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadão” (MANZINI-COVRE, 1991, p. 18). Devido aos objetivos do artigo, não será abordado detidamente esse conceito. O destaque será dado ao seu significado na contemporaneidade.

A palavra Cidadania, segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1994/1995, p. 150), refere-se à “qualidade ou estado de cidadão”. Cidadão, por sua vez, aparece na mesma obra como sendo o “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este”. Considerando essas definições, em tese qualquer pessoa que resida em um estado democrático (que possua uma constituição na qual estejam legalmente garantidos os direitos civis e políticos), é um cidadão, possui cidadania. Porém, não é tão simples assim efetivar o exercício da cidadania.

Para Carvalho (2002), cidadania pode ser considerada não só como sinônimo de direitos civis, políticos, mas também de direitos sociais. Assim, cidadão pleno é aquele que dispõe desses três direitos. Essa afirmativa de Carvalho (2002) baseia-se nos estudos de Marshall (1967) que, tendo como referência o caso da Inglaterra, concluiu que são três as dimensões da cidadania e que elas se formaram numa sequência lógica ao longo dos séculos no processo de constituição do modo de produção capitalista. No século XVIII foram estabelecidos os direitos civis que se referem à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei, sendo a liberdade individual a sua referência básica. No decorrer do século XIX foram estabelecidos os direitos políticos, cujo alicerce é o direito ao voto e se caracterizam pela participação do cidadão no governo da sociedade. Por fim, ao longo do século XX, foram estabelecidos os direitos sociais, que incluem o direito à educação, ao trabalho justo, à saúde, à aposentadoria, tendo como referência a ideia de justiça social.

A partir dessa referência inicial, Carvalho (2002) reconstituiu o percurso histórico da cidadania no Brasil, mostrando que aqui o caminho percorrido foi diferente do caso inglês, além de ser sido marcado por idas e vindas. Sintetizando dados referentes ao período de 1937 a 2002, esse autor afirma que no Brasil

[...] primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população (CARVALHO, 2002, p. 219 -220).

Essas diferenças entre os casos inglês e brasileiro demonstram que não há uma sequência única no estabelecimento do que atualmente se entende como cidadania; que, segundo Carvalho (2002), teve vários obstáculos à sua constituição no Brasil. Dentre esses entraves estão a escravidão, a falta de participação popular nos grandes fatos históricos do país, os movimentos populares que reagiam a ações governamentais (como a revolta à vacina em 1904, por exemplo), a inexistência de uma educação popular e a “escravidão” de hoje (que é caracterizada pela grande desigualdade de renda e educação). Pode-se afirmar, então, que não há cidadania no Brasil?

Manzini-Covre (1991, p. 40-41), ao se referir à cidadania, especificamente, quanto à situação do trabalhador, afirma que

[...]. Não pode haver cidadania se não houver um salário condigno para a grande maioria da população. [...] É preciso que ele tenha acesso aos bens que complementam sua vida (habitação, saúde, educação) e que compõem os chamados direitos sociais. Mas, antes, é necessário que os trabalhadores tenham direitos políticos, e que existam mínimas condições democráticas para reivindicarem o seu direito de serem cidadãos e de, enquanto tal, poderem batalhar por quaisquer de seus direitos. Por outro lado, é preciso que esses trabalhadores possam ser educados sobre a existência desses direitos, para que saibam o que há para construir em termos de uma sociedade sempre melhor.

Essa concepção de cidadania mais plena está sempre ameaçada pelo conceito de cidadania mais esvaziada, calcada no consumo e em certo imobilismo, estimulada pelo capitalismo dos oligopólios e que seduz a tantos.

Também há que se considerar, com base nas afirmativas de Manzini-Covre (1991), que o conceito de cidadania está correlacionado a outros âmbitos além do Estado. Está presente também no cotidiano, nas organizações formais e não formais, nos bairros, nos movimentos sociais, entre outros.

Por sua vez, Santos (2011, p. 88), a partir de um estudo sobre a questão da cidadania pelo ângulo geográfico, considera que o simples fato de haver direitos civis e políticos, mesmo constitucionalmente garantidos, isso não é sinônimo de cidadania. Para esse autor, no Brasil “em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário”. E

Quando se confundem cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais. Até mesmo a política passa a ser uma função do consumo. Essa segunda natureza vai tomando lugar sempre maior em cada indivíduo, o lugar do cidadão vai ficando menor, e até mesmo a vontade de se tornar um cidadão por inteiro se reduz (SANTOS, 2011, p. 207).

Ainda segundo o referido autor, cidadania tem forte ligação com o território e este tem relação com a economia e a cultura. Desse modo, o território é mais que simplesmente um conjunto de objetos, é também um dado simbólico. Assim, se se quiser criar um novo tipo de cidadania (que respeite a cultura e leve à busca da liberdade) é necessário realizar mudanças no uso e na gestão do território. Isso porque, ainda segundo o autor

[...], a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto *um lugar* vem a ser condição de sua pobreza, *um outro lugar* poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (SANTOS, 2011, p. 161. Grifos do autor).

Antes de aprofundar na discussão acerca da correlação entre cidadania e território, apresentada por Santos (2011) e consubstanciada na compreensão do que vem a ser a cidadania territorial (a base em que se assenta o Projeto *Nós Propomos!*), faz-se necessário tecer também algumas considerações acerca do conceito de território.

No cotidiano é comum as pessoas relacionarem a palavra território a uma grande extensão de terra, à ideia de estado nação, ou seja, ao território nacional. Certamente não por acaso essas definições aparecem nos dicionários. No Aurélio, além dessas visões acerca do território, aparecem também as seguintes perspectivas:

“[...] região que não constitui Estado e é administrada pela União. [...] Base geográfica do Estado, sobre a qual exerce ele a sua soberania, e que abrange o solo, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías e portos. [...]. A parte juridicamente atribuída a cada Estado sobre os rios, lagos e mares contíguos, e bem assim o espaço aéreo que corresponde ao território, até a altura determinada pelas necessidades da polícia e segurança do país [...] (FERREIRA, 1994/95, p. 632).

Conforme se observa nessas definições há uma estreita correlação entre território e espaço concreto, material.

Para a Geografia o conceito de território é bem mais complexo que as perspectivas apresentadas no dicionário. O território, conforme concebido por Souza (2013, p. 96), numa primeira aproximação, é na realidade “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (exercido seja pelo estado, seja por grupos sociais, gangues etc.). Em uma segunda aproximação, o autor afirma que território é considerado relações sociais projetadas no espaço e não espaços concretos ou coisa material em si. Apesar de dar destaque a essa diferenciação entre território e espaço concreto, o autor afirma que a materialidade do espaço não pode ser considerada desimportante, visto que

[...] o exercício do poder, e com ele o desejo ou a necessidade de defender ou conquistar territórios, tem a ver com um acesso a recursos e riquezas,

com a captura de posições estratégicas e/ou com a manutenção de modos de vida e do controle sobre símbolos materiais de uma identidade – ou seja, se o exercício do poder tem a ver com desafios e situações que remetem ao substrato espacial e às suas formas, aos objetos geográficos visíveis e tangíveis, é evidente que a materialidade jamais poderia ser desimportante (SOUZA, 2013, p. 95).

Avançando na discussão, o autor afirma que o território se constitui na junção espaço e poder. Que esse espaço tem uma delimitação, ainda que ela não seja explícita ou que seja vaga ou pouco perceptível. Isso porque o alvo ou destinatário do poder é um grupo social que possui conexão com um espaço a ser (des)territorializado. Afirma também que, embora em primeiro lugar o que define o território seja o poder (estabelecendo quem domina ou influencia quem nesse espaço e como), a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades) ou a economia (trabalho, processos de produção e circulação de bens), também são relevantes, pois têm vital importância para se compreender a gênese de um território ou as razões do interesse por mantê-lo. Destaca ainda que os territórios não são tangíveis, palpáveis, são na realidade “campos de forças” que só existem enquanto durarem as relações sociais das quais eles são projeções espacializadas. Por fim, afirma que o conceito de território pode e deve ser aplicado a diferentes escalas, inclusive em escalas muito reduzidas “[...] dos ‘nanoterritórios’ em que as ‘fronteiras’ englobam uma rua ou um trecho de rua, um prédio ocupado por sem-teto, uma prisão, parcelas da arribancada de um estádio de futebol...” (SOUZA, 2013, p. 105). Enfim, trata-se de escalas, por excelência, dos oprimidos.

Na escala dos territórios dos oprimidos estão importantes campos de atuação da sociedade em busca de efetivar a cidadania, sendo a escola e especificamente a Geografia Escolar atores importantes nesse processo. E como afirma Cavalcanti (2019), abordar o território no ensino pressupõe que tanto professores quanto alunos estejam embasados em reflexões teóricas sobre esse conceito para

compreender as manifestações empíricas do território no cotidiano, embora não haja correspondência direta entre eles.

Claudino (2014, p. 5), considera que o exercício da cidadania está “diretamente relacionado com a apropriação, transformação e identificação das comunidades com o território em que habita”. A esse processo denomina-se cidadania territorial. Conforme suas palavras, proferidas em uma roda de conversa sobre os temas “Cidadania territorial e protagonismo juvenil”, realizada durante uma *live em 2021*, a Cidadania Territorial nos ajuda a construir uma identidade das pessoas com o espaço e possibilidades de intervir com objetivo de promover sua transformação, uma vez que se trata de “uma participação empenhada, comprometida, esclarecida na solução dos problemas de base espacial” (RODA DE CONVERSA, 2021).

Correlacionando as perspectivas teóricas apresentadas e as investigações realizadas no contexto do Projeto *Nós Propomos! Goiás*, nos anos de 2020 e 2021, constata-se a efetiva possibilidade de a Geografia formar o jovem para que seja capaz de atuar e constituir a Cidadania Territorial, com base nos temas investigados no desenvolvimento do projeto.

No âmbito específico do Projeto *Nós Propomos! Goiás*, a articulação dos temas aos fascículos didáticos foi fundamental, sobretudo porque, ao contextualizá-los ao território goiano, permitiu aos estudantes correlacionar os estudos de base local com o estado de Goiás. Esse potencial dos fascículos são melhor detalhados na sequência deste texto.

A utilização de fascículos didáticos como apoio na execução do Projeto nas escolas parceiras

Com o objetivo de aproximar Instituições de Ensino Superior e Educação Básica, e assim favorecer a construção do conhecimento, a Rede de Ensino em Educação e Cidade (REPEC), desde 2004 na Universidade Federal de Goiás (UFG), tem desenvolvido pesquisas

colaborativas e construído, a partir delas, materiais didáticos com uma base teórico-metodológica sólida e com referência à realidade local.

A partir da justificativa de que a produção acadêmica nem sempre chega à escola, devido à linguagem utilizada e aos objetivos pretendidos, a REPEC estabeleceu parceria entre docentes da Universidade Federal de Goiás, Universidade Estadual de Goiás, Rede Municipal de Goiânia e da Rede Estadual de Goiás e iniciou a elaboração de fascículos didáticos destinados a auxiliar o professor de Geografia no Ensino Fundamental, inicialmente, e posteriormente ao Ensino Médio.

São materiais com a temática: Cartografia da Região Metropolitana de Goiânia (OLIVEIRA; MORAES, 2020); Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Goiânia (MORAIS; ROMÃO, 2009); Espaço Urbano da Região Metropolitana de Goiânia (ROSA; KAUER, 2020); Violência Urbana na Região Metropolitana de Goiânia (OLIVEIRA; MORAES, 2010); Dinâmicas populacionais na Região Metropolitana de Goiânia (SOUZA; PAULA, 2020); Dinâmicas econômicas na Região Metropolitana de Goiânia (RICHTER; CAVALCANTI, 2013); e Relação Campo e Cidade em Goiás (CAVALCANTI; OLIVEIRA, SPIRONELLO, 2019). Esses temas são abordados com frequência na Educação Básica, sendo que nos materiais são tratados tomando-se como referência a cidade onde os estudantes residem, ao contrário dos livros didáticos, que muitas vezes são generalizados ou têm como referência o eixo Rio/São Paulo, subsidiando grandemente o trabalho docente no desenvolvimento de habilidades e conhecimentos significativos e socialmente relevantes para a formação da cidadania.

Como destacado por Cavalcanti (2006, p. 34),

Cabe reafirmar e explicitar a importância da Geografia escolar para a formação geral de cidadãos. Na relação cognitiva de crianças, jovens e adultos com o mundo, o raciocínio espacial é necessário, pois as práticas sociais cotidianas têm uma dimensão espacial. Os alunos que estudam essa disciplina já possuem conhecimentos nessa área oriundos de sua

relação direta e cotidiana com o espaço vivido. Sendo assim, o trabalho de educação geográfica é o de ajudar os alunos a analisarem esses conhecimentos, a desenvolverem modos do pensamento geográfico, a internalizarem métodos e procedimentos, de captar a realidade vivida e “apresentada” pela geografia escolar, tendo consciência de sua espacialidade. Esse modo de pensar geográfico é importante para a realização de práticas sociais variadas, já que essas práticas são sempre práticas socioespaciais.

O professor, ao trabalhar nessa perspectiva e tendo claro qual é o papel da Geografia na escola e no cumprimento de sua função social, tem condições de trabalhar pela pesquisa com qualidade formal de pesquisa e possível aproximação da realidade. Um princípio enfatizado nos fascículos e fortalecido com o Projeto *Nós Propomos! Goiás*.

Sob essa perspectiva, as investigações ganham significação no lugar. Atualmente, com o fato de que, quanto mais o mundo se torna global, mais as fronteiras são ultrapassadas pela necessidade e realidade de intercâmbio; e mesmo que haja a tendência de os processos globais imporem aos lugares sua racionalização, a sua concretização local, é necessário dar significação real ao que os alunos aprendem na escola, pela Geografia. Desse modo, ao trabalhar com o fascículo e especialmente com a pesquisa, é preciso analisar os fatos, os fenômenos, os acontecimentos na sua dimensão local/global.

O espaço urbano dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia, por exemplo, ao longo do desenvolvimento do Projeto *Nós Propomos! Goiás* é considerado o lugar de vivência cotidiana dos alunos e professores de Geografia que nele moram, trabalham e estudam, possuem uma identidade e uma história própria decorrente de sua relação com outros lugares e com o mundo.

Os fascículos representam um importante princípio orientador da REPEC, que se refere ao ensino da cidade como lugar da vida cotidiana de alunos e professores e, portanto, precisa ser uma referência espacial enfática na formação escolar e no ensino de Geografia na escola. A Região Metropolitana de Goiânia é a referência espacial

que conduz os materiais didáticos em questão e busca, a partir daí, problematizar situações geográficas baseadas no cotidiano dos alunos, possibilitar a construção do pensamento geográfico, cientes da importância do conhecimento prévio dos alunos sobre determinado fato ou fenômeno espacial, além de fornecer dados e informações importantes para o conhecimento desta referência delimitada. Mesmo que outras instituições não goianas estejam envolvidas na realização do projeto, os fascículos serviram de suporte para o planejamento das atividades e ações em todos os recortes espaciais em questão. Foi necessária também a ação de recontextualizar tal recorte espacial para a realidade de cidades goianas fora da Região Metropolitana de Goiânia, fortalecendo o entendimento sobre a realidade local e a confecção de materiais didáticos de apoio desses municípios.

A estrutura dos fascículos obedece à disponibilização de uma situação geográfica angariada por uma problematização que, em seguida, introduz conceitos sistematizados colocados em confronto, numa relação dialógica com o cotidiano dos alunos. A primeira etapa intitulada “Converse comigo!” orienta o professor a fazer um levantamento do que os alunos entendem sobre uma situação geográfica determinada, atentando-se para a relação dessa situação com sua própria vivência. A segunda etapa é denominada “Traços e retratos” e incentiva o aluno a pensar sobre a situação geográfica descrevendo elementos que são importantes para a compreensão do conteúdo, utilizando a linguagem cartográfica para essa aproximação, bem como figuras e esquemas. A etapa “Mergulhando no tema” subsidia a fundamentação teórica do tema da situação geográfica para o trabalho do professor enquanto mediador do processo de formação de conceitos dos alunos. A quarta etapa destaca o aprendizado do aluno sobre o tema em questão. Com o título “O que foi que eu aprendi mesmo”, são apresentadas considerações que resgatam todos os conceitos e situações apresentadas ao longo do material, reforçando a formação de conceitos pelo aluno. A última etapa disponibiliza fontes extras de consulta relacionadas ao tema, como filmes, *sites* para visita

e referências bibliográficas, enfatizando que a partir daí o aluno pode ampliar seu conhecimento e levar mais discussões e problematizações para seus colegas e para o professor a respeito da temática.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – (BRASIL, 2017), a grande contribuição da Geografia aos alunos da Educação Básica é desenvolver o pensamento espacial, utilizando as operações mentais do raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em sua conexão com a sociedade e a natureza. Para que esse pensamento seja alcançado, é fundamental que os alunos formem conceitos e deles se apropriem, de forma sistematizada para, assim, intervirem na realidade por meio de práticas cidadãs. O professor de Geografia deve, assim, dar maior atenção à articulação entre diferentes espaços e escalas de análise para que os alunos possam compreender as relações socioambientais numa perspectiva multiescalar. Durante o Ensino Fundamental “os alunos precisam compreender as interações multiescalares existentes entre sua vida familiar, seus grupos e espaços de convivência e as interações espaciais mais complexas” (2017, p. 362).

A utilização dos fascículos no Projeto *Nós Propomos! Goiás* intensificou a relação entre a aplicação de conhecimentos da Geografia e o exercício da cidadania em situações cotidianas ou próximas da vivência dos alunos. A proposição de ações de intervenção na realidade, pensando na melhoria da coletividade e do bem comum é o elemento crucial do projeto e se tornou possível com o trabalho colaborativo entre professores da educação básica, jovens escolares e professores das universidades envolvidas.

De acordo com cinco, dos seis professores participantes, que afirmaram ter utilizado os fascículos, o uso desses materiais em suas abordagens teórico-metodológicas empreendidas pelo Projeto *Nós Propomos!*, criado e desenvolvido em Goiás, no contexto da formação da cidadania territorial com base em ações didáticas na escola, contribuiu de forma positiva para o desenvolvimento das atividades, seja permitindo um aprofundamento das discussões científicas

integradas à realidade local; auxiliando os estudantes a compreender a localização de Senador Canedo na Região Metropolitana de Goiânia; e, especialmente, amparando a análise dos dados atuais sobre a Região Metropolitana de Goiânia.

Considerações finais

Entende-se que a Geografia enquanto componente curricular da educação básica tem uma contribuição à formação crítica e cidadã dos jovens por meio do desenvolvimento de uma forma de pensar que considere as espacialidades dos fenômenos e processos decorrentes da dinâmica da sociedade na sua interação com a natureza. Para isso, requer do professor uma prática pedagógica que mobilize os conhecimentos, procedimentos e habilidades próprias dessa área do saber e que possam ser apropriados pelos estudantes no desenvolvimento de sua aprendizagem. O projeto *Nós Propomos! Goiás*, ao permitir um encaminhamento metodológico que parte de uma situação problema, empreende pesquisas e, por meio do diagnóstico, propõe a elaboração de soluções, cria um movimento no qual o conhecimento geográfico é explorado em todas as etapas e ações. Ao reconhecer também o significado do estudo de fenômenos locais e de interesse do próprio estudante no processo pedagógico, estabelece sentidos ao que é estudado, além de estabelecer vínculos territoriais que, ao mesmo tempo, cria laços de comprometimento e de responsabilidade local.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Curricular Comum para o Ensino Fundamental*. Brasília, 2017.
- CARVALHO FILHO, Odair Ribeiro de. *O Ensino de Geografia e o estudo do local: o “Projeto Nós Propomos!” no estado de São Paulo/Brasil*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2020.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Pensar pela geografia: ensino e relevância social*. Goiânia: C&A Alfa Comunicações, 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Formação de professores, concepções e práticas no ensino da Geográfica*. Goiânia: Vieira, 2006.

CAVALCANTI, Lana de Souza; OLIVEIRA, Karla Annyelly Teixeira de; SPIRONELLO, Rosângela Lurdes (Orgs.). *A relação cidade/campo no território goiano*. Goiânia: C&A Alfa & Comunicação, 2019. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

CLAUDINO, Sérgio. Escola, educação geográfica e cidadania territorial. *Scripta Nova*. Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales, Barcelona, v. 18, n. 496 (09), dez. 2014. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/issue/view/1288>. Acesso em: 25 nov. 2021.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio básico de língua portuguesa*. São Paulo: Editora Nova Fronteira; Folha de São Paulo, 1994/95.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1991. Coleção Primeiros Passos, n. 250.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MORAIS, Eliana Marta Barbosa de; ROMÃO, Patrícia Araújo. *Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Goiânia*. 1 ed. Goiânia: Vieira, 2009. 64p. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

OLIVEIRA, Ivanilton José de; MORAES, Loçandra Borges de (Org.). *Cartografia escolar: Região Metropolitana de Goiânia*. 2. ed. rev. atual. Goiânia: C& A Alfa Comunicação, 2020. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

OLIVEIRA, Karla Anyelly Teixeira de; MORAES, Loçandra Borges de. *Violência Urbana na região metropolitana de Goiânia*. Goiânia: Vieira, 2010. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

RODA DE CONVERSA – CIDADANIA TERRITORIAL E PROTAGONISMO JUVENIL. V Jornada de Trabalho do LEPEG e I Ciclo de Formação docente do Projeto Nós Propomos!, 2021. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/ NEPEG/GECE, 05 abr. 2021. 1 vídeo (2h:43min:56seg). [Live]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=63AoVsd2OR0>. Acesso em: 29 nov. 2021. Participantes: Prof. Dr. Sérgio Claudino Loureiro Nunes (IGOT/Portugal) e Prof. Dr. Nécio Turra Neto (UNESP). Moderadora: Profa. Dra. Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes (UNICENTRO). Canal do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Educação Geográfica – NEPEG.

RICHTER, Denis; CAVALCANTI, Lana de Souza. (Orgs.). *Dinâmicas econômicas na Região Metropolitana de Goiânia*. 1. ed. Goiânia: América, 2013. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

ROSA, Alda Maria Araújo Torreal; KAUER, Inez Maria Milhome Viana. (Org.). *Espaço urbano: Região Metropolitana de Goiânia*. 2. ed. rev. atual. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2020. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. In: SILVA, Ilisiane da; NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach (Org.). *Milton Santos: o espaço da cidadania e outras reflexões*. 2. ed. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v. 3), p 74-223.

SOBRINHO, Hugo de Carvalho. *Educação geográfica e formação cidadã: o Projeto Nós Propomos! no Distrito Federal/Brasil*. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Vanilton Camilo de.; PAULA, Flavia Maria de. Assis. (Orgs.) *Dinâmicas Populacionais da Região Metropolitana de Goiânia*. 2. ed. Goiânia: Vieira, 2020. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

ENSINAR GEOGRAFIA NUMA PERSPECTIVA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Mediação didática e protagonismo docente

ALEXSANDER BATISTA E SILVA
CLÁUDIA DO CARMO ROSA
LEOVAN ALVES DOS SANTOS
VANILTON CAMILO DE SOUZA

A tarefa de ensinar Geografia numa lógica da transmissão dos conteúdos e numa perspectiva solitária e/ou individualizada pode dificultar uma construção do conhecimento de base cognitiva. Propostas didáticas nessa perspectiva pouco acionam as relações entre os conhecimentos geográficos e as práticas cotidianas num processo de interações e diálogos. Sem conhecimento, sem interação, sem diálogo e sem participação seria muito difícil uma formação sobre a cidade nos espaços de vivência e atuação por parte dos alunos, além de maiores dificuldades de uma formação para a cidadania.

No processo de construção do conhecimento do professor ao ensinar a Geografia, os pressupostos didáticos e geográficos constituem importante pilar às ações acadêmicas e são capazes de ampliar as teorias, atualizar conceitos, estabelecer críticas às formulações incompatíveis com os contextos escolares expressos no problema apresentado anteriormente.

Nessa perspectiva, em que consiste uma atuação do professor que possibilite o desenvolvimento, ao longo de sua carreira, de um protagonismo docente e discente tendo como meta a formação para

cidadania? A proposta é a de considerar a atuação do professor de Geografia focada na necessidade de tomar a realidade escolar como aspecto relevante no desenvolvimento do ensino, com atividades investigativas que se referenciem pelos conhecimentos próprios da Geografia e da Educação como fundamentos para o desenvolvimento didático da área. O processo de atuação profissional centrado em ações investigativas é mais compatível com a ideia de construção de conhecimento voltado ao seu protagonismo por tomar a escola numa dimensão complexa da realidade social, cultural e ambiental e que possa superar o reducionismo dos processos de ensino e de construção do conhecimento.

Outra dimensão importante para buscar elementos em torno da problemática refere-se a uma concepção do que é o ato de ensinar. Cavalcanti e Souza (2018) apontam que ensinar envolve um conjunto de atividades que estão para além do ato de transferência dos conteúdos sem sentido para o aluno. Consideram a escola como espaço de encontro de culturas, de histórias, de conhecimentos, de desejos, de ideologias, que se manifestam em práticas espaciais e culturais no cotidiano escolar e que podem ser concebidas como expressões de uma Geografia do cotidiano, sendo, portanto, referência para um desenvolvimento conceitual que propicie a formação do pensamento geográfico do aluno e a formação e participação cidadãs.

O desenvolvimento conceitual, sob essa ótica, não pode ser considerado como uma estrutura estável, imutável e isolada, mas sim como uma estrutura de ação do pensamento, resultante da relação entre o sujeito e o objeto no contexto em que ele se apresenta. Esse desenvolvimento é a base estruturante do ensino da disciplina e o aluno poderá desenvolver pensamentos nos âmbitos conceituais. Significa dizer que os alunos poderão operar também por conceitos geográficos, na medida em que as noções que forem sendo construídas e reconstruídas, ao longo do percurso escolar, manifestem-se em interpretações cotidianas deles nos seus espaços de vivência. O desenvolvimento conceitual é, dessa forma, base para a formação da

cidadania, na medida em que possibilita o desenvolvimento do pensamento teórico abrangente, necessário para a análise crítica da realidade e para a orientação das práticas espaciais cotidianas (CAVALCANTI; SOUZA, 2018).

Cavalcanti (2006, p. 33) aponta algumas dimensões que podem estabelecer a relação entre desenvolvimento conceitual da Geografia e a formação para uma atuação cidadã:

uma atitude indagadora diante da realidade que se observa e se vive cotidianamente; uma capacidade de análise da realidade, de fatos e fenômenos, em um contexto socioespacial; a consideração de que os objetos estudados têm diferentes escalas, ou seja, levar em conta suas inserções locais e globais; a consideração de que há uma multiplicidade de perspectivas e tipos de conhecimento; uma compreensão de que conhecer é construir subjetivamente a realidade; uma percepção de que há temas complexos que devem ser tratados como tais (que as coisas não são simples, que sempre há várias perspectivas na construção de explicações sobre uma dada realidade); uma compreensão de que os fenômenos, processos e a própria Geografia são históricos; uma convicção de que aprender sobre o espaço é relevante, na medida em que é uma dimensão importante da realidade.

A partir dessas considerações, o presente texto desenvolverá os elementos do ensinar Geografia numa perspectiva de formação e atuação para a cidadania, tendo como referência as experiências efetivadas em torno do Projeto *Nós Propomos! Goiás* a partir de 2019. Nesse manuscrito, serão considerados os pressupostos metodológicos do trabalho, a pesquisa-ação crítica colaborativa e nela, o protagonismo do professor de Geografia, compreendido à luz do conceito de Mediação Didática, tendo como meta a formação para a cidadania a partir das localidades dos escolares envolvidos nesse projeto.

Mediações didáticas para ensinar sobre a cidade e o urbano numa perspectiva da ação colaborativa

A atuação docente tem por objetivo a aprendizagem significativa dos estudantes, contribuindo efetivamente para seu desenvolvimento intelectual, afetivo e social. A Geografia é um componente curricular que contribui significativamente para o desenvolvimento dos escolares, especialmente no que diz respeito à formação cidadã e sua relação com a vida urbana cotidiana.

Considerar os percursos metodológicos e as mediações didáticas para ensinar sobre a cidade e o urbano nos leva a considerar a função escolar na formação do cidadão autônomo e crítico, capaz de superar problemas que afligem a sociedade atual. A cidade é o lugar das experiências individuais e coletivas que os cidadãos vivenciam em seu cotidiano, desta forma, o ensino de Geografia precisa debater essas questões junto aos estudantes em sala de aula, de forma crítica e reflexiva, para que os escolares conheçam a realidade por eles vivenciada e para que tenham bases para lutar pela garantia de seus direitos. Callai (2013, p. 93) destaca que

A capacidade de perceber como é o lugar, qual a sua conexão com o mundo, quais as possibilidades de fazer frente às injunções externas passa a ser fundamental para fazer escolhas e definir as formas de ação e de organização e, desta forma, também para compreender o mundo.

A perspectiva colaborativa tem sido uma importante aposta para que o ensino de Geografia atinja o objetivo de formação em uma perspectiva cidadã, contribuindo para que o estudante possa participar das atividades que estão sendo desenvolvidas na escola, compreendendo os conteúdos de forma articulada às suas vivências, possibilitando o desenvolvimento da capacidade de questionar, participar, perguntar, imaginar e descobrir os espaços nos quais está inserido.

A ação colaborativa revela também a possibilidade de troca de experiências e de cooperação, na proporção em que propicia o contato entre diferentes professores com diferentes tempos de carreira,

permitindo o compartilhamento de experiências e a construção coletiva do conhecimento profissional em Geografia. Como exemplo, esse texto apresenta a experiência do projeto *Nós Propomos! Goiás*, que envolve elementos de mudança na qualidade do conhecimento profissional do professor participante; uma mudança nas crenças sobre o mundo, sobre a escola, sobre o estudante; e um processo de reflexão sobre a efetivação de tais mudanças em sala de aula.

De forma colaborativa, os professores do projeto tiveram como referência o percurso didático apresentado por Cavalcanti (2019), que contribui para a mediação didática e que possibilita o empreendimento de mudanças na prática do professor. Trata-se de uma proposta metodológica sob uma perspectiva dialética para a efetivação do ensino com finalidade de formação do pensamento geográfico e que são bases para o encaminhamento das atividades no trabalho com os conteúdos relacionados à cidade e ao urbano.

Considerou-se na proposta do projeto *Nós Propomos! Goiás* elementos conceituais que pudessem ser trabalhados, juntamente com a proposta da sequência: problematizar, sistematizar e sintetizar, também com base em Cavalcanti (2019), indicando uma equivalência em termos de participação no processo e um encaminhamento (do problematizar ao sintetizar). Esse processo não é linear, pois todas elas devem ser compreendidas como partes articuladas de um todo (que é o processo dialético), em relação de interdependência.

Essa mediação didática tem como premissa que a formação docente esteja articulada aos propósitos de ensinar os conteúdos de cidade e vida urbana cidadã pela Geografia, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento geográfico dos estudantes. Considerando o aspecto aqui elencado, o trabalho desenvolvido pelos professores envolvidos no projeto consiste na mediação didática com os conteúdos de ensino do componente curricular de Geografia referentes a essa temática, com o objetivo de estabelecer o encontro/confronto entre a experiência imediata dos estudantes e os conceitos científicos, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento geográfico.

Cavalcanti (2019) evidencia que o pensamento geográfico é uma habilidade fundamental da formação humana, pois ele permite uma relação qualificada do sujeito com o mundo, uma relação que lhe permite compreender de modo mais profundo a complexidade do mundo em que vivemos.

Nesse percurso, ressalta-se a necessidade de encaminhar atividades com algumas orientações básicas, considerando, segundo Cavalcanti (2019, p. 163), “como centro do trabalho docente a atividade de aula”. A proposta é que a atividade seja encaminhada de modo a provocar e a intervir na relação do estudante com o objeto de conhecimento, apresentando instrumentos materiais e simbólicos para mediação dessa relação sujeito/realidade.

Outro elemento importante presente na proposta desenvolvida pelo projeto *Nós Propomos! Goiás* envolve a ação colaborativa. Garcia (1999, p. 77) aponta que a formação de professores vem se modificando no decorrer do tempo, repercutindo necessidades sociais, econômicas, políticas, entre outras. Para que essa transformação resulte em aprendizagens autônomas, é muito importante que nos processos de interação e de socialização compartilhem experiências e saberes, uma vez que o professor, assim como seus estudantes, aprende com os outros.

À vista disso, Garcia (1999) ressalta que os processos de mudança devem afetar a teoria implícita ou subjetiva dos professores. Logo, o modelo de mudança do professor parte do princípio de que suas crenças e atitudes só se modificam se os docentes perceberem resultados positivos na aprendizagem dos estudantes, sendo esta uma das principais motivações para que o profissional possa participar e manter-se ao longo do desenvolvimento de um projeto.

Isso nos evidencia que uma proposta de ação colaborativa necessita fazer parte do trabalho cotidiano na escola, estabelecendo uma junção entre teoria e prática de forma ativa e reflexiva, buscando uma situação de aprendizagem continuada e de desenvolvimento

profissional aberta e dinâmica, que possibilite a inovação, a troca de experiências e a construção de conhecimentos.

Esse tipo de pesquisa “tem por objetivo criar nas escolas uma cultura de análise das práticas que são realizadas, a fim de possibilitar que os seus professores, auxiliados pelos docentes da universidade, transformem suas ações e as práticas institucionais” (PIMENTA, 2005, p. 523). Ibiapina (2008), acrescenta alguns elementos ao considerar a pesquisa colaborativa como “atividade de coprodução de conhecimentos e de formação em que os pares colaboram entre si com o objetivo de resolver conjuntamente problemas que afligem a educação” (IBIAPINA, 2008, p. 25).

No projeto *Nós Propomos! Goiás* as reuniões realizadas pelo grupo gestor foi um dos espaços que possibilitaram a articulação da ação colaborativa, além de estimular a integração entre a universidade e escolas. Os professores das escolas participantes puderam planejar e desenvolver uma proposta de educação geográfica cidadã, que possibilitasse aos escolares uma compreensão acerca do seu papel no seu lugar de vivência a partir de um conjunto de conceitos que lhes permitissem uma análise crítica de seu cotidiano, especificamente para o desenvolvimento do seu pensamento geográfico e para uma análise do mundo em sua espacialidade.

Assim, uma proposta de ação colaborativa precisa amparar-se nas relações entre os conhecimentos geográficos e as práticas cotidianas num processo de interações e diálogos, criando cenários que incentivem a reflexão dos sujeitos sobre suas práticas docentes nas escolas e que fortaleçam o protagonismo do professor.

O protagonismo do professor de Geografia na elaboração das propostas de ensino

O destaque aqui se refere aos professores de Geografia das escolas que aceitaram desenvolver o projeto *Nós Propomos! Goiás*, principalmente, pelo fato de serem os incentivadores dos seus escolares para que pudessem exercer o protagonismo em suas ações cidadãs. Ações podem se converter em melhorias para a realidade onde vivem, por meio de possíveis propostas participativas e interativas. São os professores que planejam, desenvolvem, fazem acontecer na prática pedagógica o protagonismo dos jovens escolares, formando cidadãos para intervir em seus espaços de vivência e, ao mesmo tempo, acredita-se que o envolvimento dos professores em projetos contribui direta ou indiretamente para a formação profissional continuada.

No entanto, sabe-se que nos anos de 2020 e 2021 vivenciamos um contexto marcado pela pandemia da Covid-19 e isso interferiu diretamente no cotidiano escolar e logo, no desenvolvimento do projeto *Nós Propomos! Goiás*. Diante do isolamento social foi necessário adaptar as rotinas formativas com metodologias de ensino no formato remoto, aumentando a responsabilidade com a inclusão social e digital.

Nesse ínterim, as iniciativas para a efetivação dos projetos de intervenção foram promovidas de modo colaborativo entre a universidade e as escolas parceiras. Cada integrante da equipe *Nós Propomos! Goiás* teve seu papel e importância para a realização da proposta. É evidente que os professores enfrentarem diferentes situações durante o ensino remoto e ainda aceitarem a participação nos projetos foram mais desafios enfrentados em prol de uma formação e contribuição no processo de ensino e aprendizagem dos seus escolares.

A metodologia do projeto envolve o ensino com pesquisa e a proposição de ações com vistas à formação e atuação cidadã para a compreensão e resolução de problemas locais. Nessa perspectiva,

professores e escolares assumiram o papel de pesquisadores e uma ação protagonista na construção e uso do conhecimento geográfico. Assim, as orientações metodológicas para que os professores elaborem suas propostas de ensino tem-se referências ao percurso didático apresentado por Cavalcanti (2019) constituído pela problematização, sistematização e síntese. Sob a mediação do professor, espera-se que os alunos possam desenvolver um modo de pensar geográfico para a atuação cidadã e, também, para a formação dos conceitos científicos.

Nesse processo a equipe do projeto *Nós Propomos! Goiás* apresenta procedimentos e concepções de ensino que contribuem para nortear o planejamento dos professores de Geografia das escolas para o desenvolvimento dos projetos de investigação. Entre eles, destacam-se o uso dos fascículos didáticos da Rede de Pesquisa em Ensino de Cidade – REPEC (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SPIRONELLO, 2019; RICHTER; CAVALCANTI, 2013; OLIVEIRA; MORAES, 2020; OLIVEIRA; MORAES, 2010; ROSA; KAUER, 2020; SOUZA; PAULA, 2020); a pesquisa documental de dados e de informações; o trabalho de campo; o uso dos princípios lógicos e conceitos da Geografia; a proposição de soluções para os problemas investigados; e a apresentação dos resultados em seminário e aos órgãos gestores das localidades onde os projetos foram desenvolvidos.

Para a execução dos projetos de intervenção, os professores planejaram conjuntamente com a equipe supervisora, levando-se em consideração os **conhecimentos prévios dos alunos**, pois é fundamental conhecer as concepções dos escolares sobre a cidade, a Geografia e as ações cidadãs. Em seguida, a **definição do tema** a ser investigado tendo como referência o currículo escolar, a realidade local e o interesse dos escolares. O envolvimento dos escolares na escolha do tema central a ser estudado é muito relevante para a motivação deles com o trabalho; inclusive, a partir da realidade vivida, os escolares definem os temas de trabalho que lhes são significativos para serem investigados; porém, a condução e influência de seus

professores são fundamentais para a identificação da temática a ser trabalhada nos projetos de intervenção.

Ao definir o tema, os professores seguem com o intuito de **problematizar**, de modo articulado com a realidade local, e de fazer com que os escolares fiquem interessados em estudar e compreender acerca das problemáticas vividas e identificadas em seus espaços locais. Para tanto, os questionamentos são fundamentais para mobilizar o interesse e sua reflexão, tais como: onde está situado esse problema? Como surgiu e quais suas características? Quais seus impactos/consequências? Como enfrentá-lo e como é passível de mudança em benefício da coletividade?

A partir da definição e problematização do tema, os professores selecionam os procedimentos de ensino que melhor atendam a realidade da turma e organizam os **grupos de investigação** com a finalidade de que cada grupo possa pesquisar sobre um aspecto do problema. Ressalta-se que, devido ao contexto pandêmico, não foi possível o envolvimento de toda a turma dos escolares, uma vez que a participação é voluntária e na maioria das escolas participantes foi constituído apenas um grupo de investigação.

Os professores de Geografia, diretamente com os grupos de investigação, partem para a **sistematização do conhecimento geográfico** sobre o problema investigado, desenvolvendo um conjunto de aulas sobre o tema para que os seus escolares, em grupo, façam a compreensão da situação por meio de estudo dos conteúdos geográficos. Nesse momento, os professores utilizam os fascículos didáticos da REPEC, encaminham pesquisa de dados e informações por meio da internet, revistas, livros e documentos, bem como apresentam propostas de trabalho de campo para levantamento de informações e registro fotográfico.

Nesse momento, os professores mediam o processo de ensino para que os seus escolares apresentem a **proposição de ações cidadãs** em relação ao problema, por meio da elaboração de um documento

com as demandas e propostas de solução, a ser enviado e socializado com os gestores de órgãos públicos da cidade. É uma etapa metodológica de importante destaque nos projetos de intervenção, pois é o momento em que os escolares constroem uma consciência cidadã em detrimento das intervenções propostas.

Para finalizar a proposta, é o momento em que professores de Geografia realizam a **síntese da investigação do problema** com a finalidade de propiciar os meios para que os alunos possam registrar os resultados alcançados em cada uma das etapas da investigação. A intenção é de que os grupos de investigação sintetizem a pesquisa feita, ressaltando os seguintes elementos: tema/problema, objetivo, metodologia, resultados, propostas de ações cidadãs em relação ao problema, conclusão. Isso foi fundamental para a socialização e discussão das sínteses das pesquisas com a turma e também para participação no Seminário Estadual do *Nós Propomos! Goiás*.

Como nos lembra Cavalcanti (2002), as ações do professor, no âmbito dos processos de ensino e aprendizagem, devem ter como objetivo a construção do conhecimento pelo aluno. O papel exercido pelo professor é, diga-se de passagem, um papel fundamental e importantíssimo nesse processo, o que se dá no campo da mediação, mas quem efetivamente constrói seu conhecimento é o aluno. Em se tratando do projeto *Nós Propomos! Goiás*, o professor de Geografia e os escolares são os protagonistas. O professor da escola tem como escopo de seu labor a mediação no processo de aprendizagem junto aos escolares. O trabalho de mediar constitui-se em um elemento fundamental para que o projeto obtenha sucesso.

No bojo de sua atuação enquanto professor de Geografia na execução do *Nós Propomos! Goiás* cabe-lhe instituir um percurso pedagógico que abra caminho e fomenta o protagonismo dos estudantes. Até porque se espera que, ao final do projeto, estes tenham construído uma postura ativa e participativa como cidadãos.

Seguindo tal perspectiva, as atividades formativas ofertadas pelo grupo gestor do Projeto *Nós Propomos! Goiás* dentro do ideário da pesquisa colaborativa entre escola e universidade, aos professores de Geografia das instituições escolares, apregooou-se que o docente tem, na tarefa de coordenar o projeto e mediar o processo de ensino e aprendizagem, o papel de criar as condições cognitivas para que os alunos adquiram *pari passu* a autonomia necessária para conduzir o estudo de caso a ser empreendido.

Os escolares iniciam sua participação no *Nós Propomos! Goiás* a partir da explanação do professor de Geografia sobre o que é o projeto, origem, pressupostos, metodologia e resultados esperados. A ideia inicial era de que o professor, com uma turma toda de 9º ano de cada uma das seis escolas participantes, desenvolvesse o projeto. No entanto, em decorrência da pandemia da Covid-19, somente parte dos alunos de uma turma executou o *Nós Propomos!*.

A primeira atividade dos escolares é, juntamente com o professor, pensar quais são os problemas existentes no seu lugar de vivência que mais os afligem e que neles despertam interesse em compreender mais a fundo. Isso definido, os escolares partem para a investigação. Inicia-se o período de estudos acerca da temática escolhida, etapa em que os docentes vão instigando a proatividade e autonomia dos escolares, ofertando-lhes atividades mais estruturadas e outras mais abertas para que o grupo reflita sobre como se organizará para viabilizar a investigação.

Os professores de Geografia marcaram reuniões virtuais e realizaram as aulas expositivas dialogadas, em que indicaram textos para leitura, apresentaram dados e documentos, objetivando subsidiar cada grupo a caminhar rumo à compreensão de seus temas. Por sua vez, os escolares, além das atividades e discussões encaminhadas pelo professor, criaram grupos de WhatsApp, trouxeram temáticas a se discutirem, agendaram reuniões, sugeriram encaminhamentos para os trabalhos, buscaram outros textos e dados na internet, realizaram trabalho de campo, dentre outras atitudes.

Com o auxílio atento dos professores, eles analisaram seus problemas locais e elaboraram propostas de solução. O rol de propostas apresentadas pelos escolares denota uma compreensão das temáticas e sinaliza uma consciência cidadã ao apontar soluções que envolvem a comunidade, o capital/capitalista e o Estado. Para concluir o ciclo da pesquisa, os alunos sistematizaram o conteúdo em formato de artigo, além de prepararem material para apresentação no seminário de culminância do Projeto *Nós Propomos! Goiás*.

Com o encerramento do seminário foi solicitado um formulário destinado a registrar a avaliação de professores sobre o projeto. Vale destacar que, entre os motivos que justificaram a participação dos professores de Geografia no Projeto, segundo eles, um deles foi para dar continuidade a uma experiência positiva já desenvolvida na escola no ano letivo anterior, ou seja, tornar a educação geográfica mais “visível” para a comunidade escolar e relacionar o ensino de Geografia com os problemas locais.

Porém, nos anos de 2020 e 2021, os professores de Geografia afirmaram ter tido dificuldades de contatar com alguns alunos por problemas de telecomunicações (internet/computador), fato que prejudicou o diálogo e o trabalho com os participantes e possibilitou tensão e até incerteza para continuarem no Projeto. Mas, mesmo assim, com dedicação e compromisso dos educadores e com o incentivo e acompanhamento da equipe *Nós Propomos! Goiás*, todos conseguiram finalizar com êxito as propostas de trabalho.

Inclusive, os professores das escolas asseguraram que o trabalho no Projeto possibilitou satisfatoriamente a inovação educativa, a mobilização para a consciência cidadã por meio da participação ativa dos alunos, mesmo que a disponibilidade de tempo de concretização fosse um tanto escassa. Porém, avaliaram com êxito os seminários de apresentação dos projetos e dos trabalhos desenvolvidos, e isso acarretou um grau de satisfação pessoal e profissional pelo resultado desenvolvido.

Outro aspecto importante a ser considerado a partir da avaliação dos professores das escolas é que o grupo gestor poderia continuar estimulando a integração entre a universidade e escolas, bem como promover atividades de discussão das propostas e reflexão das ações realizadas. Assim, afirmaram que os escolares gostariam de continuar no projeto nos próximos anos e, se possível, que fosse ampliada a participação de outras escolas, por considerarem o Projeto *Nós Propomos! Goiás* de grande riqueza didática.

Além do mais, é possível discutir a dimensão política da ação educativa. Gutiérrez (1988, p. 44) diz que o professor na sua vida cotidiana com os escolares, deve

[...] incentivar-lhes um despertar político, quer dizer, fazê-los descobrir esse gosto pela liberdade de espírito, essa vontade de resolver os problemas do conjunto, esse sentimento que criam os verdadeiros revolucionários (até mesmo nos países socialistas), que podem dinamizar nossos jovens desde já e encaminhá-los para uma ação militante amanhã. E sem proselitismos, sem procurar doutriná-los, mas apenas abrindo-os para todas as discussões e todas as trocas.

Entende-se que, assim como apregoa o autor anteriormente citado, a realização do *Nós Propomos!* nas escolas vem colaborando com esse processo do despertar político. O ato de se colocar a pensar, a partir dos conceitos geográficos, sobre a realidade local vivida, faz com que os alunos exercitem sua cidadania, refletindo possibilidades para uma cidade melhor para se viver.

Considerações finais

Ao término dos ciclos de 2020 e 2021, pode-se afirmar que, em alguma medida, o *Nós Propomos! Goiás* tem contribuído para com o serviço de construção da cidadania, tarefa extremamente difícil de ser realizada na escola pública brasileira, pois, além de muito grande e heterogênea, é eivada de preconceitos e das ideologias dominantes.

Contudo, nas escolas, o trabalho mediado pelos professores ocorreu num processo de discussão dos temas/problemas locais, formação de grupos de trabalho que pesquisaram sobre os temas selecionados, apresentaram propostas de possíveis soluções, inclusive, dando sentido e significado para a vida dos escolares. Melhor dizendo, a realização de estudos de caso permitiram a identificação de problemas locais, assim como a apresentação de propostas de soluções que permitam aos escolares uma visão global por meio de uma consciência cidadã.

Além disso, os projetos de intervenção estimulam a colaboração entre universidades, escolas e municípios, buscando estabelecer parcerias e promover uma efetiva cidadania, colocando os professores e os jovens escolares como protagonistas no processo de ensino e aprendizagem, como agentes de transformação em suas comunidades. Assim, os trabalhos dos professores de Geografia nas escolas possibilitaram aos seus escolares o processo de formação do conhecimento geográfico para uma prática espacial cidadã.

É interessante destacar que os professores puderam desenvolver atividades concretas de ensino que foram construídas nas aulas de Geografia por meio das reflexões didáticas e pedagógicas. Considera-se que os professores envolvidos nos projetos de intervenção, direta ou indiretamente, ressignificaram sua prática pedagógica e cidadã e, de certa forma, isso contribuiu para fortalecer seu papel na escola, a parceria com outros colegas e construiu motivação e inovação para atuarem no ensino de Geografia. Para os professores, acredita-se que o projeto Nós Propomos! Goiás representa um espaço de inovação educativa, assim como oportunidade de crescimento profissional e, quiçá, pessoal.

Referências

- CALLAI, Helena Copetti. *A formação do profissional da geografia: o professor*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Bases teórico-metodológicas da Geografia: uma referência para a formação e a prática de ensino. In: CAVALCANTI, Lana de Souza (Org.). *Formação de professores: concepções e práticas em Geografia*. Goiânia: Vieira, 2006, p. 27-49
- CAVALCANTI, Lana de Souza. *Pensar pela Geografia: ensino e relevância social*. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.
- CAVALCANTI, Lana de Souza; SOUZA, Vanilton Camilo de. Geographical Concepts and the Goal of Citizenship Formation Brazilian Researches Concerning Geography Teaching. In: PINEDA-ALFONSO, José A.; DE ALBA-FERNÁNDEZ, Nicolás; NAVARRO-MEDINA, Elisa. *Handbook of Research on Education for Participative Citizenship and Global Prosperity*. IGI Global Disseminator of Knowledge, 2018, p. 458 – 480. Disponível em: <https://www.igi-global.com/book/handbook-research-education-participative-citizenship/203074>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- CAVALCANTI, Lana de Souza; OLIVEIRA, Karla Annyelly Teixeira de; SPIRONELLO, Rosangela Lurdes (Orgs.). *A relação cidade/campo no território goiano*. Goiânia: C&A Alfa & Comunicação, 2019. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.
- GARCIA, Carlos Marcelo. *Formação de professores: para uma mudança educativa*. Porto: Porto editora, 1999.
- GUTIÉRREZ, Francisco. *Educação como práxis política*. São Paulo: Summus Editorial, 1988.
- IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. *Pesquisa Colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos*. São Paulo: Liber Livros, 2008.
- OLIVEIRA, Ivanilton José de; MORAES, Loçandra Borges de (Org.). *Cartografia escolar: Região Metropolitana de Goiânia*, 2. ed. rev. atual. Goiânia: C& A Alfa Comunicação, 2020. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.
- OLIVEIRA, Karla Anyelly Teixeira de; MORAES, Loçandra Borges de. *Violência urbana na região metropolitana de Goiânia*. Goiânia: Vieira, 2010. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

PIMENTA, Selma Garrido. Pesquisa-ação crítico-colaborativa. *Educação e pesquisa*. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 521-544, set./dez. 2005.

RICHTER, Denis; CAVALCANTI, Lana de Souza (Orgs.). *Dinâmicas econômicas na Região Metropolitana de Goiânia*. 1. ed. Goiânia: América, 2013. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

ROSA, Alda Maria Araújo Torreal; KAUER, Inez Maria Milhome Viana (Org.). *Espaço urbano: Região Metropolitana de Goiânia*. 2. ed. rev. atual. Goiânia: C& A Alfa Comunicação, 2020. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

SOUZA, Vanilton Camilo de; PAULA, Flavia Maria de. Assis (Orgs.). *Dinâmicas Populacionais da Região Metropolitana de Goiânia*. 2. ed. Goiânia: Vieira, 2020. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO E A CIDADANIA NO ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS FINAIS

KARLA ANNYELLY TEIXEIRA DE OLIVEIRA

LANA DE SOUZA CAVALCANTI

MARIA EDUARDA ANDRADE DE FARIA

VALDINEY VIEIRA DA SILVA

Você já se deparou com alguma dessas situações: alagamentos nas ruas; córregos com baixo nível de água e muita poluição; ruas com muita poeira, lama ou buracos; ônibus que demora a passar; praças sujas e sem equipamentos de lazer; ausência de calçadas e faixas para bicicletas nas ruas? Já pensou em pesquisar sobre as causas e as consequências desses problemas, bem como sobre as possibilidades de soluções? Esses questionamentos foram utilizados no Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE) para convidar os alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental a participarem do nosso projeto de pesquisa *Nós Propomos! Goiás*, objeto deste texto. Na sequência, o TALE informava aos alunos sobre o objetivo do projeto, que consistia em “possibilitar que você, em colaboração com os seus colegas de classe, possa estudar sobre esses problemas nas suas aulas de Geografia” (p. 1) e, também, sobre seus procedimentos metodológicos, a saber:

- a) Projeto de pesquisa, em grupo, com a intenção de analisar problemas locais e propor soluções;

- b) Pesquisa documental e bibliográfica para levantamento de dados sobre a temática do projeto;
- c) Trabalho de campo para levantamento de dados sobre a temática do projeto;
- d) Estudo bibliográfico em fascículos didáticos temáticos sobre o local e outros textos relacionados ao tema do projeto;
- e) Produção de *slides* para apresentação do projeto, contendo o desenvolvimento e seus resultados.
- f) Realização do Seminário *Nós Propomos! Goiás*, no IESA/UFG/Goiânia (Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás) para socializar os resultados dos projetos com os alunos de todas as escolas parceiras do projeto, bem como para com os pesquisadores e representantes da gestão do estado e das cidades. (Devido à pandemia do novo coronavírus, o seminário será de forma remota, tentaremos oferecer as condições necessárias para que você participe dessa atividade.)

Portanto, os alunos foram convidados a integrarem uma pesquisa aplicada, na qual em colaboração com os colegas e sob a mediação do professor de Geografia eles iriam estudar sobre problemáticas identificadas em seu local de vivência, tendo como referência um conjunto de procedimentos metodológicos.

Com auxílio desse instrumento e, também, das explicações feitas pelos professores de Geografia da escola e da universidade, 43 alunos ingressaram e concluíram as atividades do projeto no ano letivo de 2020; e 58 o fizeram em 2021. Em razão da pandemia, em 2021, utilizamos também como instrumento de convite e mobilização dos alunos a realização de um seminário em momento anterior ao início das atividades, com relato de experiências discentes no Brasil e em Portugal na realização de projetos, conforme a proposta metodológica do Nós Propomos!. A atividade está disponível no canal do YouTube do NEPEG¹. O evento explicitou bem o trabalho feito pelos alunos, resultando na motivação de alguns

1 O canal com as atividades pode ser acessado pelo link: <https://www.youtube.com/c/NEPEG>.

assistentes para desenvolver o projeto, enquanto outros decidiram não participar, tendo como uma das justificativas a quantidade de trabalho e o tempo de dedicação que o projeto demandava.

O projeto foi desenvolvido no âmbito de uma pesquisa fundamentada na abordagem qualitativa, mais especificamente na pesquisa colaborativa. Essa modalidade de pesquisa “é atividade de coprodução de conhecimentos e de formação em que os pares colaboram entre si com o objetivo de resolver conjuntamente problemas que afligem a educação” (IBIAPINA, 2008, p. 25). O *Nós Propomos! Goiás* foi efetivado em sete escolas públicas, por meio da colaboração entre professores do Ensino Superior e do Ensino Fundamental, bem como de alunos desses dois níveis de ensino.

As escolas que realizaram o projeto se localizam na área central do estado de Goiás, sendo duas na capital Goiânia, quatro em cidades da região Metropolitana (Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Nova Veneza e Inhumas) e uma escola situada na cidade de Anápolis. Como produto do trabalho feito pelos alunos, sob a mediação dos professores, nessas escolas, tem-se as apresentações feitas nos Seminários de Encerramento. A partir desses resultados, questionamos: a atuação no *Nós Propomos! Goiás* contribuiu para a aprendizagem dos alunos? Os alunos desenvolveram um modo de pensar geográfico? Eles conseguiram realizar práticas cidadãs?

O objetivo deste texto é analisar essas apresentações dos alunos e refletir sobre evidências de que a participação no projeto contribuiu para o desenvolvimento do seu pensamento geográfico e de suas práticas espaciais voltadas para a cidadania. O texto segue estruturado em dois tópicos, um focado na discussão do pensamento geográfico e na cidadania como referência para o ensino de Geografia; e o outro, nos resultados dos projetos desenvolvidos pelos alunos.

Pensamento geográfico e cidadania como referências para o ensino de Geografia

As discussões acerca do pensamento geográfico e do seu papel no ensino de Geografia têm sido o foco nos últimos anos de alguns autores como Cavalcanti (2019), Carvalho (2020), Copatti (2020), entre outros. No entanto, antes de discorrer sobre a importância dessa forma de pensar para a Geografia Escolar, é necessário compreender, a partir da epistemologia da Ciência Geográfica, o que seria o que chamamos de Pensamento Geográfico.

Em seu livro “Quadros Geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar”, Gomes (2017) coloca que a Ciência Geográfica é responsável por produzir uma forma peculiar de enxergar o mundo e a realidade. Segundo o autor, a resposta à pergunta “o que é Geografia?” é: “uma forma de pensar. É disso que se trata [...] para além daquelas acepções que costumeiramente temos da Geografia, ela é também uma maneira original e potente de organizar o pensamento” (GOMES, p. 13, 2017). Concordamos com o autor quando ele faz essa afirmação. O que seria do conhecimento cientificamente produzido e estruturado senão formas de leitura e interpretações da realidade a partir dos seus conceitos, princípios e métodos?

Essa atitude de pensar envolve outras séries de atos que fazem com que essa ação não seja tarefa simples. Segundo Cavalcanti (2019, p. 11),

[...] pensar está diretamente ligado aos modos de ser de quem pensa e, por sua vez, aos modos de atuar do sujeito que orienta por seu pensamento. Assim, ressalta-se o pensar, em sua necessária inter-relação entre pensar, ser e atuar, o que atribui relevância social ao estudo da Geografia.

Isso significa que a preocupação com a formação de um pensamento não é uma tarefa simples da realidade. Proporcionar às pessoas uma lente para enxergar a realidade a partir dos conceitos, princípios e conteúdos da Ciência Geográfica é a oportunidade para essa forma peculiar de organizar o que se sabe. Não se trata aqui de

uma defesa apenas da importância do Pensamento Geográfico, como se esse fosse mais importante que os demais, mas sim de trazer para o centro a sua importância e relevância, assim como as demais formas de pensar.

É completamente impossível que um anatomista desenvolva suas pesquisas, análises e tudo que é dele demandado se esse não tivesse uma base a partir dessa ciência. Cada conhecimento científico produz uma maneira de pensar, isso porque cada uma traz em si um estatuto epistemológico que relacionam conceitos-princípios-métodos. Essa tríade nos permite existir enquanto ciência.

Para o Pensamento Geográfico, Cavalcanti (2019) coloca as variáveis: conceitos, raciocínios, método, linguagem e os sujeitos. Junto a elas temos um objeto a ser analisado. Toda ciência parte da análise de um objeto que faz parte da realidade. Cabe à Geografia, enquanto conhecimento científico, analisar o espaço geográfico. Esse é definido, segundo Santos (1996, p. 21), como “um sistema indissociável de objetos e ações”. Dentro desse sistema, os objetos estão distribuídos a partir de uma lógica, que atende a determinados interesses (da classe dominante). Sobre isso, Santos (2020) discorre que,

[...] a compreensão da integração dos sistemas de objetos e ações implica assumir os objetos para além das suas formas, considerando as funções que se constituem a partir da ação. Tais objetos são concebidos com intencionalidade e finalidades, que perpassam desde sua fabricação à sua localização, isso significa que a ordem espacial resultante, em alguma medida, também é intencional [...] (SANTOS, 2020, p. 77).

Diante desse cenário, compreender esses sistemas de objetos que caracterizam e dão forma ao Espaço Geográfico é uma tentativa de abarcar as razões de as coisas estarem onde estão e seus sentidos e significados para a sociedade. Para isso, é necessário formar conceitos geográficos como: território, paisagem, lugar, escala e espaço; e se orientar por princípios como: localização, comparação, conexão, totalidade.

No contexto do ensino escolar da Geografia, oferecer aos estudantes da educação básica aportes teóricos para analisarem a realidade em que vivem torna-se uma oportunidade para uma educação emancipatória. Não se trata aqui de uma utopia, de algo inalcançável. Não falamos de uma formação do Pensamento Geográfico em sua totalidade; isso não é possível nem ao maior e mais competente dos geógrafos. Trata-se, na verdade, de uma utopia possível, que possibilita ao indivíduo questionar, por exemplo, o motivo de as ruas de seu bairro não serem asfaltadas, enquanto as ruas do centro da cidade o são.

O que seria a educação senão uma prática para a liberdade e para transgredir o sistema, como discorrem autores como Paulo Freire e Bell Hooks. Dentro disso, a Geografia tem e deve assumir seu papel de importância, o de possibilitar compreender as dinâmicas do espaço produzido e reproduzido pelos nossos estudantes. Cabe à Ciência Geográfica oferecer aos estudantes da Educação básica um conhecimento poderoso (YOUNG, 2010). Este que tem como principal característica a possibilidade de os estudantes se emanciparem a partir do que aprendem e interpretam da realidade. Se a Geografia não possibilita tais conhecimentos, não teriam motivos para ela ser requerida pelos diversos reis e imperadores, como discorre Lacoste (2008).

Oferecer aos estudantes as condições de realizarem a própria análise do lugar onde vivem, traçando conexões e comparações com outros lugares, traz a possibilidade do desenvolvimento de um senso de cidadania. Tal senso não reside simplesmente na ação de problematizar e questionar a realidade local, mas também no fato de tais questionamentos transgredirem os interesses individuais, pois sua natureza, ainda que parte do indivíduo, é caracterizada pelos interesses coletivos.

As ruas não pavimentadas de um bairro não é o único problema dos moradores, há também o acesso ao sistema de saneamento básico, coleta do lixo, alimentação, acesso à educação e outros direitos básicos. A garantia ou negação desses direitos podem se dar pelas

localizações da moradia. Assim, pode se fazer a questão: por que no meu bairro tal serviço é precarizado e em outro, não? E, a partir daí, podem ser organizadas ações para resolver tais problemas.

Portanto, dar subsídios para que os estudantes pensem geograficamente é dar suporte para a ação. Conforme Cavalcanti (2019), pensar pressupõe uma ação, mas não é apenas a ação de pensar, é aquilo que sai do campo das ideias e vai para a práxis. O estudante é ao mesmo tempo agente observador e produtor do espaço e das análises feitas. Assim, é possível sair do âmbito específico da vivência e passar para um cotidiano que se torna objeto de estudo. Viver em um determinado bairro, em uma determinada cidade traz elementos para serem pensados e analisados. A análise, no entanto, não vai se limitar ao cotidiano, ao que é da vivência direta, porque será objeto de conhecimento. Isso implica empreender análises que tenham uma coerência e um rigor teórico e metodológico.

Diante dos argumentos colocados até aqui, o Pensamento Geográfico, conforme apontam Cavalcanti (2019), Gomes (2017) e Santos (2020a), é a possibilidade de oferecer aos estudantes um Conhecimento Poderoso (YOUNG, 2010), não o conhecimento dos poderosos, que nos levariam a enfrentar os mesmos problemas atuais. Fala-se de uma forma de pensar que possibilita mudanças efetivas, porque abre oportunidades para cobrar dos gestores, por atuação cidadã, a produção de espaços mais democráticos e justos.

Que entendemos por cidadania? Será que existe apenas um tipo de cidadania? Sem ambição de responder exaustivamente a esses questionamentos, vamos nos limitar a tratar sobre qual é o papel da escola e do ensino de Geografia na construção da cidadania.

Segundo Canivez (1998, p. 33), “a escola, de fato, institui a cidadania”, e em conformidade com Ribeiro (2002), a educação escolar é responsabilizada como sendo a principal via para se conquistar a cidadania, por meio da igualdade de direitos. No entanto, no atual momento em que vivemos no Brasil, o direito à educação

básica enquanto instrumento essencial para a conquista da cidadania é parco. Desse modo, é importante esclarecer sobre o entendimento que se quer para a cidadania e ampliar o horizonte da educação para além da cidadania burguesa.

Callai estabelece o **papel da escola** como sendo o de

[...] oportunizar acesso ao conhecimento que é produzido cientificamente, o qual toda a criança e o jovem têm direito. Este processo significa oportunizar aos alunos as ferramentas intelectuais para agir no próprio momento da vida em que estão, isto é, ser sujeito em que vive como tal com direitos e deveres no presente, pois como diz o autor antes referido, ajuda assim a construir o futuro (CALLAI, 2018, p. 13).

Depreendemos daí que o ensino de Geografia enquanto disciplina na escola tem como meta auxiliar tanto na formação humana quanto na construção de práticas cidadãs por intermédio dos conhecimentos geográficos ministrados no decorrer da educação básica. Argumentamos que há efetivas relações entre a vida cotidiana, a formação cidadã e a Geografia. Todavia, para que o ensino de Geografia cumpra sua meta (formação cidadã), é necessário haver condições materiais para a realização de atividades de ensino que de alguma maneira possibilitem aprendizagens significativas junto aos alunos, bem como condições de atuação do professor para que essa meta seja alcançada (CAVALCANTI, 2020).

O conceito de cidadania por nós compreendido se dá a partir da abordagem miltoniana, que a entende como uma construção social e que pode ser aprendida (SANTOS, 2007). E, nesse sentido, reafirmamos que “cidadania está ligada à participação da vida coletiva incluindo reivindicações de inclusão social, de respeito à diversidade e de direitos mais amplos para melhores condições de vida e de sobrevivência” (CAVALCANTI; SOUZA, 2014, p. 5).

Para Oliveira (1999), o conceito de cidadania possui sete dimensões que devem ser atendidas para que possamos ser considerados

cidadãos completos: 1. civil; 2. política; 3. socioeconômica; 4. cívica; 5. consumo; 6. pertencimento; e 7. espacial.

Há uma concordância entre diferentes autores como Cavalcanti (1998, 2002); Callai (2000) e Castellar (2006, 2012) de que o ensino de Geografia tem como uma de suas metas a formação do estudante para a cidadania, porém, por vezes, há um discurso vazio do que seja cidadania. Por ser um conceito complexo, os professores, em alguma medida, não objetivam uma meta para a formação cidadã. Observa-se uma profusão de significantes para esse conceito, apontando para uma ideia de cidadania multidimensional que se faz presente no universo escolar.

Milton Santos, nos seus estudos sobre a urbanização brasileira, observava a criação das cidades onde o conceito de cidadania decorreu de violações, sujeições e supressões históricas. E, diante desse contexto, ele desenvolveu o conceito de **cidadania mutilada**, ou seja, para o autor, não existe cidadania integral, completa no Brasil. Isso se dá por conta do nosso processo histórico, político e econômico, que não nos assegura instituir uma lógica de direitos. Nesse contexto, a cidadania brasileira está diretamente ligada a uma lógica econômica e consumista.

E para se alcançar um processo eficaz na formação cidadã, Santos afirma que a

[...] aprendizagem deve em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos. Isso significa saber como o mundo é e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e o de cada pessoa no conjunto da sociedade humana. É **desse modo que se podem formar cidadãos conscientes, capazes de atuar no presente e ajudar a construir o futuro**” (SANTOS, 1994, p. 121 grifos nossos).

Assim, a partir das colocações anteriores, norteamos nossas reflexões na direção de uma cidadania que seja capaz de levar dignidade para todas as pessoas. Concordamos com Manzini-Covre (2006, p. 10) quando ele afirma que “só existe cidadania se houver a

prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para se fazer valer os direitos do cidadão”.

Finalizamos nossas análises com as ponderações de Callai (2018, p. 26), afirmando que a “construção da cidadania, [...] é constitutiva da educação geográfica”, porém ela alerta que “nas ações práticas” dos docentes das escolas, “isso está longe de acontecer” em virtude de uma série de problemáticas. Para que o ensino de Geografia dê conta de uma formação cidadã, não podemos concebê-la como um conceito banal. É preciso ter clareza de que a cidadania é uma construção social fundamentada pelos conhecimentos que a escola e a Geografia escolar podem efetivá-la.

Essas ponderações da autora reforçam a pertinência de se ensinar Geografia pautada na metodologia do *Nós Propomos! Goiás*, que consiste na problematização, análise e elaboração de propostas de superação de dificuldades do contexto local dos alunos, por meio do uso de projetos de investigação, fundamentada na leitura geográfica e na construção de uma cidadania territorial. O que revelam os projetos desenvolvidos pelos alunos? Algumas dessas revelações serão tratadas no item seguinte.

Geografia e cidadania nos projetos de investigação dos alunos

Os projetos desenvolvidos pelos alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental, ao longo dos anos letivos de 2020 e 2021, foram sistematizados nos quadros 01 e 02, que seguem. A intenção foi a de construir uma síntese em termos da indicação da escola, quantidade de alunos participantes, problema investigado, temas e conteúdos geográficos abordados, bem como as ações cidadãs propostas para a solução do referido problema.

No ano de 2020, alunos de seis escolas fizeram seis projetos de investigação, conforme a metodologia do *Nós Propomos! Goiás*, organizados, principalmente, em pequenos grupos de trabalho contendo uma média de cinco membros. Nesses grupos, o trabalho foi

desenvolvido no contexto extracurricular, tendo como principal ferramenta de comunicação os grupos de WhatsApp. Apenas na escola de Nova Veneza/GO o grupo foi maior, com 19 alunos, pois o projeto foi executado no contexto de uma disciplina eletiva ofertada pelo professor de Geografia, sendo que a comunicação para sua realização também ocorreu por meio da rede social (quadro 1).

Quadro 1 – Síntese dos projetos de investigação dos alunos no Nós propomos! Goiás, 2020.

| Escola/cidade/ n° de alunos | Problema | Temas e conteúdos geográficos | Ações cidadãs: propostas de intervenção |
|---|---|--|---|
| CEPI Gomes de Souza Ramos Anápolis/GO 14 alunos | Lixo: concepção, relação com a saúde, problemas ambientais, manejo adequado | Geografia da Saúde: lixo como base para vetores (moscas, mosquitos e ratos) de doenças como zika, dengue, salmonelose e peste bubônica. Ambiente: poluição da água e do solo, efeito estufa e os alagamentos urbanos. Resíduo sólido: os tipos de lixo relacionados à produção. | Implementar a proposta dos 5 R – Repensar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar; Essa prática possibilita a mudança para uma geração sustentável |
| Colégio Estadual Mané Ventura Aparecida de Goiânia/GO 5 alunos | Queimadas: questão socio-ambiental no cerrado | Queimada como prática agropecuária e urbana. Tipos de queimadas: naturais e antrópicas Ambiente: problemas decorrentes das queimadas: degradação ambiental, destruição de biomas, aumento do CO2 e favorecimento da erosão. Conceitos: escala, lugar e ambiente. Leitura geográfica: o quê, onde, como e porque nesse lugar? | 1º passo: conscientização das pessoas à nossa volta, como amigos parentes e vizinho, no contexto da escola e do bairro; 2º passo: mudança pessoal de atitude, ser um exemplo, em relação ao consumo, reutilizar e reciclar os resíduos, no lugar de queimar; 3º passo: cobrar dos governantes atitudes e execução de leis federais e municipais já existentes para mitigar o problema; 4º passo: conscientização da população, por meio das redes sociais; |

| Escola/cidade/ nº de alunos | Problema | Temas e conteúdos geográficos | Ações cidadãs: propostas de intervenção |
|--|---|--|--|
| Escola Municipal João Vieira da Paixão Goiânia/GO 6 alunos | Saneamento básico: falta de água e esgoto no agravo de problemas de saúde e dos casos da Covid-19 | <p>Cidadania: legislação, prática cotidiana e conceito.</p> <p>Saneamento básico: legislação, prática cotidiana e conceito.</p> <p>Espaço urbano: produção, transformação e expansão urbana, segregação e uso desigual da cidade e prática cotidiana, por meio de imagens de satélites da região da escola no período entre 2006 e 2020.</p> <p>Dinâmicas populacionais: densidade demográfica, população urbana e rural.</p> <p>Esgotamento sanitário: dados do IBGE, mapas e charges sobre a situação do esgotamento no Brasil.</p> <p>Abastecimento de água: dados do cadastro nacional, mapas sobre situação do abastecimento no Brasil.</p> <p>Saneamento e saúde: dados do site cartografia da Covid-19 do LEPEG IESA/UFG, os impactos das condições de higiene na vida das pessoas.</p> | <p>Conscientização da população sobre a separação e o destino dos resíduos sólidos e sobre o lançamento do esgoto no asfalto, na rua;</p> <p>Ampliar a ação de limpeza e cuidado com as praças e áreas de lazer;</p> <p>Fazer a limpeza dos bueiros e bocas de lobo;</p> <p>Denunciar os indivíduos que jogam lixo em terrenos baldios e áreas públicas.</p> |

| Escola/cidade/ nº de alunos | Problema | Temas e conteúdos geográficos | Ações cidadãs: propostas de intervenção |
|--|--|--|---|
| Escola Municipal Jardim América Goiânia/GO 6 alunos | Falta de pertencimento dos alunos da EJA junto à cidade de Goiânia/GO. | <p>Migração: quem são e de onde vieram os alunos? Cidade: como os alunos compreendem, vivem e se posicionam em relação a sua cidade, Goiânia/GO?</p> <p>Lugar: Como os alunos podem ampliar o seu vínculo, vivência e sentimento de pertença com a cidade?</p> <p>Goiânia: arquitetura e urbanismo, arte e cultura goianiense, aspectos físico-naturais, impactos ambientais, desafios socioeconômicos (drogas, violência, desigualdade social, pobreza, moradia e desemprego).</p> | <p>Apresentaram junto a Câmara Municipal de Vereadores de Goiânia uma proposta de alternativas para a resolução do problema.</p> |
| CEPI José Peixoto Nova Veneza/GO 19 alunos | Bacias Hidrográficas e a problemática do ribeirão Cachoeira em Nova Veneza/GO. | <p>Cartografia: foco em alfabetização cartográfica e no mapeamento da bacia do Ribeirão Cachoeira em Nova Veneza-GO.</p> <p>Bacias Hidrográficas: componentes da bacia, rede hidrográfica e ciclo hidrológico, bem como estudo das bacias dos ribeirões Meia Ponte e Cachoeira.</p> <p>Ambiente: legislação, preservação e vida em áreas de risco ambiental.</p> <p>Cidade: dinâmica urbana, paisagem e prática cidadã referente ao uso da água em Nova Veneza/GO.</p> <p>Água: uso na pecuária e agricultura.</p> | <p>Conscientizar a população sobre a conservação das matas ciliares;</p> <p>Conscientização sobre o uso racional da água, por parte da população com medidas de racionalização e não poluição;</p> <p>Confecção de cartas sobre os problemas e soluções para a cidade de Nova Veneza/GO como: melhoria da paisagem urbana da saída de Nova Veneza para Nerópolis/GO, melhoria da coleta de lixo da cidade e também a manutenção dos bueiros e bocas de lobo e ainda a recuperação do asfalto das ruas e rodovias que cortam a cidade.</p> |

| Escola/cidade/ nº de alunos | Problema | Temas e conteúdos geográficos | Ações cidadãs: propostas de intervenção |
|---|---|---|--|
| Colégio Estadual Rui Barbosa Inhumas/GO 3 alunos | Violência urbana e escolar cidade de Inhumas/GO | Violência e criminalidade na perspectiva do batallhão da polícia militar de Goiás em Inhumas. Criminalidade, conforme os registros da polícia civil em Inhumas, no ano de 2019. Violência na escola conforme os alunos do 9º Ano. | Produção e entrega de carta ao prefeito de Inhumas/GO com propostas de soluções, que incluíam diversas ações como: Contratação de psicólogos para as escolas; Realização de projetos educacionais de prevenção à violência e também de preparação para o mercado de trabalho Instalação de câmeras na cidade e aumento do número de policiais Articulação entre os órgãos de combate à violência, a gestão municipal e a comunidade. etc. |

Fonte: Apresentações do Seminário de Encerramento do Nós Propomos! Goiás, 2020.

No ano de 2021, o trabalho seguiu praticamente o mesmo padrão de 2020, com algumas pequenas alterações. Foram sete escolas e nove projetos feitos, pois duas escolas fizeram dois. O trabalho realizou-se no contexto extracurricular com pequenos grupos de alunos, exceto na escola de Anápolis, que foi feito no contexto de uma disciplina eletiva. A comunicação foi feita tanto pelas redes sociais quanto em reuniões presenciais, pois, a partir do segundo semestre, seis escolas passaram a ter o ensino presencial (quadro 2).

Quadro 2 – Síntese dos projetos de investigação dos alunos no Nós propomos! Goiás, 2021

| Escola/cidade/ nº de alunos | Problema | Temas e conteúdos geográficos | Ações cidadãs: propostas de intervenção |
|--|---|---|---|
| CEPI Gomes de Souza Ramos Anápolis/GO 19 alunos | Saúde mental dos alunos pandemia: censo da escola. | Geografia da saúde: covid-19, pandemia, condições mentais dos alunos, ansiedade, depressão, pânico, matéria escolar. Cartografia: aplicação de questionário, tabulação de dados e produção de gráficos.. | Incentivar por meio das disciplinas Eletivas e dos Projetos de Protagonismo Juvenil, das escolas públicas de tempo integral, o acompanhamento médico ou a estruturação de redes de apoio na própria escola |
| Colégio Estadual Mané Ventura Aparecida de Goiânia/GO 7 + 4 alunos | Grupo 01 – O lixo em Aparecida, mais especificamente nos bairros que cercam a escola e como ele impacta a vida das pessoas. | Grupo 01: Resíduos sólidos: prática cotidiana, dados de sites oficiais, consumismo, gestão da cidade, maus hábitos dos cidadãos. Percepção da comunidade escolar sobre os problemas relacionados ao lixo. | Grupo 01: O Estado e outras instituições públicas e privadas fazerem campanhas de conscientização sobre a situação, as causas e os efeitos do lixo para as pessoas; As empresas e indústrias terem mais responsabilidade com o lixo; -Escolas abordarem mais o assunto do lixo com as crianças e jovens, isso no futuro poderia ajudar a termos uma cidade melhor e mais bonita; -Cabe aos cidadãos uma mudança hábitos em relação aos resíduos sólidos, consumindo menos, sabendo a origem do que consome e pensando o destino correto a dar ao lixo gerado; Atuação mais consistente na prefeitura no cuidado com a limpeza da cidade. Além de uma maior fiscalização; Uma maior divulgação da prefeitura em relação aos serviços que são prestados de cata treco, lixo reciclável etc. |

| Escola/cidade/ nº de alunos | Problema | Temas e conteúdos geográficos | Ações cidadãs: propostas de intervenção |
|---|--|---|--|
| Colégio Estadual Mané Ventura Aparecida de Goiânia/GO 7 + 4 alunos | Grupo 02 – Degradação do córrego Santo Antônio, que está bastante degradado/poluído, com suas águas sujas e praticamente sem vestígio de vida. | Grupo 02: Ambiente: prática cotidiana, degradação, poluição, recursos hídricos. Rede de drenagem: prática cotidiana, córrego Santo Antônio, percepção dos moradores anti- gos sobre o córrego. | Grupo 02: Campanhas de conscientização das pessoas em toda a cidade, para que o desmatamento, o descarte de resíduos etc. no córrego Santo Antônio acabe; Que os cidadãos, mesmo individualmente ou coletivamente, realizem ações para preservar e recuperar os córregos em Aparecida e todas as cidades também; Recomposição das matas ciliares pelo menos nos termos que diz a legislação. Pois ela serve para evitar o assoreamento do córrego, assim como a erosão fluvial, o que ajudaria na recomposição da vida do mesmo; Criar uma página no Facebook com o objetivo de mostrar à população a situação do córrego Santo Antônio e outras questões ambientais da cidade, contendo textos, fotos, vídeos etc. Também ser um canal para dialogar e pensar ações para melhorar a condição do córrego; Que os cidadãos cobrem dos governadores o cumprimento integral da legislação ambiental em nossa cidade/estado/país; A prefeitura faz ações e projetos para recuperar a qualidade dos córregos de toda a cidade. Para que num futuro próximo tenhamos uma cidade bonita e boa de viver, com córregos limpos e cheios de vida. |

| Escola/cidade/ nº de alunos | Problema | Temas e conteúdos geográficos | Ações cidadãs: propostas de intervenção |
|---|---|---|--|
| Escola Municipal João Vieira da Paixão Goiânia/GO 9 alunos | O desmazelo da cidade e o excesso de lixo em lotes baldio e margens de córregos, falta de sinalização, praças não cuidadas, falta de faixa de pedestres e vários outros problemas que tem na nossa cidade etc | Espaço urbano: produção, transformação e expansão urbana, segregação e uso desigual da cidade e prática cotidiana, por meio de imagens de satélites da região da escola no período entre 2006 e 2020; Paisagem: observação e fotografias; Problemas locais: percepção da comunidade escolar. Cartografia: elaboração de mapas no Google my maps, aplicação de questionário, tabulação de dados e produção de gráficos; Cidadania: prática cotidiana e conceito; Coleta do lixo – contexto local e pesquisa de dados no site da COMURG. | Uso de ecopontos existentes na cidade para depósito do lixo que não é coletado pela prefeitura; Realização de campanhas e desenvolvimento de ações para reciclagem Mais investimento em saneamento básico e no recolhimento de lixo doméstico. Criar uma forma de uso para praças públicas que estão inutilizadas, e fazer a implantação de árvores frutíferas e hortas urbanas para o uso da população local Criar panfletos para conscientizar e incentivar as pessoas a cuidarem da cidade. |
| Escola Municipal Jardim América Goiânia/GO 2 + 1 alunos | As dificuldades da participação dos educandos da EJA no ensino remoto no contexto da pandemia Intolerância religiosa e seus desafios para a prática cidadã e a formação escolar. | Evasão escolar – prática cotidiana, levantamento de dados na escola e a definição de uma metodologia para estudar o tema. Intolerância religiosa – prática cotidiana, diferentes credos, estado laico, racismo e preconceito racial. | Realização de um debate na escola, com a exposição de ideias e diálogo com especialistas em diferentes credos, tendo como público alvo o público escolar. Essa ação foi efetivada na pesquisa. |

| Escola/cidade/ nº de alunos | Problema | Temas e conteúdos geográficos | Ações cidadãs: propostas de intervenção |
|--|--|---|--|
| CEPI José Peixoto Nova Veneza/GO 9 alunos | Migração pendular da população na cidade de Nova Veneza. | População: prática cotidiana, dados do IBGE e prefeitura municipal, dinâmica populacional, estrutura etária, idoso, estatuto do idoso. Migração: prática cotidiana, mobilidade urbana, migração pendular, transporte, dados oficiais em Goiás, diversidade cultural. Cartografia: mapas e gráficos sobre dinâmica populacional. | Criação de uma Associação de Trabalhadores de Nova Veneza que trabalhem em Goiânia para que juntos possam reivindicar com o poder público local a aquisição de um veículo para melhorar a qualidade do transporte coletivo no município, buscando assim uma melhor qualidade de vida para essa parte da população do município |
| Colégio Estadual. Rui barbosa Inhumas/GO 4 alunos | As dificuldades da população rural referentes ao acesso a bens e serviços que muita das vezes é desassistida pela gestão pública do município. | Relação cidade-campo: prática cotidiana, caracterização do campo e da cidade, dados em Goiás. Vida no campo: vida e trabalho em uma fazenda da cidade de Inhumas/GO, produção de leite, paisagem do percurso entre cidade e campo e atividades de articulação entre campo e cidade. cidade-campo, conforme a perspectiva da secretaria do Meio Ambiente e Agricultura: loteamentos de chácaras, descarte de resíduos e movimento da população da cidade para o campo. | Propostas: compreender que a relação cidade-campo ocorre em um continuum, que os dois são importantes. |
| Escola Municipal Luzia Maria de Siqueira 3 alunos | A descaracterização e a destruição do patrimônio histórico do município de Senador Canedo | Patrimônio histórico e cultural:: prática cotidiana, características das construções, elementos da literatura, música, festas e culinária Cartografia: confecção de mapas e maquete sobre o patrimônio de Senador Canedo/GO. Redes sociais: criação de página na rede social para conscientização da população sobre a preservação do patrimônio, com material informativo produzido na pesquisa, por meio do programa CANVA. | Conscientização da população sobre a preservação do patrimônio histórico-cultural de Senador Canedo/GO, por meio da produção de material informativo produzido ao longo da pesquisa, por meio do programa CANVA, que foi disponibilizado em página do Instagram também criada pelo grupo na pesquisa. |

Fonte: Apresentações do Seminário de Encerramento do Nós Propomos! Goiás, 2021.

Os problemas pesquisados pelos alunos dizem respeito às questões ligadas ao cotidiano da cidade e da escola. Sobre a cidade: o acúmulo e o descarte inadequado do lixo local (três projetos); a poluição e a degradação de bacias hidrográficas urbanas (dois projetos); os impactos das queimadas na cidade e no campo; a relação entre falta de saneamento básico e a saúde das pessoas; a destruição do patrimônio histórico-cultural; migração pendular na metrópole; e a relação cidade/campo na vida das pessoas. Sobre a escola: a violência urbana e escolar; a identidade de alunos migrantes com a cidade; doenças mentais dos alunos decorrentes da pandemia; identidade de alunos migrantes com a cidade; direito à educação no EJA; intolerância religiosa e a formação escolar.

Na abordagem desses problemas locais, sob a mediação do professor, os alunos puderam trabalhar com conteúdos significativos para a análise geográfica, conforme é possível observar nos quadros 1 e 2. Dentre os conteúdos, destacam-se: Geografia da saúde, ambiente, espaço urbano, dinâmica populacional, migração, cidade, cartografia, bacias hidrográficas, rede de drenagem, paisagem, relação cidade/campo e patrimônio. Todavia, tão interessante quanto explicitar os conteúdos geográficos em si mobilizados pelos alunos é explicitar os tipos de análises mobilizadas por eles na abordagem desses conteúdos e dos problemas investigados.

A temática da saúde, por exemplo, foi observada pelos alunos em três projetos, tendo como referência a base geográfica, de modo que se estabeleceram conexões entre saúde pessoal e questões territoriais. Doenças como zika, dengue, salmonelose e peste bubônica foram associadas a animais vetores que vivem em ambiente de armazenamento inadequado de lixo. O agravamento de casos da Covid-19 foi relacionado às áreas da cidade com precariedades no saneamento básico em termos de abastecimento de redes de água e esgoto. As doenças mentais como depressão, pânico e ansiedade nos alunos foram consideradas como consequência do período de isolamento social e ensino remoto, bem como com o posterior retorno ao

sistema presencial, pelo qual passaram os alunos ao longo da pandemia do coronavírus. Essa problemática da saúde, ainda que relevante, não é um tema comum no currículo escolar e nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental. Há uma produção significativa tanto na área em si da Geografia da saúde e também existem trabalhos sobre a potencialidade dessa temática no seu ensino (BRAGA, 2015). Destacamos esse tema, exatamente, para explicitar o potencial criador da metodologia do *Nós Propomos! Goiás*, tanto pelos alunos quanto pelos professores.

O ambiente também esteve presente em três trabalhos e foi abordado tendo como base elementos concretos e/ou significativos para os alunos. Esse conceito foi acionado pelos estudantes no estudo sobre o descarte inadequado dos resíduos sólidos, quando associaram esse problema ao agravamento das condições ambientais, como poluição da água, geração de gases do efeito estufa e contribuição para os alagamentos urbanos. A problemática das queimadas também foi indicada como responsável pela degradação ambiental, destruição de biomas, aumento do CO₂ e o favorecimento da erosão. O ambiente também foi o conceito utilizado pelos alunos para caracterizar o atual estágio de degradação do córrego Santo Antônio em contraposição ao contexto passado desse curso de água, quando era fonte de vida aquática e tinha suas margens protegidas pela mata ciliar. A temática ambiental é comum e está presente no currículo e nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental. O diferencial aqui é que ele foi acionado para compreender uma problemática em estudo pelos alunos, isto é, foi utilizado como um meio, um recurso do pensamento para explicação de uma situação real. Nesse sentido, por meio da metodologia do *Nós Propomos! Goiás*, os alunos puderam ir além do estudo formal da temática ambiental.

As análises feitas sobre a saúde e o ambiente também podem ser estendidas sobre os demais conteúdos acionados pelos alunos. Para a realização de todos os projetos, percebemos que eles estudaram os conteúdos e conceitos geográficos de forma articulada às

demandas dos problemas investigados, de modo que foram além do currículo escolar para temas normalmente não previstos e atribuíram sentido para aquelas temáticas já previstas nas propostas curriculares. Portanto, houve um processo ativo de construção do conhecimento, no qual os conteúdos e conceitos foram utilizados como instrumentos, como ferramentas simbólicas desse processo. Conforme afirma Cavalcanti (2019, p. 51), a formação de conceitos geográficos “...é essencial para compreensão da realidade para além da dimensão empírica. Com a generalização resultante dessa formação, uma atividade criadora, a realidade é melhor compreendida”.

Nesse processo de construção do conhecimento pelos alunos, sob a mediação docente, dos projetos apresentados nos seminários de encerramento, foi possível identificar o uso de procedimentos próprios da pesquisa científica em Geografia, como questionário, entrevista, observação, trabalho de campo e produção de gráficos e mapas. Esse fato reforça que, além de o conteúdo ter sido utilizado como um meio para compreensão da realidade local, os alunos também mobilizaram instrumentos de produção de dados primários muito recorrentes na pesquisa geográfica acadêmica. O questionário esteve presente em cinco dos quatorze projetos apresentados, tendo sido utilizado para levantamento de informações junto aos alunos da própria escola do grupo e também da comunidade em geral nas investigações sobre a naturalidade dos alunos do EJA, violência escolar, percepção da comunidade escolar sobre o lixo, principais problemas da região da escola e sobre a saúde mental dos alunos. Os alunos atuaram na elaboração, aplicação, tabulação e análise dos dados dos questionários. A entrevista filmada de um morador antigo do bairro foi utilizada por um grupo para fazer a caracterização da paisagem do córrego Santo Antônio, antes da sua degradação. A observação da paisagem foi utilizada por todos os grupos com a intenção de identificar problemas locais para estudo. Por meio do trabalho de campo, alunos de sete grupos percorreram áreas para observação e levantamento de informações sobre os temas estudados.

Para tanto elaboraram roteiro prévio, fizeram o percurso, tiraram fotografias e fizeram discussões ao longo do trajeto e relatório final. A elaboração de gráficos e mapas também foi uma constante entre os grupos de trabalhos, especialmente dos gráficos; os mapas foram produzidos por meio do *site* Google My Maps. Dentre eles, destaca-se um mapa no qual os alunos indicaram a localização dos pontos de descarte de resíduos sólidos não coletados pela prefeitura de Goiânia, como entulho, lixo eletrônico etc.

No geral, entendemos que os alunos conseguiram desenvolver bem as etapas dos projetos de investigação, desde a sua concepção, execução e finalização, assim como que eles compreenderam como se faz um trabalho de pesquisa sobre um determinado problema, que analisaram na perspectiva da Geografia e que, portanto, passaram por um processo de desenvolvimento e aprimoramento de seus conhecimentos geográficos. Ao avaliarem sua participação no projeto no ano de 2021, dos 45 alunos que responderam ao questionário, todos indicaram que o *Nós Propomos! Goiás* motiva para a aprendizagem. Em relação à contribuição do projeto para a construção do conhecimento sobre o local, a maioria indicou as alternativas “muito bom” (68,9%) e “bom” (28,9%).

A aprendizagem da cidadania, por sua vez, é outra marca da metodologia do *Nós Propomos! Goiás*. Com a intenção de potencializar o protagonismo cidadão dos escolares, paralelamente ao processo de construção do conhecimento sobre o local, os alunos são instigados a apresentarem propostas de intervenção para a solução dos problemas. Conforme os quadros 1 e 2, as ações cidadãs propostas pelos alunos consideram em primeiro lugar um processo de conscientização e de mudança de atitude, tanto deles mesmos quanto da população no geral. Na sequência, aparecem as ações ligadas à indicação de práticas que os gestores públicos têm que executar melhor ou começar a fazer. Por fim, estão as propostas executadas pelos próprios alunos para potencializar as duas ações anteriores. Assim, é possível citar a elaboração de panfletos explicativos, a criação

de páginas nas redes sociais e a promoção de palestras com caráter educativo para fortalecer o processo de conscientização da população frente aos problemas. Para a comunicação com os gestores públicos, foram elaboradas cartas com a indicação de propostas e também a realização de reuniões com esses gestores.

O lugar da vida cotidiana foi tomado como objeto de estudo, o conteúdo escolar incorporou a sua dimensão teórica à concretude do dia a dia e passou a ter mais sentido para os alunos. Dessa forma, o estudo sistemático do contexto local é uma perspectiva que contribui para o desenvolvimento de atitudes cidadãs. Os estudantes começaram a olhar para o seu entorno com uma postura indagadora e problematizadora, de modo que, ao tomarem os percursos cotidianos como objetos de conhecimento, posicionaram-se como sujeitos ativos no processo de produção e transformação do seu cotidiano, o que é a dimensão espacial do lugar, segundo Milton Santos..

Considerações finais

A metodologia do projeto tinha como objetivo que professores e alunos assumissem uma ação protagonista na construção do conhecimento geográfico. Assim, sob a mediação docente, os alunos fizeram um esforço para demonstrar e caracterizar um tipo peculiar de observação dos fenômenos, na tentativa de construir um pensar geográfico. Os alunos tomaram um problema local visível na paisagem local, na tentativa de compreender o que está invisível, o que é também denominado por Moreira (2007) como “as máscaras sociais”.

Ao desenvolverem esses projetos, os alunos estão de alguma forma tentando buscar compreender o sentido e o significado dos fenômenos e fatos em sua localização. Eles foram instigados a entenderem que a ordem espacial dos objetos não é natural e neutra, mas sim como uma ordem social e ambiental, que foi historicamente construída.

A disciplina Geografia ensina o estudante a pensar geograficamente, e esse tipo de pensamento foi decisivo junto aos alunos do *Nós Propomos! Goiás*, por entendermos que ele contribuiu para

análises geográficas dos problemas. Os conteúdos geográficos utilizados no desenvolvimento dos projetos serviram, em alguma medida, para pensar a problemática posta em cada trabalho, no sentido de avançar o ensino de Geografia para além da transmissão de conhecimentos, pautado na memorização, em direção ao ensino que aborda o conteúdo como ferramenta simbólica que contribui para o desenvolvimento do pensamento geográfico dos alunos.

Ao analisarmos os projetos, as apresentações de sua culminância e o relato dos professores, podemos afirmar que o Projeto *Nós Propomos! Goiás* teve enorme relevância, pois se orienta para um ensino de Geografia, conforme Cavalcanti, “voltado para o social, para a consciência coletiva dos alunos” (CAVALCANTI, 2019, p. 214). A metodologia do projeto combinou conteúdos que se articularam com as demandas socioambientais identificadas pelos alunos. Essa articulação entre conteúdos geográficos com as demandas socioambientais garantiu em certa medida o exercício da cidadania. Ou seja, o projeto, mediante a disciplina de Geografia, possibilitou situações de aprendizagem nas quais os alunos e professores puderam desenvolver uma consciência crítica sobre a realidade à qual se debruçaram para pesquisar e, com isso, passaram a compreender o espaço e nele atuar.

Os projetos desenvolvidos não buscavam apenas identificar os problemas urbanos locais em si, mais que isso, os alunos foram desafiados a fazerem uma leitura geográfica e a apresentarem propostas de solução para os mesmos.

Podemos dizer que, ao longo da execução da pesquisa, o objetivo do ensino de Geografia, conforme Cavalcanti e Souza, que deve ser “formar um modo de pensar geográfico para orientar práticas cidadãs cotidianas” (CAVALCANTI; SOUZA, 2014, p. 7), foi em alguma medida alcançado, pois todas as temáticas dos projetos tiveram a abordagem por meio da problematização, sistematização e síntese. Nesse sentido, Callai (2018) corrobora dizendo que o ensino de Geografia se coloca como uma vantagem, por disponibilizar

algumas perspectivas aos alunos, para que eles possam analisar, interpretar e compreender o mundo.

Contudo, finalizamos nossas análises com as ponderações de Callai (2018, p. 26), nas quais ele afirma que a “construção da cidadania, [...] é constitutiva da educação geográfica”, alertando, porém, que “nas ações práticas” dos docentes das escolas, “isso está longe de acontecer” em virtude de uma série de problemáticas. Essas ponderações de Callai (2018) reforçam a pertinência de se ensinar Geografia pautada em metodologias similares ao do *Nós Propomos! Goiás*, que consiste na problematização e na análise do contexto local dos alunos, fundamentadas no uso de projetos de investigação.

Segundo Santos (2020), a cidadania se aprende, ou seja, cidadania se ensina, e o *Nós Propomos! Goiás* não apenas outorgou sentido ao se ensinar Geografia, como também possibilitou aos alunos aprenderem a “pensar e viver geograficamente a cidadania”. Tanto os alunos quanto os professores, ao participarem do projeto, trabalhando com os problemas urbanos relacionados ao cotidiano, em alguma medida, contribuíram para práticas cidadãs.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco. *A geografia da saúde na geografia escolar do ensino médio, no contexto dos colégios estaduais de Curitiba/PR: uma análise crítica*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- CALLAI, Helena Copetti. Educação geográfica para a formação cidadã. *Revista de Geografia Norte Grande*, n. 70, p. 09-30, 2018.
- CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. *Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. Porto Alegre: Mediação, 2000, p. 83– 134.
- CANIVEZ, Pratices. *Educar o cidadão*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1998.
- CARVALHO, Luline Silva. *Pensamento geográfico: o desafio da formação inicial em geografia*. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

CASTELLAR, Sônia Vanzella. A cidade e a cultura urbana: um estudo metodológico para ensinar geografia. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 85, p. 95-111, 2006.

CASTELLAR, Sônia Vanzella *et al.* *Ensino de Geografia*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. Campinas, SP. Papirus, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A formação de professores de Geografia: o lugar da prática de ensino. In: TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes; CHAVES, Sandramara Matias (Org.). *Concepções e práticas em formação de professores: diferentes olhares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Formar para a vida urbana cidadã como meta para o professor de Geografia: aportes teóricos e ensinamentos da experiência. *AGALI journal*, v. 10, p. 45-64, 2020.

CAVALCANTI, L. de Souza. *Pensar pela Geografia: ensino e relevância social*. Goiânia. C&A Alfa Comunicação, 2019.

CAVALCANTI, L. S.; SOUZA, V. C. A Formação do Professor de Geografia para atuar na educação cidadã. *Acta do XIII Colóquio Internacional de Geocrítica*. Barcelona: GEOcrítica, 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Lana%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2021.

COPATTI, Carina. *Geografia(s), professor(es) e a construção do pensamento pedagógico-geográfico*. Curitiba: Editora CRV, 2020.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Quadros Geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. *Pesquisa Colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos*. São Paulo: Liber Livros, 2008.

LACOSTE, Yves. *A Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 2008.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. 3. ed. 16. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Márcio Piñon. Um conceito de cidadania para se trabalhar a cidade. *Revista GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 93-120, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13365>. Acesso em: 20 jan. 2021.

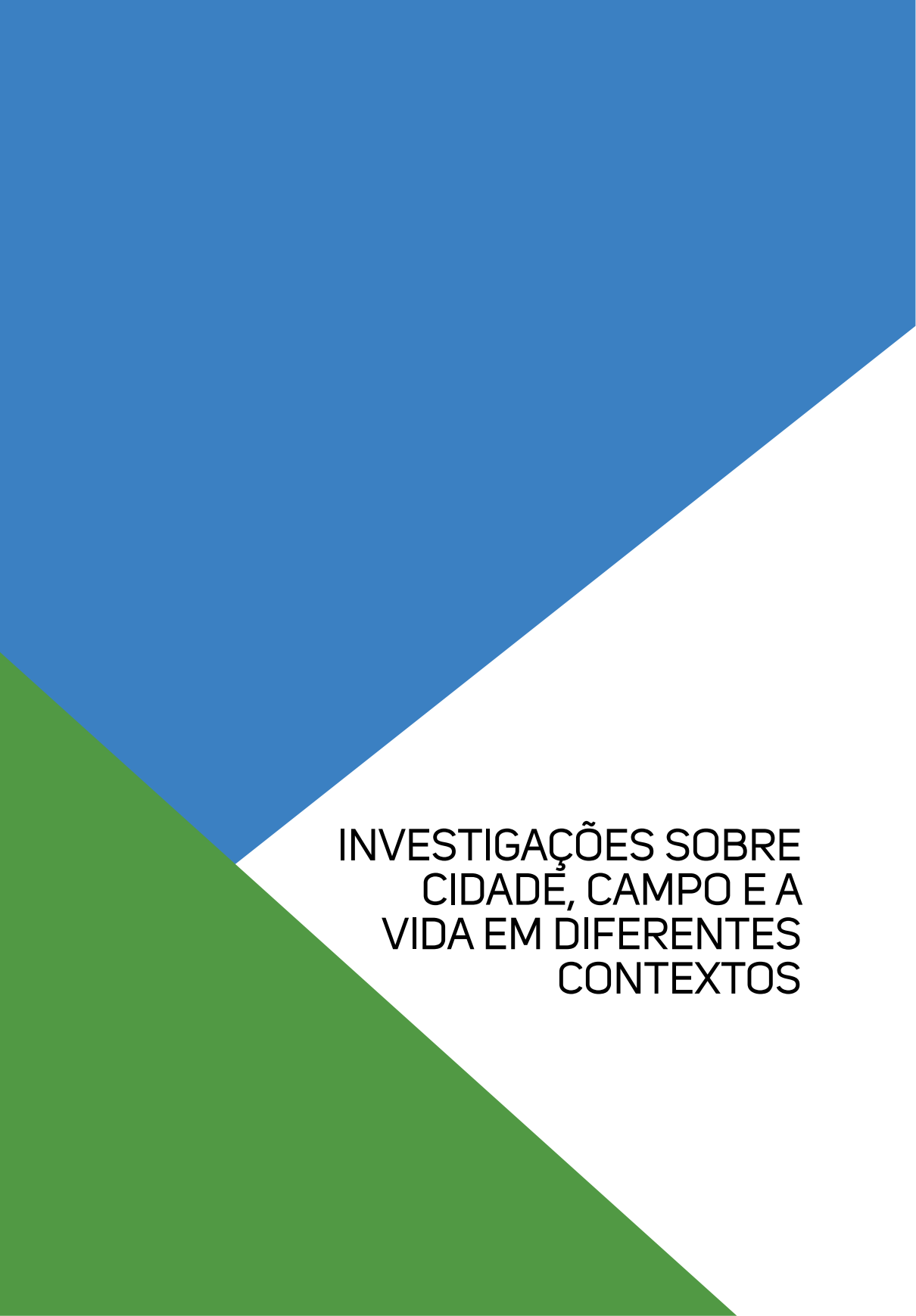
RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 113– 128, jul./dez. 2002.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e o meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

YOUNG, Michael. *Conhecimento e currículo: do socioconstrutivismo ao realismo social na sociologia da educação*. Porto: Porto editora, 2010.

The background features a white central area where the text is located. This white area is bounded by a diagonal line that runs from the top-left towards the bottom-right. The upper-left portion of the image is a solid blue triangle, and the lower-left portion is a solid green triangle. The text is centered within the white space.

INVESTIGAÇÕES SOBRE
CIDADE, CAMPO E A
VIDA EM DIFERENTES
CONTEXTOS

FORMAÇÃO CIDADÃ TÉCNICO-PROFISSIONAL

Potencialidades da Geografia nos cursos técnicos integrados ao ensino médio

MICHEL REZENDE DA SILVEIRA

O *Projeto Nós Propomos! Goiás* foi aplicado durante os anos de 2018 e 2019 nas turmas dos terceiros anos dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio das áreas de agropecuária, química e desenvolvimento de sistemas, do Instituto Federal Goiano – Câmpus Iporá.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados em 2008 pela junção dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), das Escolas Agrotécnicas Federais e das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades. Pacheco (2010) diz que eles são uma política pública de valorização da educação e de combate às desigualdades estruturais. Essa política pública tem também a missão de explorar a vocação produtiva local e as potencialidades de desenvolvimento. Tal tarefa procura se materializar pela inserção de mão de obra qualificada capaz de gerar e transferir tecnologias e conhecimento. Em razão disso, é importante monitorar o perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência.

Para executar o *Projeto Nós Propomos! Goiás*, foi necessário fazer uma caracterização socioespacial da instituição de ensino e do

seu entorno, tarefa complexa em nossa realidade porque, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Goiano (2019-2023), a área de atuação do Câmpus Iporá é de 200 km. Conforme esse documento, a localização geográfica, no entroncamento rodoviário entre a BR-070 e a GO-060, Estado de Goiás, isso aliado ao fato de a cidade de Iporá ser um polo comercial, educacional e de saúde, com diversificado setor de prestação de serviços, permite o acesso de alunos oriundos de mais de 40 municípios goianos. Esses alunos são atendidos por uma infraestrutura de 44.028 m² na sede do câmpus (contendo salas de aulas, laboratórios, auditório, cantina, área de convivência, almoxarifado, salas de professores, setores administrativo e pedagógico) e 834.900m² na Fazenda Escola (Núcleos de Laboratórios Educativos).

A região tem cursos articulados à demanda da região do oeste goiano e municípios adjacentes, caracterizados pela baixa densidade demográfica – população aproximada de 345.482 habitantes, distribuídos em 42 municípios (figura 1), dos quais 32 contam com população abaixo de 10.000 habitantes, 7 municípios entre 10.000 e 25.000 habitantes e 3 municípios entre 25.000 e 35.000 habitantes (IBGE, 2021) – e baixo desenvolvimento econômico (centrado na pecuária de corte e leite e uma agricultura de baixo aporte tecnológico). É uma região de vulnerabilidade social, na qual uma média de 12,31% das pessoas acima dos 10 anos de idade não foram alfabetizadas (IBGE, 2010) e 51.024 habitantes vivem em situação de extrema pobreza, representando 14,76% da população total da região do oeste goiano (MDS, 2021).

Figura 1 – Mapa da região de planejamento do oeste goiano



Fonte: IBGE, 2015; 2020.

Essas desigualdades socioespaciais da região, vivenciadas pelos alunos e levadas para a sala de aula, são atenuadas pelo viés dos cursos técnicos. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2010, p. 17),

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico e à educação profissional, postula que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que se busca enfatizar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

O *Projeto Nós Propomos! Goiás* foi desenvolvido no Câmpus Iporá em sintonia com a concepção acima evidenciada por Frigotto e outros, uma vez que se propôs a construir o pensamento geográfico nos alunos de maneira entrelaçada com os conhecimentos dos

cursos técnicos em agropecuária, química e desenvolvimento de sistemas. Relatamos nos próximos três tópicos uma reflexão sobre essa experiência. No primeiro, destacamos o trabalho feito em 2018, com foco na temática da relação cidade/campo. No segundo, por sua vez, focamos no aprimoramento da metodologia que fizemos em 2019. Por fim, apresentamos os projetos desenvolvidos pelos alunos em 2019.

Resultados da experiência de 2018: a relação cidade/campo

No segundo semestre do ano de 2018, recebemos o convite e o passo a passo para a realização do projeto. Foi-nos proposto aplicar o fascículo “A relação cidade/campo no território goiano” (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SPIRONELLO, 2018), concomitante com as ações do *Projeto Nós Propomos!Goiás*: 1) identificação dos problemas locais; 2) construção dos grupos de trabalho; 3) tema a ser investigado; 4) envolvimento com as autarquias; 5) pesquisa documental; 6) trabalho de campo; 7) possíveis soluções; 8) trabalho final; 9) apresentação no Seminário do *Projeto Nós Propomos!Goiás*. Diante desse percurso didático e do curto prazo para a sua realização, apenas o 4º bimestre letivo, decidimos aplicar nas turmas de terceiro ano, pois os alunos já estão mais maduros intelectualmente.

Iniciamos com a discussão dos conteúdos do fascículo “A relação cidade/campo em Goiás, modernização e industrialização de Goiás e modos de resistência” para construir o pensamento geográfico nos alunos, que gradativamente começaram a compreender as dinâmicas territoriais do seu município. Nesse momento, surgiram alguns problemas: como criar grupos com alunos de diferentes municípios que possuem uma diversidade de problemas locais? Pensando na vivência territorial, quais temas aproximariam os alunos? Existem aqueles que moram em municípios próximos e realizam a migração pendular em ônibus da prefeitura municipal; alguns nem conhecem a cidade onde estudam. Outros residem em municípios distantes e precisam se mudar para a cidade de Iporá, vivem em casas de parentes

ou quitinetes. A maioria é oriunda de municípios com população de até 10.000 mil habitantes, que possuem infraestrutura precária, urbana, pública e privada.

A solução foi utilizar os conhecimentos das áreas técnicas como linha mestra para identificar os problemas locais, não somente do entorno do IF Goiano – Câmpus Iporá, mas do território vivido pelo aluno. O aluno teve a liberdade de formar o seu grupo, escolher o tema e realizar o trabalho de campo, sob a orientação e a supervisão do professor. Por conta do curto prazo para a realização, as etapas se resumiram em identificar o problema, fazer o trabalho de campo, encontrar as possíveis soluções, construir um *banner* e apresentá-lo no Seminário do *Projeto Nós Propomos! Goiás*. Essa experiência foi exitosa na medida em que os alunos conseguiram perceber a relevância de seu curso técnico pelo viés da construção do espaço geográfico pela sociedade.

Relataremos a experiência do desenvolvimento do projeto de apenas um grupo de cada curso técnico. No curso de Agropecuária, destaca-se a pesquisa sobre impactos ambientais causados pela criação de um loteamento em Iporá. As ruas foram construídas sem um sistema de drenagem das águas pluviais, provocando a abertura de erosões nas chácaras circunvizinhas. No trabalho de campo, os alunos visitaram uma das chácaras atingidas, observaram as erosões e entrevistaram o proprietário. O dono da chácara estava indignado porque não tinha mais condições de produzir no local, de onde extraía sua renda. Os donos do loteamento não estavam comprometidos a resolver o problema e o chacareiro ficou sem saber a quem recorrer. O desvelar das dinâmicas socioambientais foi tão surpreendente que suscitou o desejo nos alunos de cursar agronomia para assessorar pessoas que passam por essa situação.

No curso técnico em Química, um grupo analisou os problemas químicos da água do lago Pôr do Sol e as suas consequências para a população de Iporá. As propostas foram: encontrar o local de onde provém a contaminação, examinar a qualidade da água e sugerir à

prefeitura que faça fiscalizações periodicamente para orientar ou punir os agentes poluidores.

No curso de técnico em Sistemas, um grupo analisou o descarte do lixo eletrônico do IF Goiano/Câmpus Iporá, armazenado no almoxarifado, por conta do Decreto nº 9.373 de 11 de maio de 2018, que impõe uma série de regras que restringem a retirada desse material do câmpus. No trabalho de campo, os alunos concluíram que é um problema de difícil resolução, devido à quantidade de exigências do decreto para doar os equipamentos eletrônicos. Os registros fotográficos estão na figura 2.

Figura 2 – Aplicação do fascículo e apresentação dos trabalhos no Seminário do *Projeto Nós Propomos! Goiás 2018*



Fonte: O autor, 2018.

A experiência de 2018 mostrou a necessidade da readequação de duas questões metodológicas para aplicar o *Projeto Nós Propomos! Goiás* nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio dos Institutos Federais: 1) o problema não pode ser local, restrito ao entorno do câmpus, porque a origem dos alunos é regional; 2) devido às

desigualdades socioespaciais dos municípios da região, a construção do pensamento geográfico deve estar interligada aos conhecimentos da área técnica para permitir que os alunos tenham uma melhor compreensão do seu território de vivência. Essa compreensão torna possível o diálogo com outras áreas de conhecimento e abre espaço para a inserção de outros professores no projeto. É importante frisar que se trata apenas de uma adequação de escalas que não altera a essência do *Projeto Nós Propomos! Goiás*. No ano de 2019, a forma de aplicação do projeto foi reestruturada utilizando esses princípios e aumentando as horas de execução, conforme segue o detalhamento no próximo tópico.

Experiência de 2019: percurso metodológico para a abordagem dos problemas locais

O formato metodológico continuou o mesmo, com a aplicação nas turmas dos terceiros anos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio das áreas de agropecuária, química e desenvolvimento de sistemas. Em 2019, elas apresentavam as seguintes características (quadro 1):

Quadro 1 – Público-alvo do Projeto *Nós Propomos!* no Instituto Federal Goiano de Iporá

| Cursos Técnicos | Número de Alunos | Origem |
|-----------------------------|-------------------------|---|
| Agropecuária | 20 | Iporá, Paraúna, Israelândia, Montes Claros, Piranhas, Caiapônia, Goiânia, Palestina, Amorinópolis, Doverlândia, Diorama |
| Química | 28 | |
| Desenvolvimento de Sistemas | 23 | |

Fonte: O autor, 2019.

A disciplina de geografia possuía 80 aulas de 55 minutos divididas em 4 bimestres, ministradas 2 vezes por semana. O *Projeto*

Nós Propomos! Goiás foi executado em 12 encontros divididos em 4 bimestres, cada um com 2 aulas. Cada turma foi dividida em grupos de 4 a 5 pessoas, que deveriam entregar 3 produtos, valendo nota para os 2º, 3º e 4º bimestres: a) projeto de intervenção cidadã; b) aplicação do projeto – elencar os problemas e criar as soluções; c) apresentação dos resultados para a sociedade na Semana de Ciência e Tecnologia. O quadro 2, logo abaixo, resume a carga horária e as etapas realizadas dentro e fora da sala de aula.

Como explicação do quadro 2, apresentamos a seguir o detalhamento das cinco etapas desenvolvidas no processo de aplicação do projeto *Nós Propomos! Goiás*.

Quadro 2 – Esquema metodológico utilizado para a execução do Projeto Nós Propomos! no Instituto Federal Goiano de Iporá

| Bimestre | Aulas/ Horas | Aulas/Horas Projeto | Encontro | Etapa | Ações |
|----------|------------------|------------------------|-------------|--------------------------|--|
| 1° | 20 HA/18,3 HR | 6 HA/55,5 HR | 1°, 2° e 3° | Escolha do tema | Construção do pensamento geográfico |
| 2° | 20 HA/18,3 HR | 6 HA/55,5 HR | 4°, 5° e 6° | Problematização | Elaboração do projeto |
| 3° | 20 HA/18,3 HR | 6 HA/55,5 HR | 7°, 8° e 9° | Trabalho de campo | Sistematização dos conhecimentos geográficos |
| 4° | 20 HA/18,3 HR | 6 HA/55,5 HR | 10° e 11° | Discussão dos resultados | Escrita do relatório final |
| | | | 12° | Relatório final | Apresentação na Semana de Ciência e Tecnologia |
| Total | 80 HA/73,3 HR | 24 HA/22 HR | | | |

Fonte: O autor, 2019.

Escolha do tema e construção do pensamento geográfico: 1º, 2º e 3º encontros

O projeto iniciou com a construção do pensamento geográfico com os alunos, por meio da explicação o objeto de estudo, o espaço geográfico e as categorias de análise, quais sejam: território, região, paisagem e lugar, por meio do processo de ocupação territorial do município de Iporá, motivado pelo garimpo de diamante e ouro. No espaço urbano, discutimos desde o início do processo de urbanização, que se iniciou às margens do córrego Tamanduá, na década de 1940, por conta do acesso à água, até os atuais problemas de crescimento desordenado, especulação imobiliária, falta de asfalto e esgoto em alguns bairros e problemas de drenagem urbana, chegando à necessidade de elaboração e cumprimento de um Plano Diretor. No espaço rural, analisamos o problema do garimpo e sua decadência, a fragmentação territorial do município de Iporá, que reduziu as fronteiras ao propiciar o surgimento dos municípios circunvizinhos e a predominância da agricultura familiar. Em razão da temática, a todo momento, os alunos que moram em outros municípios eram instigados a refletir e falar sobre a sua realidade territorial.

Logo após, tecemos a ligação entre os estudos geográficos e os conhecimentos das áreas técnicas de agropecuária, desenvolvimento de sistemas e química, para mostrar aos alunos a possibilidade de se realizar um projeto que propusesse soluções a uma diversidade de problemas municipais cotidianos. Mais que isso, evidenciar o potencial de tal projeto para gerar conhecimento através da participação cidadã na sociedade. Concomitantemente, os alunos escolheram os seus grupos por afinidade e iniciaram a discussão sobre temas para a realização do projeto, enquanto o professor percorria a sala incentivando a criatividade, ouvindo as ideias e apontando caminhos para se realizar a intervenção cidadã. A intenção era escolher um tema para cada grupo, mas, mesmo surgindo muitas ideias criativas, tivemos que permitir temas iguais com focos diferentes.

Problematização e elaboração do projeto: 4º, 5º e 6º encontros

Os alunos elaboraram o projeto seguindo as normas da ABNT ensinadas nas disciplinas da área técnica e, também, quando participaram de projetos de pesquisa na modalidade PIBIC/Júnior. Essa preparação facilitou a escrita do texto, que contou com uma introdução, para expor o que seria trabalhado, seguida do problema que os moveria na busca de uma solução e de uma justificativa. A justificativa ressaltou a relevância de um tema passível de intervenção cidadã, propondo objetivos gerais e específicos e uma metodologia para realizá-los, finalizando com as considerações finais. Nesses encontros, houve momentos de construção coletiva em sala, pesquisa na biblioteca e atendimento individualizado no gabinete do professor. No 6º encontro, foi entregue o primeiro produto, o projeto de intervenção cidadã, apresentado de forma oral na sala de aula, para toda a turma.

Trabalho de campo e sistematização dos conhecimentos geográficos: 7º, 8º e 9º encontros

No 7º encontro, houve a preparação em sala de aula para o trabalho de campo. Explicamos aos alunos o modo de aplicação do projeto e a importância do diálogo com os gestores públicos. No 8º e 9º encontros foram realizados os trabalhos de campo sem a presença do professor, devido à grande quantidade de grupos nas três turmas. Essa condição deu autonomia para o discente escolher a metodologia e a data de realização. Foram elaborados quatorze projetos com nove temas.

Discussão dos resultados e escrita do relatório: 10º e 11º encontros

Nesses encontros, os alunos, entusiasmados com os resultados, relataram a experiência do trabalho de campo e de como conseguiram compreender o problema. Falaram das dúvidas em questões específicas do seu curso técnico, sobre a procura dos professores da área, sobre o contato com os órgãos e gestores públicos, com empresários

e com os cidadãos atingidos, e, sobretudo, falaram sobre a busca por uma solução. Essa é a essência do *Projeto Nós Propomos! Goiás*, que pode ser resumida nas palavras de Nascimento (2021, p. 11):

O mais interessante desse percurso investigativo, iniciado pelo exercício da inquirição e culminado pelo da proposição, é o impulso que ele dá ao desenvolvimento de habilidades, capacidades, atitudes e valores que pronunciam uma consciência cidadã e uma tomada de posições para as intervenções propostas.

A experiência no Câmpus Iporá evidencia como esse percurso investigativo é capaz de gerar uma consciência cidadã nos alunos. Ao encerrar os encontros, o relatório final foi entregue para a turma e apresentado de forma oral, ou seja, um segundo produto do projeto.

Apresentação na Semana de Ciência e Tecnologia: 12º encontro

Nesse encontro, os alunos montaram os *banners*, contendo a introdução, o desenvolvimento, a metodologia, os objetivos, os resultados e as considerações finais com as propostas de soluções, e as referências bibliográficas. Esses *banners* corresponderam ao terceiro produto do projeto. Eles foram submetidos, avaliados, aprovados e certificados como apresentação de trabalho na Semana de Ciência e Tecnologia do Instituto Federal Goiano – Câmpus Iporá, no dia 07 de novembro de 2019. Os registros fotográficos estão na figura 3, a seguir.

Figura 3 – Apresentação dos trabalhos na Semana de Ciência e Tecnologia do Instituto Federal Goiano – Câmpus Iporá



Fonte: O autor, 2019.

Trabalhos desenvolvidas pelos alunos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio

Turma do Técnico em Agropecuária

Foram desenvolvidos projetos sobre três temas nesta turma, sendo que os registros fotográficos dos problemas relatados estão na figura 4.

Figura 4 – Trabalho de campo da turma do curso técnico em Agropecuária



Fonte: Os alunos, 2019. Fotos: cavalos abandonados, retirada da ilha e das árvores, nascentes do Córrego Tamanduá a montante e no Lago Pôr do Sol em Iporá.

Projeto “Retirada de vegetação para construção de estacionamento no centro da cidade de Iporá” – as alunas analisaram a retirada das árvores e da ilha do meio de uma avenida para ceder lugar aos carros, já que até a praça havia se tornado um estacionamento em razão da existência de duas agências bancárias nas proximidades. A partir da análise, concluíram que houve o aumento da temperatura local. Para solucionar o problema, sugeriram plantar árvores na praça e incentivar as pessoas a saírem de bicicleta, ao invés de automóveis. Como forma de conscientização, criaram *posts* para a divulgação nas redes sociais.

Projetos sobre “Acidentes com equinos na cidade de Iporá” , realizado por dois grupos com focos nos acidentes automobilísticos, na saúde dos animais e na possibilidade de transmissão de doenças. O tema surgiu porque uma pessoa próxima a uma aluna sofreu um acidente grave ao colidir com um cavalo na rodovia e o problema continuava sem solução já que muitos animais ainda estavam soltos nas ruas de Iporá. Na pesquisa de campo encontraram cavalos pastando sozinhos, ou em grupos de dois a três, nas ilhas centrais das ruas e em lotes baldios, a maioria aparentemente velha, com má nutrição e feridas pelo corpo. Segundo a explicação dos alunos, o êxodo rural fez com que as pessoas abandonassem esses animais em qualquer lugar da zona urbana. Diante do problema, os alunos entraram em contato com a Agência Goiana de Defesa Agropecuária, a Secretaria Municipal da Saúde e a Vigilância Sanitária, para saber se havia registro de propriedade dos animais abandonados e a localização exata dos seus donos, mas os órgãos não dispunham dessas informações. Para os alunos, a solução seria a Secretaria Municipal do Meio Ambiente levar esses cavalos para um local seguro, deixando-os sob os cuidados de voluntários, até a Prefeitura resolver o problema.

Projetos sobre o “Lago Pôr do Sol em Iporá” – foram realizados por dois grupos que pesquisaram os processos de degradação e assoreamento do córrego Tamanduá, de sua nascente até o lago. Os alunos ficaram impressionados ao constatarem a existência de uma enorme quantidade de nascentes, principalmente no lago, onde comumente passavam sem percebê-las; constataram o assoreamento das nascentes e do córrego Tamanduá, produzido pela retirada das matas ciliares. Para eles, a solução seria plantar espécies arbóreas nativas da região, como ipê e jatobá.

Turma do Técnico em Química

Foram desenvolvidos projetos sobre quatro temas nesta turma, sendo que os registros fotográficos dos problemas relatados estão na figura 5.

Figura 5 – Trabalho de campo da turma do curso técnico em Química



Fonte: os alunos, 2019. Fotos: lixão e centro de triagem dos recicláveis no lixão de Iporá; Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Santo Antônio e canalização do Córrego Tamanduá.

Projeto “Impactos ambientais decorrentes da instalação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Santo Antônio do Caiapó” – o tema foi escolhido porque um aluno trabalhava em uma casa de pesca e ouvia a reclamação dos pescadores a respeito da diminuição da quantidade de água e de peixes no rio Caiapó, após a implantação da PCH. O grupo obteve a permissão, algo que é muito difícil de se conseguir, para conhecer as instalações da casa de força e a barragem, localizadas no município de Ivolândia. Na visita a essa central hidrelétrica, os alunos viram que o problema não era somente a falta de escadas para os peixes subirem no período da desova, mas a existência da PCH Mosquitão à jusante, que tornava o trecho entre as

duas PCHs uma zona morta; ou seja, naquele trecho mataram o rio. A solução seria alertar a população para os impactos ambientais das referidas PCHs.

Projeto “Lixão do município de Iporá” – realizado por dois grupos que mostraram os impactos ambientais causados pelo descarte inadequado dos resíduos sólidos, a necessidade da reciclagem do lixo e do cumprimento da Lei Federal Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e obriga a implantação de aterros sanitários. As soluções propostas pelos grupos foram mobilizar a cidade de Iporá para a necessidade da reciclagem e cobrar dos gestores públicos locais que deixassem as querelas e disputas políticas de lado e se articulassem para a implantação do consórcio intermunicipal e a construção do aterro sanitário.

Projeto “Impactos ambientais causados no leito do córrego Tamanduá” – os impactos foram produzidos pela canalização do córrego, devido à construção da marginal Tamanduá e pelo descarte inadequado de rejeitos químicos provenientes dos lava a jatos instalados nessa marginal. Em suas margens, é possível observar os canos que jogam os dejetos de vários estabelecimentos comerciais, incluindo os lava a jatos. A depender do tipo de produto químico utilizado, é comum ver o córrego cheio de espuma. Para as alunas, a poluição dessas águas pode provocar doenças na população e a destruição da vida aquática. Como solução elas propuseram analisar os parâmetros físicos e químicos da água, para subsidiar o pré-tratamento dos rejeitos químicos; restaurar a mata ciliar e cobrar da Prefeitura a aplicação de multas em razão do descumprimento da lei.

Projeto sobre os impactos químicos na área de descarte dos resíduos de uma fábrica de tintas, que se encontra próxima ao rio Santo Antônio. A preocupação era a possibilidade de contaminação do lençol freático por metais pesados, como o chumbo e o mercúrio, capazes de comprometer a saúde das pessoas que moram próximas à fábrica. A solução seria analisar se a fábrica faz o descarte correto dos seus rejeitos.

Turma do técnico em Desenvolvimento de Sistemas

Foram desenvolvidos projetos sobre dois temas nesta turma, sendo que os registros fotográficos dos problemas relatados estão na figura 6 e uma proposta de solução na figura 7.

Figura 6 – Trabalho de campo da turma do curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas



Fonte: Os alunos, 2019. Foto: Lixo eletrônico no IF Goiano – Câmpus Iporá e o trabalho de campo dos alunos.

Figura 7 – Aplicativo desenvolvido pelos alunos do curso técnico em Desenvolvimento de Sistemas



Fonte: Os alunos, 2019. Foto: interface do aplicativo criado pelos alunos para doação de lixo eletrônico.

Projeto “Desenvolvimento de aplicativos para celular” – esse tema foi abordado por quatro grupos com foco nos seguintes campos: sistema de digitalização das escolas municipais de Iporá; compras em supermercados; sistema digital de registro e cadastro para hospitais e descarte de lixo eletrônico em Iporá. Para os alunos em uma sociedade da informação e da prensa, os aplicativos de celular podem auxiliar as pessoas no seu dia a dia, otimizando o tempo e a qualidade das informações. Mesmo sabendo da existência de uma infinidade de aplicativos, os participantes dos grupos foram a campo para conhecer a realidade, imaginar soluções e construir seus próprios aplicativos. Para a escola, foi proposto um aplicativo de controle de frequência e notas para professores, pais e alunos; no supermercado, propuseram um meio de reduzir o tempo na realização das compras; para o hospital, desenvolveram um aplicativo em substituição às fichas de papel, com o fim reduzir a perda de tempo nos atendimentos. No descarte de lixo eletrônico, o aplicativo seria a ponte que ligaria o doador do produto à empresa de reciclagem.

Essas são ideias simples, se analisarmos pela ótica das grandes cidades, mas são inovadoras para municípios de 3.000 a 5.000 mil habitantes. Qual seria o ganho de uma escola e de um hospital municipal, que possuem recursos financeiros escassos, em usar um aplicativo desenvolvido e mantido por um aluno do curso técnico em

desenvolvimento de sistemas? Nos supermercados, como foi relatado por vários alunos, é comum algumas pessoas anotarem as compras em um caderninho e pagarem no final do mês, data em que recebem o salário ou a aposentadoria. Quais seriam os benefícios da utilização de um aplicativo? O mesmo vale para um problema tão sério como o descarte do lixo eletrônico. Para esses casos, o aplicativo seria uma solução acessível, de baixo custo e de grande proveito para a população local.

Projeto “Descarte de lixo eletrônico de periféricos do IF Goiano – Câmpus Iporá” – na execução desse projeto os alunos se depararam com os mais variados produtos sem a possibilidade de uso, como telefones, teclados, caixas de som, *mouses* e *nobreaks* de computadores, amontoados em prateleiras no almoxarifado. O problema é a dificuldade de descarte, porque o Decreto nº 9.373 de 11 de maio de 2018 só permite a doação dos mesmos para ONGs, estados e municípios mais carentes, empresas públicas, sociedades de economia mista e instituições filantrópicas. Para os alunos, a solução seria realizar a doação para a Prefeitura de Iporá, como já aconteceu com outros aparelhos tecnológicos.

Considerações Finais

Foi um grande desafio estabelecer a quantidade de horas para cada fase do projeto e definir se seria realizado dentro ou fora do horário de aula, para não haver prejuízo no cumprimento do conteúdo programático anual. O dilema nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio é a quantidade de disciplinas, que preenchem quase todos os horários da manhã e da tarde. No terceiro ano, escolhido para a aplicação do *Projeto Nós Propomos!*, a preparação para o ENEM deixou o tempo ainda mais limitado. Por isso, utilizamos o horário de aula. No ano de 2018, percebemos que as horas dedicadas ao projeto (somente uma parte do 4º bimestre) eram poucas se comparadas ao potencial da turma. Todavia, em 2019, com uma grande quantidade de encontros e o rigor metodológico semelhante ao de

uma pesquisa, caracterizada pela intervenção cidadã, observamos uma linha tênue entre a Iniciação Científica e o *Projeto Nós Propomos! Goiás*.

O problema foi a dificuldade de orientação, porque todos os projetos das três turmas, que continham os mais variados temas dentro de uma determinada área técnica, foram orientados por um professor. Uma possível solução seria diminuir o rigor metodológico e a quantidade de encontros e inserir mais professores, principalmente das áreas técnicas, já que muitos alunos os procuravam para orientação em temas específicos da área. Diante disso, percebemos a capacidade do *Projeto Nós Propomos! Goiás* de levar os alunos a terem uma melhor compreensão do seu curso. No entanto, é preciso ter uma metodologia de aplicação bem definida, porque o trabalho de campo instiga alunos e professores a terem novas ideias e várias propostas de soluções, resultando no aumento do tempo de execução do projeto, dentro de um calendário escolar com alta carga horária de disciplinas técnicas.

O mérito do *Projeto Nós Propomos! Goiás* é a sua capacidade em fazer o aluno enxergar a construção do espaço pelo homem, principalmente quando ele foi aplicado no terceiro ano, período da formação em que os alunos já estudaram todo o conteúdo programático de Geografia. A percepção dos problemas urbanos e rurais em razão do modo de ocupação do território é aguçada. O trabalho de campo, a busca por soluções e o contato com órgãos públicos em municípios com população pequena, onde muitos alunos são filhos, netos, parentes ou amigos próximos dos gestores, foi outro ponto importante, porque torna possível implantar os resultados do projeto. É preciso destacar que o projeto foi desenvolvido dentro de um curso técnico com o objetivo de formar cidadãos para o mercado de trabalho, ou seja, que o aluno levará a experiência do *Projeto Nós Propomos! Goiás* para a sua vida profissional. Não só o aluno ganhou experiência com o projeto; a prática docente também foi modificada. O professor passou a planejar uma aula que se encaixasse com os

conteúdos da área técnica, passível de ser observada em campo. Por fim, pode-se dizer que a experiência de aplicação do *Projeto Nós Propomos! Goiás* no IF Goiano – Câmpus Iporá foi exitosa e inspiradora, suscitando o desejo de aprimorar a experiência com a execução nas turmas dos primeiros e segundos anos, com a inserção dos professores das áreas técnicas.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTI, Lana de Souza; OLIVEIRA, Karla Annyelly Teixeira de; SPIRONELLO, Rosangela Lurdes (Orgs.). *A relação cidade/campo no território goiano*. Goiânia: C&A Alfa & Comunicação, 2018. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População Estimada 2021*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- KAWASAKI, Clarice Sumi; LASTÓRIA, Andrea Coelho; ROSA, Antônio Vitor (Orgs.). *Almanaque Projeto Nós Propomos!: cidadania, escola e protagonismo juvenil*. Ribeirão Preto: FFCLRP/USP, 2021.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). *Ensino Médio Integrado – concepção e contradições*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- IF GOIANO. Instituto Federal Goiano. *Plano de desenvolvimento institucional - PDI 2019 a 2023*. Goiânia: IF Goiano, 2018.
- MDS. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município/Estado*. MDS: Brasília, 2021. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- PACHECO, Eliezer. *Os Institutos Federais – uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Natal: IFRN, 2010.

ESPAÇO URBANO E CIDADANIA

Propostas na área de saneamento para mitigar os problemas ambientais da comunidade escolar

ONOFRE PEREIRA AURÉLIO NETO
RODOLFO FERREIRA ALVES PENA

O saneamento básico é um direito fundamental do cidadão brasileiro, previsto na Constituição Federal (1988), em que se assegura que cabe ao poder público “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”, por ser competência comum da União, dos estados, do distrito federal e dos municípios (BRASIL, 1988).

Além disso, em todo o território brasileiro, a questão do saneamento básico deve atender o que determina a Lei nº. 11.445/2007, ao estabelecer as diretrizes nacionais para o saneamento básico no país, estabelecendo como serviços públicos a serem prestados à população: o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos, os quais precisam ser realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente (BRASIL, 2007).

Todavia, a oferta dos serviços básicos de saneamento ocorre de forma fragmentada no território brasileiro; e o acesso a estes é um dos grandes problemas vivenciados pelos cidadãos. A realidade vivida pelos alunos da Escola Municipal João Vieira da Paixão

expressa bem essa problemática, os quais se encontraram em uma região periférica da cidade de Goiânia, afastados do centro por cerca de 20 quilômetros. Além de atender as famílias de moradores do Residencial Solar Bougainville, Eli Forte, Talismã, Rio Verde, Fidelis e Residencial Santa Fé, a escola acolhe alunos de áreas de ocupação irregular e de expansão da mancha urbana da região Sudoeste de Goiânia. Trata-se de uma comunidade em que o déficit em saneamento básico é um problema que pode ser constatado na falta de rede de esgoto na região e até mesmo no abastecimento de água tratada que apresenta deficiência em diversos locais.

Ao propor aos alunos o debate, a pesquisa e a análise da questão do saneamento básico em sua cidade, sobretudo, na comunidade escolar, concilia-se o processo de ensino e aprendizagem com o exercício da cidadania, sendo o saneamento um direito de todos os brasileiros e um dever das autoridades públicas. Acredita-se que os alunos precisam conhecer os seus direitos e deveres, observar e discutir aqueles que não estão sendo devidamente atendidos em seu ambiente de convívio; logo, estabelecer críticas fundamentadas e propor mudanças na realidade local, em um exercício pleno da cidadania. Soma-se a essas questões o fato de que a pandemia desencadeada pelo novo coronavírus (COVID-19) demanda medidas sanitárias e de higiene pessoal, as quais podem ser comprometidas pela falta de saneamento básico.

O projeto *Nós Propomos! Goiás* desenvolvido na escola abordou a questão do saneamento básico no primeiro semestre de 2020 e do desmazelo da cidade em 2021. O projeto foi feito de forma extracurricular, com a participação voluntária de alunos do 9º ano (Agrupamento I), por meio de pesquisa e debate em grupo, observação da realidade, trabalho de campo, produção e aplicação de questionários, elaboração de proposta de soluções e sistematização dos dados no formato de apresentações para os seminários do projeto. Destaca-se o uso de ferramentas das redes sociais e internet, como *WhatsApp*

e *Google Meet*, bem como de atividades presenciais, quando as condições sanitárias possibilitaram.

Conforme Silva (2016), as redes sociais se constituem em espaços virtuais de grande potencial no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo nos casos de alunos jovens, por já serem integrantes de uma geração interativa. A autora destaca que “as redes sociais do ciberespaço possam vir a favorecer a interação e socialização dos processos desenvolvidos na escola. E podem contribuir significativamente com o trabalho do professor quando utilizadas de forma pedagógica” (SILVA, 2016, p. 69). Ou seja, as redes sociais não substituem a escola e o papel do professor, mas se constituem em uma ferramenta importante na prática pedagógica a distância.

Nesse sentido, as redes sociais e a internet foram as principais ferramentas utilizadas pelos professores do projeto, mesmo após a reabertura da escola e o retorno das aulas presenciais. O objetivo do texto é apresentar um pouco dessa experiência com o *Nós Propomos! Goiás* ao longo dos anos de 2020 e 2021.

Experiências realizadas no ano de 2020: o saneamento básico e a Covid-19

Em 2020, o projeto foi realizado no segundo semestre, com um grupo de seis alunos. Evidenciando que o saneamento básico adequado ainda não é uma realidade para muitos brasileiros, conforme os dados levantados, em média, 4 em cada 10 domicílios no Brasil não têm sistema adequado de esgotamento sanitário (IBGE, 2020).

Durante as atividades do projeto no decorrer desse ano, os procedimentos da pesquisa envolveram: a formação de grupos de alunos voluntários; a montagem de *kits* com o material de estudo, sendo dois fascículos do LEPEG/UFG para cada aluno participante; realização de um questionário de sondagem, abordando os conceitos de cidadania, saneamento e espaço urbano; desenvolvimento de uma sequência didática, com a realização de dez atividades

supervisionadas pelo professor; orientações das atividades pelo *WhatsApp* e discussões supervisionadas; realização de pesquisa em *sites* e leitura de material complementar; elaboração de propostas pelos alunos, conforme a análise dos dados e observação da realidade local.

Inicialmente, os estudantes foram incentivados a realizarem a leitura e discussão do material bibliográfico e documental, o que incluiu as leis sobre saneamento básico e os fascículos sobre o Espaço urbano da Região Metropolitana de Goiânia e Dinâmicas populacionais da Região Metropolitana de Goiânia, além de cartilhas e manuais sobre saneamento e cidadania. Com esse material, teve-se a intenção de que os alunos percebessem a importância do saneamento na saúde da população e na qualidade ambiental; e também que compreendessem os serviços que constituem o saneamento básico (esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta e tratamento dos resíduos sólidos, bem como drenagem das águas pluviais).

Paralelamente, os estudantes discutiram o conceito de cidadania, a partir da seguinte definição: “Cidadania é um conjunto de direitos e deveres que toda pessoa possui. Portanto, ser cidadão é cumprir com seus deveres e ter seus direitos garantidos e reconhecidos pelo Estado através das leis” (INSTITUTO CIDADE, 2007). Contudo, apesar de ser um direito constitucional e assegurado por leis específicas, os alunos-pesquisadores constataram, a partir de mapas temáticos e dados secundários consultados por eles, que o saneamento básico adequado ainda não é uma realidade para muitos brasileiros.

Os alunos foram instruídos a coletar dados secundários sobre o saneamento básico em *sites* oficiais, tais como o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SINIS) e o sistema de informações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), além de pesquisar informações diretamente no *site* da prefeitura de Goiânia. A sistematização dos dados foi supervisionada pelo professor, auxiliando na construção de informações e no desenvolvimento dos argumentos.

A presença de resíduos sólidos acumulados em lotes vagos e espaços públicos, principalmente nas praças, também despertou o interesse dos estudantes, que entenderam que a comunidade local pode requerer do poder público a limpeza e cuidados adequados com as praças e demais áreas de lazer no bairro. Além disso, após a leitura do gibi “Capitão Cidadania” (BRASIL, [201-]), compreenderam que é possível mobilizar a população sobre o papel do cidadão, sendo importante que cada um faça a sua parte para uma melhoria coletiva e uma transformação na realidade local.

Posteriormente, os alunos realizaram uma leitura seguida de discussão do fascículo “Espaço urbano da Região Metropolitana de Goiânia (RMG)”, dos autores Rosa e Kauer (2010), conhecendo o processo de urbanização da cidade de Goiânia. Uma das atividades desenvolvidas juntamente com essa discussão foi a observação da paisagem no entorno da comunidade escolar, realizando uma descrição do bairro, por exemplo: o tipo de moradias, o tamanho das casas, se existem ou não lotes vagos que favoreçam o crescimento urbano.

Por meio de imagens aéreas do Google Earth e do “trabalho de campo virtual”, via *Google Maps*, os alunos analisaram a expansão do espaço urbano do entorno da escola, entre os anos de 2006 e 2020, para compreender a realidade local e elaborar as suas propostas de melhoria do bairro e da região (Figura 1).

Figura 1 – Espaço urbano ao redor da escola (2006-2020)

Fonte: Google Earth (2006/2020).

Na sequência, eles produziram textos descrevendo as transformações do espaço urbano e analisaram como essa área foi alterada com a expansão urbana em 14 anos, idade média dos alunos. As principais percepções constatadas foram: a transformação do espaço urbano em torno da escola como resultado da urbanização, o aumento nos números de residências, estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços. Alguns serviços e infraestruturas básicas chegaram no período analisado, por exemplo, asfalto e a expansão da rede de abastecimento de água. Contudo, nem sempre a expansão do espaço urbano é devidamente acompanhada de investimentos nos componentes do saneamento básico pelo poder público.

Posteriormente, os alunos realizaram a leitura e discussão do fascículo “Dinâmicas populacionais da Região Metropolitana de Goiânia (RMG)”, dos autores Richther e Cavalcanti (2013), com o intuito de conhecer características demográficas dos moradores de

Goiânia. Depois, com base em mapas demográficos, analisaram a concentração da população no espaço urbano. Assim, perceberam que na Região Metropolitana de Goiânia os municípios que possuem a maior concentração de população no espaço urbano são: Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, sendo que Goiânia é a capital estadual, com grande concentração de serviços educacionais, jurídicos e administrativos, além da oferta de emprego, o que atrai pessoas de outras localidades.

Em linhas gerais, os alunos verificaram que o acesso aos serviços essenciais é desigual em nosso país, conforme as condições de renda e moradia; havendo maior disponibilidade de serviços nas regiões centrais e menor disponibilidade nas áreas periféricas do espaço urbano. Além disso, os lotes vagos, sobretudo nas áreas mais afastadas do centro urbano, acabam “servindo para o povo jogar lixo”, resíduos sólidos.

Conforme os dados secundários levantados pelos estudantes, em média, 4 em cada 10 domicílios no Brasil não têm sistema adequado de esgotamento sanitário (IBGE, 2020). Em Goiânia, cerca de 76% dos domicílios apresentavam esgotamento sanitário adequado, conforme o último censo demográfico (IBGE, 2010). No Brasil, a Região Norte é a que apresenta maior carência nos serviços de esgotamento sanitário (IBGE, 2020).

Em Goiânia, 98,4% da população dispunha do serviço de abastecimento de água tratada, em 2018. Ao todo, o número de habitantes de Goiânia atendidos pelo serviço de abastecimento de água era de 1.495.705 habitantes (SNIS, 2019). Os dados coletados pelo grupo de alunos apontam que a extensão da rede de água em Goiânia é de 7.597 quilômetros. Porém, existem falhas e interrupções no sistema que provocam paralisações. Em 2018, foram 469 paralisações no abastecimento de água, o que totalizou 5.600 horas sem o serviço em diferentes regiões da cidade (SNIS, 2019).

Os alunos puderam propor mudanças para a sua realidade local, conforme a deficiência de serviços de saneamento prestados pelo poder público e nas mazelas e problemas socioambientais percebidos na paisagem. O saneamento básico é muito importante para a qualidade ambiental e saúde da população, uma vez que a falta de abastecimento de água, por exemplo, compromete os cuidados básicos com a higiene pessoal, o que dificulta os procedimentos essenciais de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus, como lavar as mãos com água e sabão, limpeza e desinfecção de objetos, entre outros. Além disso, o descarte inapropriado de resíduos sólidos em lotes vagos contribui para a proliferação do mosquito transmissor de Dengue, Zika e Chikungunya.

A partir de todo esse trabalho com a mediação do professor, os alunos propuseram as seguintes alternativas: informar a população sobre o destino adequado dos resíduos sólidos; promover a denúncia aos órgãos responsáveis daqueles indivíduos que persistem em jogar lixo em lotes baldios; utilizar os canais de comunicação com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para informar sobre locais com acúmulo de resíduo sólido, sendo um recurso a ser utilizado o contato da Agência Municipal do Meio Ambiente, Disque-denúncia. Ainda, o incentivo a coleta seletiva e a reciclagem, com receptores adequados como cestos ou tambores coloridos; cobrar das autoridades competentes a limpeza dos bueiros e bocas de lobo, o que faz parte da drenagem urbana; ampliar as ações de limpeza e cuidados com as praças públicas e melhorar as áreas de lazer, com investimentos do setor público, iluminação e segurança; alertar a população sobre o problema do esgoto a céu aberto e do despejo de “águas cinza” e resíduos no asfalto.

Experiências realizadas no ano de 2021: o desmazelo da cidade

No ano de 2021, a execução do projeto envolveu um total de nove alunos e foi realizada em duas fases. A primeira fase aconteceu no primeiro semestre do referido ano, com atividades sendo desenvolvidas de maneira mais consolidada a partir do mês de março; a segunda foi executada ao longo do segundo semestre, quando diversas ações foram facilitadas pelo retorno das aulas presenciais, incluindo trabalhos de campo, realização de questionários e reuniões do grupo para a tabulação dos dados coletados. Os procedimentos da pesquisa no respectivo ano foram: formação de grupos de alunos voluntários; montagem de *kits* com material de estudos para cada um dos estudantes; problematização das principais questões urbanas por parte dos alunos, sob a orientação dos professores; elaboração conjunta e aplicação de questionários para com a comunidade escolar; leitura e atividades a respeito de temas referentes à cidadania, uso do espaço urbano e problemas socioambientais no espaço da cidade; trabalho de campo no bairro da escola para registro fotográfico e observação direta dos problemas vividos no ambiente comum; elaboração de propostas de solução e apresentação os resultados.

A etapa de problematização permitiu a construção de uma temática, na qual os estudantes foram os protagonistas, sob a orientação dos professores envolvidos. Essa preocupação foi recorrente em toda a execução do projeto, seguindo o pensamento de Freire (1979, p. 14), que destaca a relevância do aluno enquanto agente principal de sua aprendizagem, pois, segundo ele, “a educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela”. Ainda de acordo com o mesmo autor, quem aprende deve ver significado no que é aprendido; esse aprendizado ocorre por meio da autonomia dos sujeitos, que são ativos, e não meros expectadores.

Em função da problematização, os estudantes concluíram que um dos principais problemas da região da escola é a qualidade de vida

na cidade, mais precisamente a falta dela em razão do desmazelo dos espaços públicos e o problema do lixo urbano. De acordo com o plano de resíduos sólidos do estado de Goiás, a cidade de Goiânia é a que possui a maior geração *per capita* de resíduos sólidos do território goiano, com uma média de 1,00kg/hab./dia (GOIÁS, 2014).

Solicitamos que os estudantes observassem a paisagem do local onde moram e seus arredores, procurando encontrar problemas que os incomodavam. Enumeraram as situações encontradas e fizeram registros fotográficos, acompanhados por um debate inicial realizado por todos. Os relatos envolveram o acúmulo de lixo em terrenos baldios, ruas, praças e outros espaços, além da poluição de córregos e ausência de elementos de infraestrutura básica no espaço da cidade. Também foi realizada a leitura conjunta do material “Espaço urbano da Região Metropolitana de Goiânia (RMG)” (ROSA e KAUER, 2010) sobre o surgimento, crescimento e desenvolvimento da área urbana em questão.

Em sequência, iniciou-se uma discussão a respeito do conceito de cidadania. Como nos estudos acontecidos em 2020, o objetivo foi pensar a cidadania como um conjunto de direitos e de deveres exercidos pela população. Assim, no espaço da cidade, os direitos dos cidadãos só passam a ser assegurados no contexto da correta realização dos serviços públicos previstos em lei.

Em função dos debates realizados, os estudantes, juntamente com a orientação do professor, elaboraram como meta geral da pesquisa o seguinte: “Nosso objetivo é compreender como o desmazelo afeta a vida das pessoas, do ambiente, afinal todos nós cidadãos temos o direito de ter uma cidade melhor e, para isso, todos nós podemos ajudar, cidadãos e governantes”. Nesse íterim, novamente foi utilizada a cartilha “Capitão Cidadania” (BRASIL, 2020) como referência didático-pedagógica, que ajudou os alunos a pensarem sobre o seu papel ativo enquanto cidadão, no que tange a melhoria do espaço geográfico por parte da população e do poder público. Eles consideraram como problema o desmazelo da cidade,

notadamente o lixo em lotes baldios, nas margens dos córregos, além da existência de ruas não asfaltadas, ausência de sinalização, praças mal administradas etc.

No dia 31 de maio de 2021, todos os estudantes apresentaram os resultados parciais dos estudos e pesquisas no “Seminário Interno *Nós Propomos! Goiás*”, em conjunto com os demais estudantes de outras escolas. A apresentação ocorreu via *Google Meet*, de maneira remota, de modo que os alunos apresentaram as fotografias coletadas e um vídeo elaborado por eles. Os debates permitiram um amadurecimento de toda a equipe para a continuidade do projeto no segundo semestre.

Em reuniões organizadas entre os professores e os estudantes, foi desenvolvido um questionário, para ser realizado com a comunidade escolar a respeito dos problemas socioespaciais vividos no bairro da instituição de ensino. As perguntas objetivaram compreender a percepção dos entrevistados para o tema debatido ao longo do projeto. Percebemos que os estudantes conseguiram assimilar a importância dessa ferramenta metodológica como recurso para a compreensão dos fenômenos, fomentando uma base, mesmo que introdutória, sobre conhecimentos ligados à pesquisa científica.

Posteriormente, também como momento pedagógico, foram realizados encontros presenciais para reflexão acerca dos dados coletados e sua tabulação, com a atuação dos próprios estudantes como protagonistas de todo o processo, sob a mediação docente. Os gráficos ilustrados na figura 2 foram elaborados pelos estudantes.

Figura 2 – Gráficos produzidos pelos estudantes da Escola Municipal João Vieira da Paixão, no Projeto *Nós Propomos! Goiás, 2021*



Fonte: organizado pelos autores (2021).

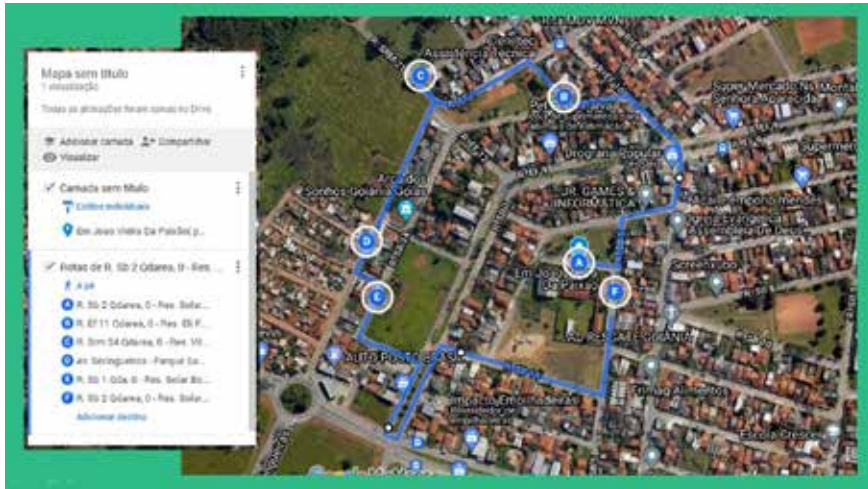
Paralelamente a essa atividade, uma parte dos estudantes foi orientada a buscar junto aos *sites* da prefeitura de Goiânia e da Companhia Municipal de Urbanização de Goiânia (COMURG) dados e informações referentes aos serviços de cuidado da cidade. Foram listadas opções como a Licença Ambiental Fácil, realizada pela administração municipal, o Programa Amigo Verde, o “Cata-Treco” – responsável por coletar lixo residencial de grande porte, como móveis e outros itens – ações de doação de mudas de árvores, serviços de remoção de entulhos e outros.

Em sequência, uma das etapas importantes no contexto do projeto foi a realização do trabalho de campo, que objetivou conhecer detalhadamente a região de estudo, bem como enumerar os problemas relacionados ao lixo urbano e ao desmazelo com a cidade.

De acordo com Farias (2019), o trabalho de campo é uma prática pedagógica que requer uma vivência experiencial para além da sala de aula. O professor de Geografia pode mediar a atividade antes, durante e após o seu exercício, no sentido de ressignificar os assuntos que muitas vezes são vistos de maneira abstrata nas aulas teóricas e nos livros didáticos por parte dos estudantes. Dessa forma, é possível promover uma aprendizagem baseada no campo da vivência, que vai além da memorização.

Previamente, com o auxílio do *site Google My Maps*, os estudantes elaboraram um mapa (Figura 3), com destaque para a região a ser percorrida durante a atividade.

Figura 3 – Mapa do roteiro do trabalho de campo no entorno da unidade escolar



Fonte: *Google My Maps* (2021).

Ressalta-se que o mapa em questão foi utilizado apenas para estudo prévio da área percorrida e como guia geral dos estudantes durante o estudo; e não tem a função de esclarecer ao leitor o caminho percorrido, apenas relatar a metodologia de campo empregada.

Após a realização dessa atividade, os estudantes foram orientados a pensar sobre os problemas observados. Eles utilizaram as imagens e fotografias feitas, como, por exemplo, a figura 4, para rever e analisar as transformações na paisagem geográfica.

Figura 4 – Exemplo de problema encontrado durante o trabalho de campo: descarte irregular de resíduos sólidos em área pública, praça subutilizada na região Sudoeste de Goiânia/GO



Foto: PENA, R. F. A. (2021).

Ao final, foram elaboradas propostas de soluções, que permeiam tanto as ações públicas na região focadas na limpeza urbana e rearranjo de espaços de lazer como a mudança de comportamento da população local no sentido de diminuir ou erradicar com o hábito de descarte irregular de lixo e entulho. Mais especificamente, as propostas elaboradas envolveram: a) a utilização de *ecopontos* na cidade para o correto descarte de lixo; b) ações de campanhas para incentivo da reciclagem; c) maior investimento público em ações de saneamento básico e recolhimento de lixo doméstico; d) revitalização das praças públicas que estão inutilizadas; e) implantação de árvores frutíferas e hortas urbanas para o uso da população local.

Nesse contexto, os estudantes elaboraram um cartaz (Figura 5) por iniciativa própria com o intuito de promover a conscientização a respeito do correto descarte de resíduos sólidos, além de criarem um mapa com a localização dos *ecopontos* na cidade (Figura 6).

Figura 5 – Cartaz elaborado pelos estudantes do projeto da Escola João Vieira da Paixão no âmbito do *Projeto Nós Propomos!* Goiás



Fonte: organizado pelos autores (2021).

Figura 6 – Posição geográfica dos *ecopontos* localizados na cidade de Goiânia, elaborada pelos estudantes do *Projeto Nós Propomos! Goiás*

Localização Ecopontos Goiânia/GO - 2021



Fonte: Google Maps, 2021. Organizado pelos autores.

Ao final da atividade, os estudantes concluíram o trabalho motivados a compreender melhor o processo de expansão urbana, bem como os problemas relacionados a esse fenômeno.

Considerações finais

A pesquisa realizada pelos estudantes e a análise da questão do saneamento básico na cidade de Goiânia, sobretudo na comunidade escolar, visou desenvolver o processo de ensino e aprendizagem com o exercício da cidadania. Consta-se que a expansão do espaço urbano nem sempre é devidamente acompanhada de investimentos, como no saneamento básico, pelo poder público, como de rede de esgoto, abastecimento de água, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos.

A importância do saneamento básico e seus componentes para a saúde da população é reforçada com os cuidados de higiene pessoal necessários para ajudar na prevenção de doenças, inclusive nos

casos de COVID 19. Os problemas no abastecimento de água, por exemplo, comprometem os cuidados básicos na prevenção dessa doença, pois dificulta lavar as mãos com regularidade e desinfecção de objetos com água, sabão ou água sanitária.

A questão da falta de cuidados e da preservação dos espaços da cidade, sobretudo na região periférica na qual a escola se encontra, permitiu que os estudantes percebessem seu papel de agentes ativos não somente do processo de ensino e aprendizagem, mas também da própria dinâmica de produção do espaço geográfico. O engajamento dos alunos tanto no diagnóstico de problemas urbanos locais quanto na proposição de soluções junto ao poder público e à população em geral permitiu a relação entre o exercício da cidadania e o combate às contradições sociais expressas no meio urbano.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 set. 2020.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). *Capitão Cidadania*. Gibi. [201-]. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/educacao-cidada/recursos-educacionais/gibi-capitao-cidadania.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.
- BRASIL. *Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007*. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm. Acesso em: 03 jul. 2020.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- FARIAS, Ricardo Chaves de. O trabalho de campo na perspectiva do ensino de Geografia: uma revisão crítica a partir do cenário internacional. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Campinas, v. 9, n. 17, p. 181-198, jan./jun., 2019. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/586/327>. Acesso em: 21 dez. 2021.
- GOIÁS. *Plano de Resíduo Sólidos do Estado de Goiás*. Elaboração do panorama geral dos resíduos sólidos 1ª parte. Goiânia, 2014. Disponível em: <http://www.egov.go.gov.br/secima/parteum.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.

IBGE. *Censo demográfico --2010*. IBGE: cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/panorama>. Acesso em: 14 out. 2020.

IBGE. *Pesquisa nacional de saneamento básico (2017)*: abastecimento de água e esgotamento sanitário. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 124 p.

INSTITUTO CIDADE. *Cidadania: o direito a ter direitos*. Cartilha. Instituto Cidade Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2007. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/cartilhas/dh/cartilha_cidadania_direito_ter_direitos.pdf. Acesso: 09 set. 2020.

ROSA, Alda Maria Araújo Torreal; KAUER, Inez Maria Milhome Viana. (Orgs.). *Espaço urbano da Região Metropolitana de Goiânia*. v. 1, Goiânia: Vieira, 2010. 61 p. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

SILVA, Francineide Sales da.; SERAFIM, Maria Lúcia. Redes sociais no processo de ensino e aprendizagem: com a palavra o adolescente. In: SOUSA, Robson Pequeno de et al. (Orgs.). *Teorias e práticas em tecnologias educacionais* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 67-98. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fp86k/pdf/sousa-9788578793265-04.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2020.

SNIS. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: 24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos--2018*. Brasília: SNS (Secretaria Nacional de Saneamento) / MDR (Ministério do Desenvolvimento Regional), 2019.

DOS PROBLEMAS LOCAIS À ATUAÇÃO CIDADÃ

*Violência urbana e relação cidade/campo
em Inhumas (GO)*

CLAUDIA DO CARMO ROSA
IRINEIA ALVES RODRIGUES
LUZIA CRISTINA VIEIRA
MÔNICA LILIANE DOS SANTOS

Partindo do pressuposto de que as pesquisas em educação geográfica (CAVALCANTI, 2013; 2019; COPATTI, 2020) apontam para um ensino de Geografia que resulte em aprendizagens significativas para a vida dos alunos, no sentido de estabelecer as relações entre vida cotidiana e práticas espaciais cidadãs, questionamos se é possível, por meio dos conteúdos geográficos, promover o exercício da cidadania dos estudantes no lugar em que vivem. Em que medida os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental exercem práticas espaciais cidadãs na sua cidade?

Este trabalho tem o objetivo de contextualizar a importância do ensino de Geografia para a cidadania a partir das atividades realizadas pela equipe do *Projeto Nós Propomos! Goiás*, em parceria com o Colégio Estadual Rui Barbosa, juntamente com a professora de Geografia e os escolares do 9º Ano, turma única, durante os anos de 2020 e 2021. A referida instituição escolar está situada na cidade de Inhumas. A execução do projeto contou com o envolvimento da professora de Geografia da escola, como já dito, de uma professora de Didática da Geografia e duas bolsistas de iniciação científica da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Sabe-se que nos anos de 2020 e 2021 vivenciamos um momento peculiar advindo da pandemia causada pela Covid-19, que teve a necessidade de isolamento social. Com o intuito de resguardar a saúde coletiva e a própria vida, seguimos as portarias, decretos e protocolos de biossegurança no intento de fazer o possível dentro de um contexto emergencial, realizando encontros síncronos pelo *Google Meet*, comunicação direta feita via grupo de *WhatsApp* e, em situações específicas, conseguimos realizar encontros presenciais.

O projeto *Nós Propomos! Goiás*, no município de Inhumas, foi desenvolvido tendo como princípio ensinar Geografia por meio da problematização e análise do contexto local dos alunos. Nesse processo, consideramos a identificação de problemas locais relacionados ao espaço geográfico, a elaboração de propostas para sua resolução e a intermediação entre universidade, escola e poder público. Para tanto, este texto apresenta, no primeiro momento, a localização do município e as características socioespaciais da escola; em seguida, elucida os projetos de intervenção realizados em cada ano, com as referidas temáticas – Violência urbana e violência no contexto escolar, desenvolvida em 2020; e Campo e cidade: especificidades e interdependências, em 2021, no intuito de potencializar o desenvolvimento do conhecimento geográfico dos jovens escolares e de suas práticas espaciais cidadãs.

Inhumas e a caracterização socioespacial da escola

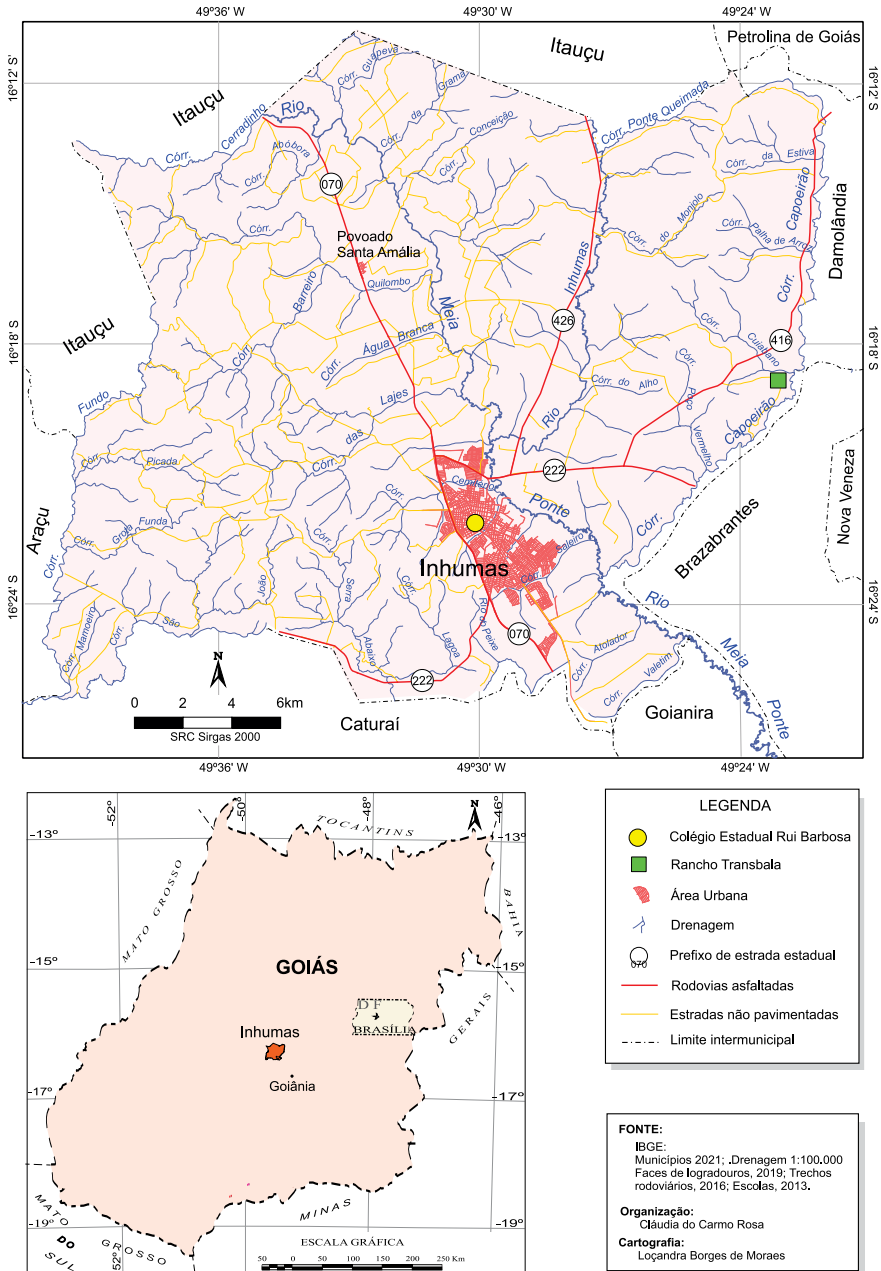
O município de Inhumas, localizado na Região Metropolitana de Goiânia (RMG), cerca de 35 km de distância da capital, possui 90 anos de história. O vilarejo surgiu a partir da referência de um extenso goiabal, situado às margens da Estrada Real, que recebeu o nome Goiabeira. Somente em 1908, foi promulgada a Lei nº 40, que dava nova denominação ao distrito, que passou a chamar-se Inhumas, em decorrência de encontrar nessas terras interessantes inhuma ou anhuma, aves de porte elegante, quase negras, cujo canto desperta profunda nostalgia.

A economia do município vinculou-se à agropecuária, com destaque para a produção de cana-de-açúcar, laranja, alho, arroz, feijão, café e milho. Na pecuária, destaca-se a criação de bovinos, suínos e caprinos. Também, tem relevância o setor industrial, com referência na agroindústria, fábricas de doces e confecção de enxovais. De acordo com IBGE, possui uma área territorial de 615,278km²; e em 2021, possui uma população estimativa de 53.655 mil habitantes. A seguir, o mapa de localização do município de Inhumas (figura 1).

Atualmente, Inhumas conta com diferentes instituições de ensino (universidade, faculdades isoladas, institutos, escolas), públicas e particulares. Dentre as instituições encontra-se o Colégio Estadual Rui Barbosa, escola parceira e colaboradora para a realização do projeto *Nós Propomos! Goiás* nos anos de 2020 e 2021. O referido colégio está localizado à Rua Pedro Roriz, s/n, Centro, estando inserido em uma área urbanizada, com casas modernas, sendo que dele tem-se fácil acesso ao comércio, loterias, bancos e igrejas.

Em relação à infraestrutura, o colégio conta com uma biblioteca com espaço físico razoável, que possui grande acervo literário, livros didáticos e paradidáticos. Inclusive, todos os equipamentos e materiais tecnológicos são guardados nesse mesmo espaço, pois não há laboratório de informática. Também tem uma quadra coberta, entretanto precisa de pintura e correção do piso. Tem uma sala de professores bem arejada, iluminada e aconchegante. Nela, possui um computador, micro-ondas, geladeira, bebedouro, mesa ampla, sofá, escaninhos para os professores e ar condicionado.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Inhumas-GO



Fonte: Organizado pelos autores (2021).

O colégio tem 13 salas de aulas bem arejadas e com dois ares condicionados em cada uma. Há áreas sanitárias; contudo, essas precisavam ser maior pela quantidade de alunos. O pátio apresenta um espaço arejado e não há área de alimentação, sendo que os alunos fazem suas refeições dentro da sala. A parte administrativa é bem equipada, porém precisava ter um espaço maior.

O Colégio Estadual Rui Barbosa oferta os Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio para uma média de 790 alunos entre os três turnos de funcionamento. O nível socioeconômico das famílias é bem diversificado, sendo algumas bem carentes, outras com um grande poder aquisitivo. Cerca de 30% dos alunos moram na área rural e chegam à escola por meio do transporte escolar; já outros 40% moram em bairros afastados e chegam à escola também pelo transporte escolar oferecido pela prefeitura municipal. Em relação aos professores, a maioria deles são efetivos; no entanto, tem uma questão que chama a atenção, visto que dos quatro professores que ministram aulas de Geografia, somente uma professora tem formação na área e foi a mesma que participou do referido projeto em questão.

Esse fato contribuiu para que desenvolvêssemos os projetos de intervenção a partir de um viés geográfico, considerando os processos históricos da formação do município e da própria sociedade, assim como os aspectos geográficos, políticos e culturais. Nessa perspectiva, trabalhamos sobre o que se pode fazer enquanto cidadãos, atuando no processo de formação do conhecimento geográfico para filtrar a partir das necessidades enfrentadas no dia a dia dos escolares. E assim, emergiram duas temáticas pertinentes, que serão explicitadas a seguir.

Violência urbana e violência no contexto escolar

No segundo semestre de 2020, a professora de Geografia constituiu um grupo de trabalho com três alunas, que voluntariamente se dispuseram a participar do projeto *Nós Propomos! Goiás*. No

primeiro momento, tivemos uma reunião presencial para entregar os equipamentos tecnológicos (*notebooks* e *modems* com internet banda larga) com o objetivo de facilitar a comunicação, estudos e maior envolvimento com a equipe.

A partir de um diálogo com as alunas sobre cidadania, ser cidadão e viver em cidade, foi solicitado que identificassem os principais problemas vivenciados por elas e pela comunidade em geral; sendo assim, apontaram que a violência seria um dos problemas sociais mais enfrentados no contexto do município de Inhumas. Principalmente, porque elas moravam em bairros periféricos, sendo que, dependendo do horário, tinham receio de circular pela cidade, afirmando sentir-se inseguras mesmo dentro de casa.

A partir da identificação desse problema, discutimos as diversas formas e/ou tipos de violência, as causas e seus desdobramentos. Foi trabalhado o fascículo didático sobre Violência: O que é isso? (OLIVEIRA; MORAES, 2010), detalhando os referenciais teóricos existentes em relação à violência urbana e escolar, em específico. Problematicamos assuntos pertinentes à temática abordada, tais como: violência e seus aspectos históricos, os tipos de violência, a maneira como lidamos com ações violentas, os impactos negativos causados decorrentes dessas ações, inclusive na cidade de Inhumas e nas cidades circunvizinhas.

Esse procedimento metodológico tinha como objetivo desenvolver o pensamento por meio da conscientização e percepção em interpretar o que acontece no espaço geográfico, a fim de que as alunas identificassem e reconhecessem como a violência pode acontecer de forma nociva, tornando-a perceptível e com desdobramentos maléficos. A violência é um problema de ordem social e historicamente atinge todas as esferas da sociedade, causando inúmeros danos que perpassam de geração a geração. Sempre esteve presente na vida das pessoas, diferindo que, devido suas especificidades, alguns vivem de uma forma mais intensa, seja como autores ou vítimas, com consequências danosas; assim como outros vivem de uma forma mais

amena, pois vivem indiretamente. Contudo, acredita-se que todos têm algum tipo de experiência com a violência, seja ela qual for.

No decorrer da pesquisa, realizamos visitas ao Batalhão da Polícia Militar e à Delegacia de Polícia Civil. Obtivemos informações a respeito da violência em Inhumas, com dados sobre os principais tipos e/ou formas de violência recorrentes e as escolas com mais ações de violência verificadas pelas solicitações policiais. Entre os dados informados, vale destacar que o roubo, o furto, a violência doméstica e o estupro de vulnerável estão entre os principais tipos e/ou formas. Inclusive, a respeito da violência no ambiente escolar, o tenente apontou os colégios da rede estadual Rui Barbosa, Castelo Branco e Horácio como sendo os com mais ações de violência e solicitações policiais, seja por porte de arma branca, drogas, brigas entre alunos, com professores, pais de alunos e entre outros. A polícia também informou que os policiais efetivados são poucos, comparado às demandas e que essa carência estrutural dificulta o trabalho, o que resulta na insegurança e medo dos moradores da cidade.

Outra importante atividade realizada foi a solicitação de um questionário *on-line* sobre violência urbana e escolar para os alunos do 9º ano, que responderem sobre suas concepções e vivências com o tema abordado. O questionário foi elaborado conjuntamente pela equipe local e estruturado com 10 questões, que foram disponibilizadas pela professora de Geografia por meio do *link* de acesso no *Google Forms*. A turma do 9º ano tinha 40 alunos, sendo que 24 responderam ao questionário, voluntariamente. Em seguida, a equipe realizou o tratamento dos dados e as alunas atentaram que parte das respostas eram condizentes com as informações da polícia militar e civil. Entre os dados analisados, destacaram-se os tipos de violência que os alunos consideram que mais ocorrem na cidade de Inhumas: agressão física e lesão corporal; roubos; ameaças; e violência doméstica (figura 2).

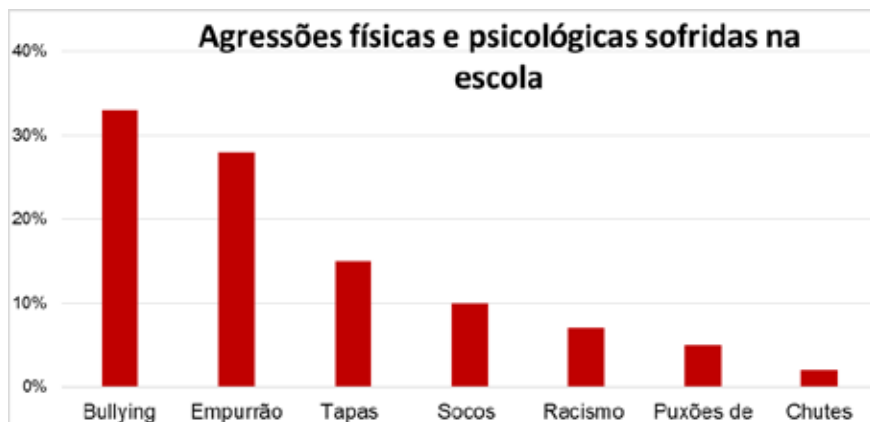
Figura 2 – Gráfico dos tipos de violência que mais ocorrem em Inhumas/GO, segundo os alunos do Colégio Estadual Rui Barbosa



Fonte: Dados do questionário (2020).

Outro aspecto importante, refere-se aos espaços que contribuem para as práticas de violência. Os escolares consideram que os bares e lanchonetes; os espaços públicos de lazer; e os setores residenciais localizados mais afastados do centro da cidade e mais próximos às rodovias são os lugares com maior incidência de práticas de violência. Podemos verificar na figura 3.

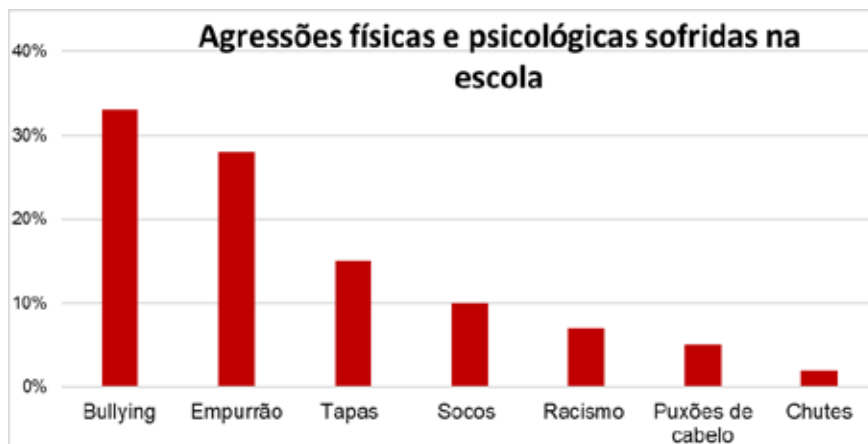
Figura 3 – Gráfico os espaços que mais contribuem para práticas de violência em Inhumas/GO, segundo os alunos do Colégio Estadual Rui Barbosa



Fonte: Dados do questionário (2020).

No contexto escolar, os dados revelam que o *bullying* está entre as principais agressões físicas e psicológicas em que os escolares podem ser envolvidos e praticar, seja como autor ou vítima, conforme a figura 4.

Figura 4 – Gráfico dos tipos de agressões físicas e psicológicas sofridas no Colégio Estadual Rui Barbosa, segundo os alunos em Inhumas/GO



Fonte: Dados do questionário (2020).

A partir da análise dos dados coletados, as alunas, sob orientação da equipe, elaboraram uma carta aos gestores, propondo oito soluções para minimizar os casos de violência, os índices de assaltos e um plano estratégico para diminuir os jovens que estão nas ruas, sem perspectivas de vida. Essa carta foi entregue ao prefeito e vereadores da cidade com data e horário previamente marcados, como verificamos na figura 5. As alunas participantes exerceram o seu protagonismo diante ao poder público ao relatarem o percurso desenvolvido e o motivo de buscar contato/parceria com a gestão municipal. Inclusive, elas evidenciaram que nunca tinham ido à prefeitura e não conheciam o prefeito, a não ser por foto. Foi um momento marcante para o projeto de intervenção, pois atendeu aos objetivos e metodologia esperada.

Por fim, participamos do Seminário *Nós Propomos! Goiás* no dia 04 de dezembro de 2020, em que outras cinco escolas de outros municípios também desenvolveram projetos de intervenção. A reflexão sobre a temática Violência urbana e Violência no contexto escolar

promoveu grandes aprendizados e compreendemos que esse é um problema de ordem social e historicamente atinge todas as esferas da sociedade, causando inúmeros danos que afetam toda a sociedade e que precisam ser amenizados para uma melhor convivência no espaço onde vivemos. No final da intervenção foi possível promover um diálogo consciente no sentido de compreendermos que podemos ser vítimas e/ou agressores e, mesmo que tenhamos um sentimento de impotência diante de uma situação de violência, podemos exercer a cidadania por meio da denúncia e, em parceria com o poder público administrativo, propor possíveis soluções que amenizem essa realidade vivenciada pela comunidade local.

Figura 5 – Fotografia da entrega da carta ao prefeito do município de Inhumas/GO



Fonte: Rosa (2020).

Campo e cidade: suas especificidades e interdependências

No ano de 2021, a professora de Geografia do Colégio Estadual Rui Barbosa, no primeiro momento, mobilizou a participação de três alunas do 9º ano e após o retorno das aulas presenciais toda a turma foi envolvida no projeto. Mantivemos as mesmas estratégias para os encontros, porém com um diferencial: à medida que as aulas retornaram presencialmente, remanejamos a proposta e o cronograma de desenvolvimento do projeto de intervenção.

Partindo do pressuposto de que a vida urbana é recente dentro do contexto histórico do estado de Goiás e que duas alunas participantes do projeto moravam no campo, a problemática levantada estava diretamente relacionada às dificuldades da população rural

referentes ao acesso a bens e serviços, sendo que muitas vezes considera-se desassistida da gestão pública do município. Ainda, podemos considerar o deslocamento campo-cidade, as relações de trabalho e a vida cotidiana distinta nesses espaços.

Assim, iniciamos o projeto; e por meio de diálogos as alunas começaram a relatar sobre a vida cotidiana do campo e da cidade, inclusive dentro de um contexto pandêmico, transparecendo como suas vidas convergem e divergem em alguns aspectos, devido a sua localização no espaço geográfico, ao acesso a bens, produtos e serviços, sendo que muitos elementos da cidade advêm do campo, e no campo também observamos elementos da cidade.

As discussões foram pautadas nas especificidades e interdependências entre o campo e a cidade. Nesse viés, ampliamos o debate desses dois espaços distintos, mas que possuem características semelhantes e que estão interligados numa relação interdependente um do outro. O fascículo “A relação cidade-campo no território goiano”, da Coleção “Aprender com a cidade” (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SPIRONELLO, 2019) foi basilar nos encaminhamentos das atividades. Contribuiu para compreensão do tema abordado e fundamentou os estudos, permitindo a construção de conceitos, entendimento e percepção dos elementos essenciais sobre o campo e a cidade.

Com o retorno das aulas presenciais, a professora de Geografia organizou seu plano semanal em que uma vez por semana oportunizava os escolares a participarem dos estudos sobre a temática supracitada. Também elaboramos um questionário impresso para a turma responder com questões estruturadas e semiestruturadas. Todos os alunos responderam às questões que tratavam sobre a identificação e diferenciação entre campo e cidade; migração; estilos de vida; tecnologias; mobilidade; e como esses espaços se complementam. Em seguida, foi proposta a realização do trabalho de campo no Rancho Transbala (ver figura 1), onde as duas alunas participantes do projeto moravam juntamente com a família. Eles trabalhavam no campo e, além do salário, tinham moradia, água e energia. Para

estudar, precisavam do transporte escolar para se deslocarem à cidade de Inhumas. Assim, tivemos o interesse de conhecer a realidade vivenciada por essas alunas.

No pré-campo, a equipe local organizou o transporte em parceria com a Secretaria Municipal de Educação; solicitação aos pais para consentirem seus filhos de participarem dessa atividade; contato com o proprietário do Rancho Transbala; roteiro com os pontos de observação e estudo a ser feito durante o percurso e no momento da conversa com o proprietário; orientações disciplinares da coordenação pedagógica.

Participaram do trabalho de campo no Rancho Transbala 25 alunos acompanhados pela professora de Geografia, professora intérprete, professora supervisora e a bolsista de IC, conforme demonstra a figura 6.

Figura 6 – Fotografia do trabalho de campo no Rancho Transbala realizado com os alunos do Colégio Estadual Rui Barbosa em Inhumas/GO



Fonte: Rosa (2021).

Durante o percurso foi solicitado pela professora de Geografia que observassem a paisagem, notoriamente a tecnologia, aspectos da cidade e do campo. O proprietário do Rancho Transbala, informou-nos que, atualmente tem dois casais de funcionários, que são remunerados pelas atividades prestadas na fazenda; ambos têm três filhos, que contribuem com os afazeres dos pais, mas não são remunerados.

A atividade econômica que sustenta a propriedade de 7 alqueires é a pecuária. O leite é fornecido a um intermediário que usa parte para a fabricação de queijos; a outra parte é repassada a um laticínio da região. Pela entrevista feita tanto ao proprietário quanto aos funcionários, percebemos as peculiaridades de cada um em sua função, até mesmo quanto à interdependência da cidade para que pudessem ser desenvolvidas as atividades do campo. Os escolares acompanharam a retirada de leite (figura 7), sendo que em média comercializam 1.200 litros por dia, bem como percorreram a propriedade rural.

Figura 7 – Fotografia da retirada de leite no Rancho Transbala em Inhumas/GO



Fonte: Rosa (2021).

Quando retornamos, na aula seguinte a professora de Geografia retomou a discussão de aspectos elementares vislumbrados no trabalho de campo e solicitou um relatório individual. Entre os relatos, destacam-se aqueles em que os escolares afirmaram que perceberam algumas diferenças na paisagem. Na cidade tem mais casas, mercados; já no campo não tem tantas casas, a estrada é de terra, tem mais morros, produção de cana. Outro ainda diz que observou que na fazenda estavam plantando milho e braquiária para o consumo do próprio gado. Estavam utilizando maquinários e, quando precisam, os trabalhadores temporários que vêm da cidade. Outra consideração importante verificada no Rancho Transbala refere-se à coleta de lixo. Todo lixo produzido é ensacado e levado para a cidade.

Outra atividade importante realizada durante o projeto de intervenção foi uma visita à Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente (figura 8). Agendamos o dia e horário para conversarmos com a secretária responsável pela pasta, sendo que duas alunas e uma mãe participaram dessa atividade. Durante a conversa, a secretária informou-nos que a pandemia ocasionou o retorno de algumas pessoas da cidade para o campo, e que muitos condomínios chacareiros estão ilegais, sem projetos ambientais, com uso incorreto da água. Perguntamos a ela o que é feito em relação aos resíduos sólidos do campo, pois com o trabalho de campo, foi identificado que não há coleta de lixo. A resposta foi que o descarte do lixo no campo é responsabilidade do dono da propriedade, porque financeiramente é impossível a prefeitura dar assistência. Porém, tem propostas de colocar caçamba em lugares estratégicos. No entanto, foi produtiva essa conversa, pois as alunas falaram sobre a participação e desenvolvimento do projeto e a secretária considerou importante o trabalho realizado em parceria com a universidade e a escola; e, ainda, afirmou que precisam dessa parceria para o desenvolvimento de um grandioso projeto para o ano de 2022.

Figura 8 – Fotografia da visita à Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente de Inhumas/GO



Fonte: Rosa (2021).

Por fim, quatro alunas participaram do Seminário de Encerramento do *Nós Propomos! Goiás* e apresentaram o trabalho realizado, assim como a coordenadora pedagógica e a professora de Geografia fizeram suas ponderações reconhecendo o êxito proporcionado à turma participante; apontando que, mesmo no contexto pandêmico, oferecemos aos escolares a possibilidade de atuação no processo de formação do conhecimento geográfico para práticas espaciais cidadãs, inclusive alcançamos a compreensão de que ambos os espaços (campo e cidade) possuem relação de interdependência e que se complementam.

Considerações finais

Com base nos resultados obtidos, considera-se que é preciso mobilizarmos os alunos para uma cidadania que promova a consciência crítica sobre a realidade social, sobre o direito a condições mais dignas de sobrevivência, o direito às manifestações culturais, o direito de acesso ao conhecimento da Geografia escolar e aos

espaços da cidade. Os projetos de intervenção realizados no município de Inhumas e vinculados à pesquisa *Nós propomos! Goiás* apresentam uma proposta inovadora, ao instigar o exercício da cidadania a partir de estudos de casos desenvolvidos pelos escolares, voltados para a identificação de problemas urbanos e rurais, assim como a formulação de propostas de resoluções para tais problemas, com o envolvimento da comunidade local e administração pública, promovendo o exercício de práticas espaciais cidadãs.

Nesse âmbito, cabe enfatizar a importância do conhecimento geográfico no Ensino Fundamental, para o entendimento e reflexão do espaço geográfico a partir de temáticas socialmente relevantes, como os dois temas trabalhados no projeto, que se tornaram objeto de conhecimento para a vida cotidiana dos alunos. De acordo com Cavalcanti (2013), a Geografia é uma leitura da realidade e uma prática social, as quais foram consideradas no ensino de Geografia durante o desenvolvimento dos projetos na instituição escolar.

Contudo, a centralidade dos projetos de intervenção consistiu em contribuir no processo de ensino-aprendizagem e na formação do conhecimento geográfico sobre aspectos observados a partir da realidade vivida pelos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, 9º ano, no Colégio Estadual Rui Barbosa, a fim de promover conhecimentos de ordem geográfica e espacial, que permitiram uma ativa atuação no exercício de cidadania, ampliando a compreensão sobre as inter-relações entre fenômenos e fatos sociais.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Ensino de geografia na escola*. Campinas-SP: Papirus, 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Pensar pela geografia: ensino e relevância social*. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. OLIVEIRA, Karla Anielli Teixeira de; SPIRONELLO, Rosângela Lurdes. *A relação cidade/campo no território goiano*. 2. ed. Goiânia: C&A Alfa & Comunicação, 2019. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

COPATTI, Carina. *Geografia(s), professor(es) e construção do pensamento pedagógico-geográfico*. Curitiba: CRV, 2020.

OLIVEIRA, Karla Anyelly Teixeira de; MORAES, Loçandra Borges de. *Violência Urbana na região metropolitana de Goiânia*. Goiânia: Vieira, 2010. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

ENSINO DE GEOGRAFIA PARA A CIDADANIA

*A experiência do Colégio Estadual Mané Ventura
em Aparecida de Goiânia-GO*

EVA VIEIRA DOS SANTOS CARDOSO
CAMILA ALVES DUARTE
ALEXSANDER BATISTA E SILVA

O projeto *Nós Propomos! Goiás* tem o intuito de construir propostas de mediação didática em escolas públicas do estado de Goiás, realizando um trabalho colaborativo entre a universidade e a instituição escolar. Seu objetivo final é compreender a relevância da metodologia aplicada do projeto para o desenvolvimento do conhecimento geográfico e de atitudes cidadãs pelos alunos, sob a mediação didática de seus respectivos professores em colaboração com a universidade.

Sob a perspectiva metodológica optou-se por uma abordagem qualitativa, mais especificamente na pesquisa colaborativa, por essa abordagem possibilitar uma análise detalhada de diversos pontos que envolvem o objeto de estudo. Sendo assim, buscou-se um enfoque descritivo e interpretativo; uma articulação entre teoria e prática; uma valorização do processo, e não apenas os resultados finais do projeto; um maior contato com os sujeitos participantes da pesquisa; uma inserção no seu cotidiano.

Neste artigo, apresentaremos as experiências do Colégio Estadual Mané Ventura com a aplicação da metodologia do projeto *Nós*

Propomos! Goiás. Experiências essas englobando o trabalho desenvolvido pela escola, no âmbito do projeto, nas edições de 2020 e 2021. Os alunos foram orientados a desenvolverem investigações sobre os problemas locais, analisando-os e propondo soluções. O trabalho dos escolares foram encaminhados a partir da seguinte estrutura: problematização da realidade; identificação dos problemas locais; pesquisa bibliográfica e documental em diferentes fontes; realização de trabalho de campo; proposição de possíveis soluções; sistematização de todo o processo investigativo em um artigo, além da apresentação dos resultados no Seminário de Encerramento do projeto *Nós Propomos! Goiás.*

O presente artigo está estruturado em duas seções, além das considerações finais. A primeira trata do Projeto *Nós Propomos!* na disciplina de Geografia e sua vocação para colaborar na construção da cidadania. Já a segunda foca no projeto que foi desenvolvido no Colégio Estadual Mané Ventura.

Nós Propomos! e o ensino de Geografia para a cidadania

O Projeto *Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica* foi idealizado pelo Professor Doutor Sérgio Claudino, nos idos de ano de 2011, no âmbito do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa/IGOT-ULisboa. Com o passar dos anos expandiu-se pelo território português desde Lisboa e passou a ser implementado em todas as partes do país. Logo, passou a ser reconhecido internacionalmente pela originalidade, inovação e pelos resultados obtidos com o envolvimento de escolas, estudantes e da comunidade local. A partir de então inicia-se sua fase de internacionalização.

O Brasil, no ano de 2014, foi o primeiro país a adotar o projeto para além das terras portuguesas. Três anos mais tarde houve as primeiras reuniões de planejamento do Projeto *Nós Propomos! Goiás*, o qual veio a se efetivar em um ciclo inicial de atividades no ano de 2018 em quatro escolas. Nessa primeira edição do projeto, utilizou-se a

metodologia já consagrada do *Nós Propomos!*, em que os alunos da educação básica, sob a orientação de seus professores e de docentes da universidade, desenvolvem um projeto de investigação, no qual elegem um problema local, analisam suas causas com base no conhecimento sistematizado e no trabalho de campo e, por fim, propõem soluções.

O *Nós Propomos! Goiás* é realizado sob uma perspectiva de pesquisa colaborativa, em que participam professores da educação básica e do ensino superior ligados ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica (LEPEG) e a Rede de pesquisa em Educação de Cidades, ambos sediados no Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás.

As edições de 2020 e 2021, objeto deste artigo, tiveram como principal intuito aplicar uma proposta de mediação didática em escolas públicas do estado de Goiás, em pelo menos uma turma do nono ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Realizou-se uma pesquisa de caráter aplicado e uma abordagem qualitativa num formato colaborativo. Os sujeitos da pesquisa foram os alunos e os professores de Geografia. Ao final queria-se compreender a relevância da metodologia aplicada para o desenvolvimento do conhecimento geográfico e de atitudes cidadãs pelos alunos, sob a mediação didática de seus respectivos professores de Geografia em trabalho colaborativo com a universidade.

Segundo Claudino e Coscurão (2019, p. 8), o Projeto *Nós Propomos!* tem com elemento central desafiar os alunos a “identificarem problemas locais que lhes são relevantes, a realizarem trabalho de campo sobre esses e a apresentarem propostas de intervenção/ação comunitária, depois partilhando com a mesma comunidade, numa assumida perspectiva de formação cidadã”.

Para cumprir essa tarefa, o projeto orienta para que docentes problematizem as práticas sociais cotidianas dos alunos, usando como referência sua dimensão espacial. Nessa perspectiva, reconhecem-se ainda os seguintes direcionamentos teóricos: o

construtivismo como atitude básica da prática de ensino; a geografia do aluno como referência do conhecimento construído na escola; a seleção de conceitos geográficos para estruturar os conteúdos; e a definição de conteúdos procedimentais e valorativos para a orientação de ações, atitudes e comportamentos socioespaciais (PROJETO NÓS PROPOMOS, 2019).

O ensino e a Geografia, em suas diferentes perspectivas e em diferentes contextos históricos, estão no centro dos conflitos inerentes à cidadania. A Geografia Escolar Crítica, pela sua abordagem centrada na espacialidade, pode colaborar para uma leitura geográfica consciente da realidade e se torna condição para uma ação política capaz de superar o modelo social vigente, que atrofia a cidadania no Brasil. Por isso, a urgência em retomá-la nos nossos sistemas de ensino. Muito além disso, ela deve contribuir para a resistência e a militância política de professores e alunos contra o *status quo* de uma sociedade que se assenta na exploração do trabalho e inibe a concretização do cidadão.

Callai (1998), ao levantar os porquês de se estudar Geografia, afirmou que há três razões que devem ser consideradas: conhecer o mundo e obter informações; analisar, conhecer e explicar o espaço produzido pela sociedade, as causas que lhe deram origem; e, por último, algo que não se refere ao conteúdo em si, mas ao objetivo maior que dá conta de todo o mais: a formação cidadã.

As práticas de cidadania são dimensões importantes na construção e na elaboração de um pensamento geográfico, ao valorizar as relações entre o cotidiano dos jovens estudantes e o conteúdo geográfico. Para promover uma aprendizagem significativa em relação à cidadania e à justiça social, é necessário considerar a mediação didática do professor e a formação de conceitos no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem na geografia da escola.

A escola enquanto uma instituição formal de ensino deve assumir um papel central na formação dos sujeitos que por ela passam.

E a disciplina de Geografia em decorrência dos conceitos e temas que discute deve assumir lugar de destaque no projeto de cidadania da instituição escolar.

Cidadão é aquele que exerce ativa e democraticamente a cidadania, inclusive, criando e ampliando direitos. Para Cavalcanti (2008), cidadania é o exercício do direito a ter direitos. Só se torna possível tornar um direito real através da transformação de uma lei escrita em realidade social concreta. A cidadania passa a conquistar e ser recriação dos direitos civil, político e social. Além disso, ela pressupõe o princípio de igualdade. Portanto, um conjunto de direitos e deveres que incondicionalmente deve ser exercido por todos, irrestritamente e, para isso, é fundamental o conhecimento das questões relativas ao espaço.

O ensino de Geografia representa um instrumento imprescindível para a construção da consciência política crítica necessária à formação para a cidadania integral, real, irrestrita e concreta. Para isso, ele deve objetivar a emancipação e libertação humanas. Por isso, deve ser universal e unilateral. Compreender o seu contexto, como localizar-se no espaço, possibilita ao educando aprender a ler geograficamente o mundo.

A análise do espaço geográfico deve ser prioridade no ensino e demonstra a importância do papel da Geografia Escolar Crítica para a formação dos jovens e das crianças da classe trabalhadora. Representa um instrumento importante para a compreensão e transformação da realidade socioespacial, por tecer críticas à realidade; por partir dos conceitos espontâneos para construir os conceitos científicos da Geografia na prática de ensino nas escolas, importantes para a leitura geográfica de mundo do educando; por focar nos problemas socioambientais vividos por ele. Assim, a educação geográfica crítica contribui para a formação cidadã do aluno, pois lhe permite pensar e ler criticamente o espaço e nele se organizar, encontrar soluções contra a opressão e a injustiça que dão forma a sua condição de não cidadão. A consciência dessa condição é fundamental para

a ação política organizada em defesa da cidadania socioespacial. Desse modo, o saber geográfico deve permitir as relações das crianças e jovens da classe trabalhadora com o mundo, mediadas pela prática transformadora desse contexto.

Como menciona Santos, ao falar sobre a cidadania no Brasil:

[...] é no território tal como ele atualmente é que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se quisermos criar um tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade” (SANTOS, 2002, p. 6).

A força laboral e a divisão social e territorial do trabalho, que produzem e reproduzem as desigualdades socioespaciais entre os sujeitos, os lugares e as regiões, cujos processos atuais de privatização, inclusive do território, e a retração dos direitos dos trabalhadores, contribuem para a continuidade da nossa cidadania incompleta.

A cidade é uma construção humana, forma materializada a partir do conteúdo urbano produzido por relações sociais específicas. Noutras palavras, pode-se dizer, concordando com Lencioni (2008, p. 114) que a cidade é objeto e o urbano, fenômeno. Corrêa (2000, p. 9) apresenta esse espaço urbano como algo “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. Este, contudo, é um dos entendimentos a respeito da cidade e do urbano. Souza (2009, p. 2) destaca que nos trabalhos de análise sobre estes conceitos “notam-se, na atualidade, a utilização de diversas orientações teóricas e metodológicas”, tendo forte influência as teorias vinculadas ao pensamento de Henri Lefebvre, sobretudo às suas obras mais dedicadas diretamente à cidade e ao urbano, *O Direito à Cidade* e *A Revolução Urbana* (LEFEBVRE, 1999, 2001).

Concordamos com Lencioni (2008, p. 110-111) quando a autora afirma que “a construção de conceitos é um exercício do pensamento sobre o real”, sendo os conceitos “uma forma de reflexo dos objetos”, possuindo conteúdos tanto objetivos quanto subjetivos, havendo

sempre uma “distância” entre o conceito e o real que ele tenta dar conta de explicar. Para Souza (2009, p. 6),

A Geografia trabalhada nas escolas na atualidade necessita promover avanços em relação aos conteúdos ensinados, em relação às concepções em torno da ciência geográfica e de seus conceitos, em relação às metodologias de ensino da disciplina e em relação aos processos de aprendizagem e aquisição de conhecimento por parte dos alunos. Essa necessidade de mudança é recorrente em autores que tratam da Geografia e de seu ensino na educação básica.

Estudar a cidade, enquanto espaço onde se expressam profundas contradições sociais, lócus da sociabilização de maior parte da população do planeta e onde se evidenciam a maioria dos problemas sociais e ambientais contemporâneos, se mostra cada vez mais necessário no sentido de formar sujeitos ativos na transformação do mundo e na construção de soluções futuras para tais problemáticas. Para tanto, como sugere Souza (2009, p. 9), é preciso formar

Um aluno autônomo sujeito de sua aprendizagem e que seja capaz de construir um pensamento espacial, tendo como referência a cidade e o urbano, espacialidade referência para a maioria das práticas espaciais das pessoas no mundo atual.

O Ensino de Geografia pode, e acreditamos que deve!, ter papel ativo nesse processo, apresentando o mundo como realidade historicamente produzida, em constante transformação e, portanto, passível de transformação.

O Colégio Estadual Mané Ventura no Projeto Nós Propomos! Goiás

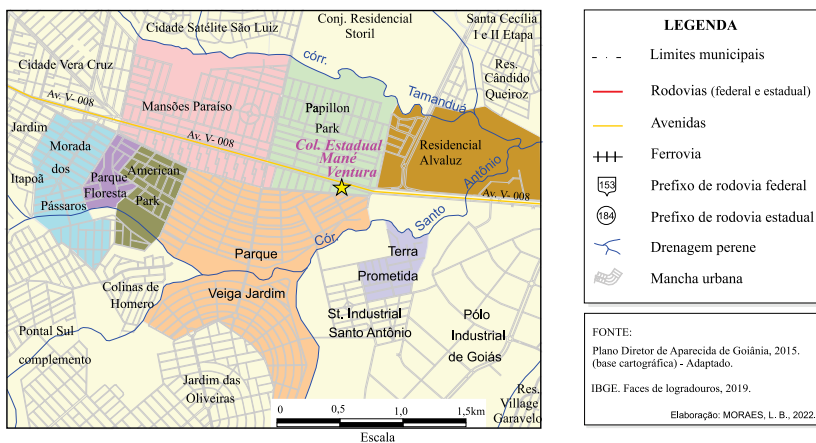
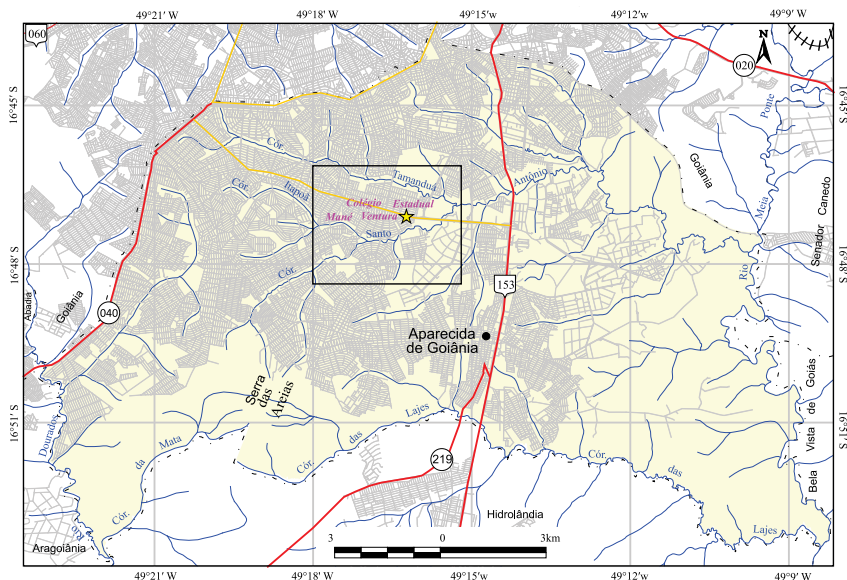
O Colégio Estadual Mané Ventura ingressou no Projeto *Nós Propomos! Goiás* no segundo semestre de 2019 a partir de uma visita por parte da equipe do projeto à unidade escolar. Na oportunidade, realizou-se uma reunião com o diretor na escola e com a professora de Geografia dos 9º anos, em que foram apresentados os princípios

balizadores do *Nós Propomos!*, assim como as diretrizes, elaboradas pelo grupo de pesquisadores, para o desenvolvimento do projeto nos seus ciclos de 2020 e 2021.

Antes de adentrar efetivamente na realização do Projeto *Nós Propomos! Goiás* por parte da escola, entende-se que é essencial apresentar o Colégio Estadual Mané Ventura e seu contexto geográfico. O desenvolvimento do projeto depende muito do que é a escola, o bairro e a cidade, os quais vão gestar e se constituírem enquanto palco para o acontecer das atividades do supracitado projeto.

O Colégio Estadual Mané Ventura é uma das mais de mil escolas públicas da rede estadual de educação do estado de Goiás. Essa escola está localizada no setor Papillon Park, em Aparecida de Goiânia, Goiás/Brasil (figura 1). Aparecida de Goiânia é um município relativamente jovem, sendo elevado a tal categoria somente em 1963, a partir do seu desmembramento de Goiânia. Aparecida de Goiânia situa-se na mesorregião do Centro Goiano, fazendo limites com os municípios de Aragoiânia, Hidrolândia, Senador Canedo e com a capital do estado, Goiânia. Aparecida compõe, juntamente com outros 20 municípios, a Região Metropolitana de Goiânia. O município, conforme o demográfico de 2010, tinha uma população de 455.657 habitantes, sendo que atualmente a população estimada é em 601.844 habitantes, segundo dados do IBGE (2021).

Figura 1 – Mapa de localização do Colégio Estadual Mané Ventura, município de Aparecida de Goiânia – Goiás



Elaboração – MORAES, L. B., 2022.

O Papillon Park e os bairros circunvizinhos, nas duas últimas décadas, passaram por diversas transformações urbanísticas, com acréscimos de infraestrutura, comércio e serviços. Portanto, a região da escola, atualmente conta, em quase sua totalidade, com rede de

esgoto e água tratada, rede elétrica e pavimentação asfáltica. A região é bem servida de transporte coletivo urbano, além de contar com um terminal de ônibus que dista a mais ou menos 800 metros do Colégio Mané Ventura. Entretanto, nota-se na região ausência de espaços adequados para lazer, esporte e cultura.

No que concerne à educação, a região conta com diversas instituições das redes pública e privada que ofertam ensino do nível básico ao superior. Em decorrência da reorganização que houve na Rede Estadual de Educação, a despeito do Colégio Mané Ventura não ter sofrido intervenção direta nesse processo, de modo indireto a escola foi impactada. Esse processo de reorganização na rede de ensino na região militarizou o Colégio Mansões Paraíso e transformou o Colégio Telma Vieira em escola de tempo integral. Conforme nos relata, em 2019, o diretor do Colégio Estadual Mané Ventura, a escola passou por uma mudança em termos de alunado logo após as unidades escolares vizinhas terem sido uma militarizada e a outra se tornado de tempo integral. Nas palavras do diretor, uma parte considerável dos seus melhores alunos migraram para as outras duas escolas, ao mesmo tempo que os estudantes dessas outras duas escolas que não foram selecionados para permanência e aqueles expulsos por não se adequarem ao novo formato político-pedagógico-disciplinar não lhes restaram outra escola na região além do Colégio Estadual Mané Ventura.

Em relação ao perfil geral, conforme afirma o diretor (2019), os alunos da escola são em sua enorme maioria, filhos da classe trabalhadora com situação socioeconômica precária. O gestor acredita que algo próximo de 50% dos estudantes residem no Papillon Park e bairros do circunvizinhos mais próximos à escola, como Mansões Paraíso, Residencial Alvaluz e Veiga Jardim., sendo os outros 50% dos bairros da região um pouco mais afastados da escola – Terra Prometida, American Parque, Parque Floresta e Morada dos Pássaros. Grande parte faz o trajeto de suas casas à escola a pé ou de transporte coletivo urbano. Apenas uma pequena parte dos alunos

chega à escola por meio de transporte escolar privado ou mesmo pelos veículos dos pais.

O Colégio Estadual Mané Ventura tem seu funcionamento em três turnos, sendo que no ano de 2020 havia 7 turmas de Ensino Fundamental no período matutino, outras 7 no vespertino e 3 turmas de Ensino Médio na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos). Nesse ano, a escola tinha cerca de 700 estudantes regularmente matriculados. Em relação ao corpo docente, a instituição contava com 23 professores(as), sendo dois com formação na área da Geografia. A professora que atuava junto às turmas de 9º Anos foi a parceira do projeto *Nós Propomos! Goiás*.

A estrutura física da escola, no geral, deixa muito a desejar, a despeito de ter tido uma reforma em 2018/2019, a qual possibilitou pequenos reparos e a troca do telhado de todo o prédio escolar. Praticamente todos os espaços apresentam um considerável grau de inadequação, dentre os quais podemos citar: a ausência de espaços para refeitório, auditório e laboratórios; espaços com dimensões insuficientes e com pouca ventilação, como a biblioteca e as salas de aula; espaços para atividades físicas, culturais e de lazer são diminutos, se reduzem na verdade apenas a quadra coberta, a qual encontra-se em péssimo estado de conservação; há ausência de mobiliário e equipamentos adequados etc.

Após essa breve contextualização, a seguir trataremos efetivamente da experiência do Colégio Estadual Mané Ventura no Projeto *Nós Propomos! Goiás* nos anos de 2020 e 2021. Como já fora indicado, no ano de 2019 a metodologia do projeto foi apresentada à professora de Geografia, assim como a direção e coordenação da escola, juntamente com o convite para integrarem o conjunto de instituições a desenvolverem o projeto e participarem da pesquisa colaborativa. Com o aceite do convite, foram assinados protocolos de participação da instituição escolar junto ao projeto *Nós Propomos! Goiás*.

A partir de então, no segundo semestre de 2019 e primeiro trimestre de 2020, a professora de Geografia e o diretor da escola de imediato foram integrados às reuniões de formação e planejamento do projeto. Tais atividades compuseram a fase formativa e de preparação/planejamento para na sequência pôr em obra a metodologia do *Nós Propomos!* junto aos alunos no chão da escola.

No momento em que o Colégio Estadual Mané Ventura se organizava para o início dos trabalhos com a metodologia do Projeto *Nós Propomos!* Em seu primeiro ciclo (2020), o mundo foi surpreendido pela pandemia da Covid-19. No Brasil como um todo, e em específico em Goiás e na cidade de Aparecida de Goiânia, os efeitos do novo coronavírus foram enormes, extrapolando o âmbito unicamente da saúde coletiva. Em decorrência da necessidade da redução da circulação das pessoas, da diminuição das aglomerações, junto de diversos setores da economia, as escolas fecharam suas portas e passaram a adotar o sistema remoto. Conforme Farias e Silva (2021), a educação, em todas as etapas, também foi impactada. Professores precisaram se reinventar, adaptando-se ao trabalho virtual, para que o fechamento das escolas fosse menos prejudicial ao processo ensino-aprendizagem.

Em meio a tudo isso, o *Nós Propomos! Goiás* teve que se adequar a realidade imposta pela Covid-19. Em decisão conjunta entre os coordenadores do projeto e os professores de Geografia das escolas, foram pensadas alternativas possíveis para a nova circunstância. O formato adotado manteve os princípios que caracterizam o projeto, como propõe Claudino (2018), ou seja, trabalhar numa perspectiva em que o professor atua na mediação e estimula os estudantes a assumirem o lugar de protagonistas do projeto, de modo a construir, por meio da atividade investigativa (estudo, identificação de problemas locais e elaboração de propostas de solução), uma cidadania territorial.

Com o advento da pandemia, todo o planejamento outrora realizado para 2020 teve que ser refeito para que o projeto pudesse

ocorrer no formato virtual. As reuniões presenciais foram transferidas para plataformas digitais, os trabalhos de campo foram inviabilizados, o evento de encerramento do projeto teve sua realização de modo virtual. No ciclo de 2021, em meados do segundo semestre, com o avanço da vacinação e o conseqüente arrefecimento da pandemia, o Colégio Estadual Mané Ventura retomou suas atividades presenciais. Isso permitiu que fossem realizados os trabalhos de campo com os alunos participantes do projeto. O que foi bastante importante, pois trabalho de campo além de ser um elemento central na metodologia do *Nós Propomos!* é algo que motiva e que os estudantes gostam.

Tinha como ponto de partida a participação de uma turma inteira de 9º ano, que totalizaria algo próximo de 30 alunos, para participar do projeto na escola. Como indicado acima, a pandemia da Covid-19 alterou o cenário e a participação dos estudantes, tanto no ciclo de 2020 quanto no de 2021 ocorreu por adesão. Aqueles que no momento do início de cada ciclo conseguiam reunir disponibilidade mínima e motivação para realizarem as atividades do *Nós Propomos! Goiás* no contraturno do seu horário escolar foram os que compuseram a equipe de trabalho no Mané Ventura.

Nesse sentido, houve no ano de 2020 a participação de 5 alunas que desenvolveram suas pesquisas em um grupo de trabalho. Já em 2021 o projeto contou com a participação de 13 alunos que se compuseram em dois grupos. A formação de grupos de trabalho é o primeiro passo da metodologia do projeto, pois a ideia é que os estudantes aprendam a trabalhar em grupo, realizando suas pesquisas coletivamente.

Após os grupos formados, a professora de Geografia, dentro dos conteúdos programáticos, os quais devem-se tratar nas aulas, estimula os estudantes a pensarem sobre os problemas locais que os afetam cotidianamente. Sob a perspectiva do projeto a escala local é fundamental para que os estudantes possam compreender e agir no mundo. Na mesma linha, Callai (1999) diz ser extremamente

importante considerar o aluno e a sociedade em que vive. Entende que se torna mais fácil compreender os fenômenos partindo do lugar em que se vive, do espaço próximo. Isso possibilitaria uma melhor organização das informações, podendo-se teorizar, abstrair do concreto, na busca de explicações, de comparações, de extrapolações.

A natureza metodológica do projeto o permite ser realizado a partir de diferentes temáticas no âmbito da Geografia. Cada grupo então elegeu um problema para ser seu objeto de pesquisa. O grupo de alunas do primeiro ciclo do projeto estudou as queimadas, procurando discutir a questão socioambiental desse fenômeno. Já no segundo ciclo do projeto, um grupo estudou o lixo no entorno da escola e o outro grupo escolheu como tema a degradação do Córrego Santo Antônio, que é um córrego da região.

O encaminhamento dos trabalhos a partir da escolha das temáticas com que cada grupo iria trabalhar seguiu em linhas gerais a metodologia convencional do *Nós Propomos!* com as adaptações devidas tendo em consideração as limitações impostas pela pandemia.

Os estudantes realizaram pesquisas bibliográficas, levantamento de dados e da legislação relacionados ao tema, tudo no formato virtual. A professora de Geografia e o supervisor do projeto fizeram, também, algumas indicações de textos para leituras, além do uso de alguns dos fascículos didáticos disponibilizados pelo *Nós Propomos! Goiás*.

Foram realizadas diversas reuniões via *Google Meet* com os estudantes e a professora regente, em alguns momentos com a participação do supervisor do projeto na escola, com o objetivo de realizar discussões e reflexões acerca dos textos. A pauta dessas reuniões incluíam também alguns encaminhamentos sobre as etapas do projeto a serem cumpridas. Outro expediente utilizado para discussão foram os grupos de *WhatsApp* que os próprios alunos tiveram a iniciativa de criar para facilitar a comunicação referente ao projeto, o qual foi usado cotidianamente.

Na edição de 2021, com as condições de biossegurança um pouco melhores, conseguiram-se realizar dois trabalhos de campo no mês de novembro, sendo um com cada grupo de alunos. Momento em que os professores da escola e da universidade planejaram e realizaram trabalhos de campo exploratórios (figura 2), objetivando que os estudantes pudessem aguçar o olhar e verem *in loco* os problemas pesquisados por eles, assim como refletir sobre os efeitos negativos do lixo e da degradação do Córrego Santo Antônio para a vida das pessoas da localidade. Os trabalhos de campo foram também momentos onde foram feitos os registros fotográficos. Já no ciclo de 2020, devido à pandemia, houve a necessidade de suprimir o trabalho de campo na execução do projeto. No entanto, foram feitos alguns registros fotográficos e vídeos individuais de diversas queimadas, que ocorreram em momentos em que algum integrante do grupo tinha que sair de casa para uma necessidade básica e se deparava com algo relacionado ao tema e fazia o registro.

Figura 2 – Trabalhos de campo. (A) Grupo Córrego St. Antônio / (B) Grupo Lixo



Fonte: SOUZA, L. F. DE (2021)



Fonte: SILVA, A. B. (2021).

Algo que também foi realizado em 2021 e que por todo o contexto em 2020 não se conseguiu, foi a elaboração e realização de questionário e a entrevista para coleta de dados junto à comunidade local. A equipe que pesquisou o lixo fez um questionário no *Google Forms* sobre o tema e encaminhou para as pessoas mais próximas,

vizinhos, amigos, colegas da escola, via *WhatsApp*. O grupo que se dedicou ao estudo da degradação do Córrego Santo Antônio realizou uma entrevista com um morador antigo do bairro que reside nas imediações do córrego.

Posteriormente às fases de leituras, discussões e reflexões sobre tema/problema e suas consequências no cotidiano da comunidade local, veio a fase de pensar possíveis soluções. Em linhas gerais, as propostas de solução versam sobre ausência, falta de interesse e inércia de diferentes atores, os quais poderíamos dividir em três grupos: Estado, setor privado e população. Muitas propostas sinalizam a negligência e a ineficiência do Estado, tanto do executivo, quanto do legislativo e judiciário, dando foco mais no executivo, no caso representado na esfera local pela prefeitura municipal. Os alunos indicam a necessidade de campanhas educativas para conscientizar a comunidade da gravidade dos problemas, falta de fiscalização e ausência de ações diretas para melhorar a questão da degradação dos córregos, do lixo e das queimadas na cidade. Há também um grande número de propostas que chamam as pessoas da comunidade à sua responsabilidade individual e coletiva em provocar o problema, assim como em não empreender nenhuma ação no sentido de resolvê-lo. Um quantitativo menor dessas propostas põe em questão o modo de produção capitalista e o setor privado como o grande causador dos problemas e seu descompromisso com as questões socioambientais do planeta.

Algo que acabou se destacando em meio às propostas elaboradas pelos estudantes no intuito de solucionar o problema investigado foi a disposição para ação. Ou seja, dois dos três grupos propuseram e eles mesmos criaram páginas no Facebook, com a finalidade de conscientizar as pessoas, principalmente da comunidade mas não somente, sobre os temas/problemas por eles investigados. A ideia seria de informar, discutir e buscar coletivamente alternativas para melhorar a vida na sua localidade.

Um dos produtos materiais do projeto *Nós Propomos! Goiás* são os artigos produzidos pelos estudantes, sendo que cada grupo confeccionou um artigo¹ como resultado final dos estudos temáticos empreendidos. Os artigos expõem o percurso metodológico da pesquisa, apresentam o tema/problema estudado com seus impactos na comunidade local, assim como apontam propostas no sentido de mitigar e/ou solucionar o problema identificado e investigado.

Em cada uma das edições, como ponto de culminância do projeto, realizou-se o Seminário do *Nós Propomos! Goiás*, atividade que agregou todas as 6 escolas que trabalharam com o estudo naquele ano. O objetivo do seminário é o de dar protagonismo para a escola, oportunizando aos professores de Geografia e, principalmente, os estudantes de apresentarem suas experiências com o projeto.

Os três grupos de alunos que participaram do seminário fizeram excelentes apresentações. O grupo que pesquisou sobre as queimadas em 2020 optou por produzir um vídeo, de aproximadamente 10 minutos, como forma de apresentação. Já os dois grupos do ciclo do projeto de 2021 realizaram suas exposições oralmente utilizando o recurso de projeção de *slides*. Toda a produção do material utilizado nas apresentações foi confeccionada pelos estudantes, contando com o apoio da professora regente e do supervisor do projeto na escola, apenas na parte de finalização desse material.

Do ponto de vista do conteúdo exposto nos Seminário do *Nós Propomos! Goiás*, cada um dos grupos de alunos da escola abordou com propriedade os temas estudados, destacando o percurso metodológico da pesquisa, apresentando uma discussão aprofundada do tema/problema e da relevância para a comunidade local; e, por fim,

1 No ciclo de 2020, o artigo produzido pelo grupo de alunas foi intitulado de “A questão socioambiental das queimadas”. Já no ciclo de 2021, como foram dois grupos de pesquisa, tivemos a produção de dois artigos; são eles “A situação de degradação do Córrego Santo Antônio em Aparecida de Goiânia-GO” e “A questão do lixo no entorno do Colégio Estadual Mané Ventura em Aparecida de Goiânia-GO”.

destacaram as propostas para solução do problema. Por outro lado, em suas intervenções nos seminários, a professora de Geografia frisou a contribuição do *Nós Propomos!* no sentido de dinamizar a escola, de motivar os estudantes e de potencializar o processo de ensino-aprendizagem em Geografia, incentivar uma postura cidadã, além de promover sua própria formação enquanto docente.

Considerações Finais

O projeto *Nós Propomos! Goiás* no Colégio Estadual Mané Ventura, mesmo diante de todas as dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19, teve um saldo bastante positivo. Avaliou-se que as atividades do projeto, de algum modo, levaram um movimento diferente à escola, implementando sopro de “inovação” à dinâmica convencional e cristalizada que perdura no espaço escolar. Outra contribuição que ficou evidente foi no que concerne à formação da professora regente da escola. Elemento esse destacado pela própria professora, quando afirma que sua participação viabilizou a construção de conhecimento no âmbito da Geografia escolar, tanto nos momentos de formação ofertada pela coordenação do projeto quanto pelo desenvolvimento em si do projeto.

Também é importante sublinhar a contribuição do *Nós Propomos! Goiás* em relação ao aprendizado geográfico, envolvimento e motivação que trouxe ao grupo de alunas participantes., elementos que são facilmente verificados nas falas dos estudantes ao destacarem sua participação nas atividades do projeto. A contribuição central do projeto foi, sem dúvida, estimular os estudantes da educação básica a pensarem e repensarem sobre o lugar onde vivem. Ou seja, os percursos trilhados na execução das atividades do projeto foram um terreno fértil para possibilitar a reflexão acerca da realidade socioambiental dos espaços de vivência dos escolares.

Por fim, sublinha-se que o exercício de pensar seu cotidiano enquanto cidadão lança os sujeitos a perceberem elementos que passam despercebidos no dia a dia. O movimento de identificar

problemas locais, nesse caso de cunho socioambiental, e apontar as soluções faz com que os escolares se vejam numa condição ativa nos processos de produção e reprodução dos espaços em que vivem.

REFERÊNCIAS

- CALLAI, Helena Copetti. O ensino de geografia: recortes espaciais para análise. *In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos et al. (Orgs.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões.* 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/AGB, 1999, p. 55-60.
- CALLAI, Helena Copetti. O ensino de Geografia: recortes espaciais para análise. *In: CALLAI, Helena Copetti et al. (Orgs.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões.* Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1998, p. 55-60.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. *A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana.* 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.
- CLAUDINO, Sérgio; COSCURÃO, Ricardo. Educação Geográfica e Cidadania: o Projeto Nós Propomos! em Portugal 2019/20. *Giramundo*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 7-16, jan./jun. 2019.
- CLAUDINO, Sérgio. Educação geográfica, trabalho de campo e cidadania: O projeto Nós Propomos. *In: Feliciano H. Veiga (Org.). O ensino na escola de hoje: teoria, investigação e aplicação.* Lisboa: Climepsi Editores, 2018, p. 265-303.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. *In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Geografia: conceitos e temas.* 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- DIRETOR. *A realidade do Colégio Estadual Mané Ventura.* Aparecida de Goiânia, 2019. Entrevista realizada em 04 set. 2019.
- FARIAS, Ricardo Chaves de; SILVA, Denise Mota Pereira da. Ensino remoto emergencial: virtualização da vida e o trabalho docente precarizado. *Geografafares*, v. 1, n. 32, p. 241-262, 2021.
- IBGE. *Cidades.* 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/aparecida-de-goiania/panorama>. Acesso em: 13 dez. 2021.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução Urbana.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade.* Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008.

PROJETO NÓS PROPOMOS! GOIÁS. *Construção do pensamento geográfico e atuação cidadã dos alunos dos anos finais do ensino fundamental*. Goiânia: Laboratório de Estudos e Pesquisa em Educação Geográfica, Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás, 2019.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 6. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SOUSA, Vanilton Camilo de. A cidade e o urbano na formação do professor de Geografia. *In: Anais do Seminário das Metrôpoles*. Goiania: IESA/UFG. v. 1. p. 1-10, 2009.



INVESTIGAÇÕES
SOBRE POPULAÇÃO,
PATRIMÔNIO
E CIDADANIA

BACIA HIDROGRÁFICA E MOBILIDADE URBANA NO CONTEXTO DO PROJETO NÓS PROPOMOS! GOIÁS

CLEITON APARECIDO DINIZ

LORENA FRANCISCO DE SOUZA

DOMITILA THEIL RADTKE

O Projeto *Nós Propomos! Goiás* foi desenvolvido, entre os anos de 2019 e 2021, por meio do trabalho colaborativo entre a Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG) e escolas da Educação Básica dos municípios envolvidos. Uma dessas instituições é a Escola Estadual José Peixoto, situada no centro comercial de Nova Veneza-Goiás – que no ano de 2020 se tornou Centro de Ensino em Período Integral (CEPI) José Peixoto. A Escola, que foi fundada em 1979, possui boa infraestrutura e atende alunos do ensino fundamental e médio de diferentes faixas socioeconômicas.

O Projeto *Nós Propomos! Goiás* possui âmbito internacional e tem o intuito de abordar temas relevantes no ensino de Geografia e, com isso, despertar nos alunos o protagonismo de criar soluções para os mais diversos problemas locais que fazem parte da sua realidade cotidiana. Isso através da formação de um pensamento crítico no que diz respeito à cidadania e à qualidade de vida da comunidade local a partir de conhecimentos trazidos pela ciência geográfica.

Durante os dois anos em que o Projeto foi desenvolvido no CEPI José Peixoto, foram abordados temas como: bacia hidrográfica, preservação ambiental, uso consciente dos recursos hídricos, migração, população e mobilidade urbana. Apesar da dificuldade, devido à pandemia da Covid-19, que impediu o trabalho de forma presencial com os alunos, foram desenvolvidas várias atividades remotas ao longo desses dois anos a fim de despertar nos discentes a capacidade de entender o quanto é importante a Geografia presente no seu dia a dia e nas suas práticas cotidianas.

Dessa forma, o texto apresenta de forma sucinta as atividades desenvolvidas ao longo desses anos. Como temática central das atividades desenvolvidas em 2020, destaca-se “a bacia hidrográfica do Ribeirão Gonçalves e a preservação dos recursos hídricos”, com a participação de vinte e cinco alunos do 9º ano. No ano de 2021, o tema “Diálogos sobre população, mobilidade e migração em Nova Veneza-Goiás”, com a participação de dez alunos do 9º ano.

Bacia Hidrográfica do Ribeirão Cachoeira e a preservação dos seus recursos hídricos para o município de Nova Veneza-GO

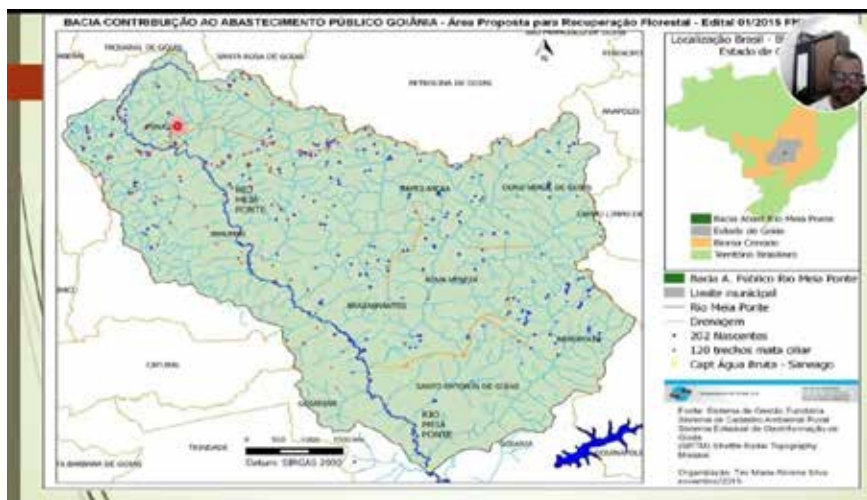
Antes de iniciar as atividades práticas com os alunos do 9º ano, foi necessária, no primeiro semestre do ano de 2020, a realização da apresentação geral do Projeto para os alunos e para a gestão escolar, momento de consolidação da parceria entre universidade e escola básica e planejamento colaborativo das atividades. Seguiu-se com a organização semanal das aulas de Geografia voltadas para o projeto (segundas-feiras); a apresentação da metodologia de realização do projeto aos/às alunos/as; e a realização de reuniões com a coordenação do projeto para auxílio das atividades para a construção coletiva (não presencial) das atividades a serem desenvolvidas na escola.

Com o tema central escolhido, propôs-se, como objetivo geral, o de promover o exercício da cidadania dos alunos no lugar em que vivem, a partir do conteúdo de bacia hidrográfica e do uso da água. Para isso, deu-se início ao planejamento de aulas que tiveram como

material de apoio o fascículo pela REPEC referente ao tema “Bacias hidrográficas da Região Metropolitana de Goiânia” (MORAIS; ROMÃO, 2009). Junto à exposição do conteúdo, foram apresentadas videoaulas sobre as bacias hidrográficas brasileiras, as principais bacias hidrográficas de Goiás e, com enfoque para a realidade local, a bacia do rio Meia Ponte no município de Nova Veneza-GO.

Foi feita pelo professor regente a introdução do conteúdo sobre Bacias Hidrográficas do Brasil, em que apresentou um estudo sobre os principais componentes de uma bacia hidrográfica, para, posteriormente, mencionar aspectos sobre as bacias hidrográficas do Estado de Goiás e, mais especificamente, sobre a bacia do rio Meia Ponte. A apresentação de mapeamentos da bacia do Rio Meia Ponte foi um fator de bastante relevância para o andamento da discussão, uma vez que os alunos puderam verificar na representação cartográfica o município de Nova Veneza e todo o percurso do rio principal que abastece os ribeirões que passam pela região, além do principal ribeirão que abastece a cidade.

Após um estudo geral sobre Bacias Hidrográficas começou-se a trabalhar de forma mais específica com a bacia hidrográfica do Ribeirão Cachoeira no município de Nova Veneza, onde, através de trabalho *in loco* do professor, foram registradas algumas fotografias, posteriormente disponibilizadas para os alunos, além do auxílio de outros materiais disponibilizados pela professora supervisora do Projeto, bem como o uso do Fascículo Didático de Bacias Hidrográficas (MORAIS; ROMÃO, 2009) e da disponibilização de material cartográfico sobre a região em que se insere o município de Nova Veneza, conforme pode ser observado nas figuras 1, 2 e 3.

Figura 1 – Mapa da Bacia do Rio Meia Ponte

Fonte: Sistema de Gestão Fundiária da SANEAGO, 2015.

Figura 2 – Aula a partir das fotografias tiradas em campo do Ribeirão Cachoeira, 2020

Fonte: Organizada por Clara Lucia F. de Souza, 2020. Autor: Professor Cleiton Diniz.

Figura 3 – Aula sobre o Rio Meia Ponte e sua bacia hidrográfica, 2020



Autor: Professor Cleiton Diniz.

Após o trabalho com a bacia hidrográfica do município, com ênfase em sua importância e nos seus problemas ambientais, começou-se a elaboração de estudos sobre o relevo e a vegetação local. Entende-se que a análise do tipo de relevo e do tipo de vegetação é fundamental para compreender as dinâmicas da bacia hidrográfica e, conseqüentemente, as dinâmicas populacionais que ocorrem nesse espaço. Mais do que isso, para analisar uma bacia hidrográfica é necessário compreender que nela existe uma interação de vários outros elementos. É necessário analisar os tipos de ocupação, de hidrografia, de cobertura vegetal, de solos, de relevo, de substrato rochoso etc.

A análise da ocupação de uma planície de inundação, por exemplo, pode trazer importantes reflexões geográficas. É importante perceber que as inundações que ali ocorrem fazem parte da dinâmica dessa área e do seu curso d'água, mas que esse processo pode ser intensificado pelo uso e pela ocupação irregulares (ou não) do solo, colocando diferentes classes sociais em situação de vulnerabilidade.

Devido à impossibilidade de se realizarem trabalhos de campo durante a pandemia, foi necessário um estudo do local através de cartas topográficas. Entretanto, percebendo a dificuldade apresentada pelos alunos, sucederam-se atividades teóricas e práticas sobre escalas cartográficas, com o desenvolvimento de atividades *on-line* através dos conceitos de distância real e distância do mapa, para que assim os discentes pudessem entender o conceito de escalas. Como atividade final, os alunos construíram portfólios, de modo não presencial, apresentando um esboço com fotos da escola, bem como do município e do principal curso d'água da cidade, o ribeirão Cachoeira, para que, através da pesquisa e da apresentação, pudessem conhecer um pouco mais sobre a escola e o município de Nova Veneza/Goiás.

Já no segundo semestre de 2020, realizaram-se aulas de revisão do conteúdo e do projeto trabalhados até junho, a finalização dos estudos sobre escalas cartográficas e o início das atividades voltadas ao estudo sobre o município de Nova Veneza e a dinâmica urbana, no que se refere ao uso da água.

De forma não presencial foram feitas atividades voltadas ao estudo dos problemas ambientais do ribeirão Cachoeira. Foi enviado para os alunos de forma *on-line* um vídeo sobre formas de preservação das matas ciliares bem como de preservação dos rios, no que diz respeito ao uso da água na agricultura e na pecuária. O vídeo apresentava alguns aspectos relacionados às condições das matas ciliares do ribeirão Cachoeira e das condições da água do curso d'água. Posteriormente, através de dados colhidos *in loco* pelo professor, realizou-se uma atividade com perguntas e respostas sobre a preservação do ribeirão Cachoeira. As perguntas direcionadas foram: “O rio está sendo preservado?” “O uso da água está sendo realizado de forma correta?” “Suas matas ciliares estão sendo respeitadas/preservadas?” “O município de Nova Veneza polui as águas do ribeirão Cachoeira?”

A partir dessas atividades foi possível analisar o quanto importante é a bacia hidrográfica da região para o desenvolvimento econômico do município, com ênfase no uso do seu componente

físico-natural água, seja para o uso na agricultura ou na pecuária, seja para o uso doméstico da população. A água do ribeirão Cachoeira abastece a cidade para fins agrícolas, com ênfase na agricultura de subsistência (pequenas propriedades que plantam hortaliças e hortifrúti) e para a pecuária, com ênfase na criação do gado leiteiro.

Com isso, também se discutiu sobre o uso racional da água, seja comercialmente na agricultura (irrigação, agrotóxicos) e na pecuária (pastagens) ou nas residências para uso doméstico. O impacto do uso irracional da água no município pode causar a chamada crise hídrica e, conseqüentemente, o racionamento da água em épocas de estiagem. Como atividade final, foram solicitadas aos alunos ideias de um uso mais adequado da água nas suas residências, demonstrando o quanto podemos preservar e não desperdiçar a água. Ao término, enviaram-se essas propostas para as autoridades municipais para que possam auxiliar num trabalho de qualidade junto ao município e na tomada de decisões no processo de planejamento urbano ambiental.

Acredita-se que partir do lugar dos alunos como referência de estudo possibilita que eles desenvolvam uma concepção cidadã e crítica não só referente ao uso da água, mas também dos problemas sociais e físico-naturais relacionados ao curso d'água, como é o caso do uso e ocupação das margens do ribeirão Cachoeira. Esse é o principal rio do município e fonte do abastecimento de água da cidade de Nova Veneza-Goiás. Portanto, considera-se que houve a aprendizagem significativa sobre a importância da preservação das bacias hidrográficas e da compreensão das dinâmicas dos seus elementos.

População, Mobilidade e Migração em Nova Veneza

No ano de 2021, o projeto *Nós Propomos! Goiás* retornou à escola, com a apresentação de nova proposta junto aos alunos do 9º ano e da nova direção da instituição. Devido à pandemia, não foi possível realizar visita *in loco* na escola para realização do projeto *Nós Propomos* no contexto do currículo e do Projeto Político

Pedagógico (PPP). Todavia, de forma *on-line*, através do *Google Meet*, foram definidas diretrizes relacionadas ao projeto na inserção do currículo da escola (figura 4).

Figura 4 – Aula remota desenvolvida a partir da plataforma *Google Meet*, em 2021



Autor: Professor Cleiton Diniz.

Após a escolha do tema “Diálogos sobre população, mobilidade e migração em Nova Veneza/Goiás”, por parte do professor e da coordenação do projeto, definiu-se um grupo de dez alunos com participação efetiva nas atividades.

A primeira atividade realizada com os alunos participantes foi uma pesquisa *on-line* em *sites* oficiais em relação aos temas sobre população, pandemia e migração. Os alunos foram orientados a fazer buscas em *sites* como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), da prefeitura (NOVA VENEZA, 2021) e outros *sites* oficiais para coletarem dados, apresentarem e debaterem, com os colegas, as informações encontradas. Após os discentes apresentarem as atividades propostas, realizou-se uma discussão sobre o tema

“Dinâmicas Populacionais”, através de reuniões híbridas onde os alunos expuseram o que entenderam do tema.

Com isso, realizou-se uma atividade sobre o tema “Dinâmicas Populacionais” com o auxílio do Fascículo “Dinâmicas Populacionais da Região Metropolitana de Goiânia” (SOUZA; PAULA, 2014) do REPEC, na qual foi debatido com os alunos o tema *migração pendular*. A discussão, que ocorreu de forma híbrida – ou seja, com alguns discentes presenciais e alguns *on-line* – teve a participação de um graduando da UFG, colaborador do projeto e estagiário do curso de Licenciatura em Geografia. Tiveram centralidade, nesse debate, a concepção de migração pendular e a forma ocorre no município de Nova Veneza o movimento diário de pessoas em busca de trabalho e estudos em outra cidade. Após a realização de pesquisas sobre o assunto, os alunos também debateram sobre o que pesquisaram e entenderam sobre o tema (figura 5).

Entendendo o conceito de migração pendular, discutiu-se sobre a questão da pandemia da Covid-19 e de como ela atingiu a rotina dos estudantes e de seus familiares, com ênfase nos aspectos da mobilidade das pessoas nesse período; de como afetou os empregos dos familiares de alunos e a economia do município de Nova Veneza em geral, bem como sobre o modo com que cada um superou ou sobreviveu em meio a essa crise sanitária.

Para a finalização do semestre, realizou-se uma atividade acerca do tema “A mudança de perfil da população mediante as tendências globais”, na qual os alunos realizaram uma busca pelo *site* do IBGE. Nessa atividade, entre outras, os alunos foram inquiridos com as

Figura 5 – Aula híbrida do projeto Nós Propomos! Goiás, 2021



Autor: Professor Cleiton Diniz.

questões: “Vocês vêem mais jovens ou idosos na cidade?” “Quais são as expectativas e a condição de vida para os jovens em Nova Veneza?” “E para os idosos?” Após a pesquisa, debateu-se em aula sobre os dados coletados.

A atividade seguinte teve como foco os estudos cartográficos através de buscas pelo *site* do IBGE e do Instituto Mauro Borges, sobre quais municípios da região central do Estado de Goiás e região metropolitana de Goiânia vêm apresentando um maior crescimento populacional, seja ele vegetativo ou por migração, e sobre a expectativa de vida desses lugares. No debate, os alunos também deram ênfase à melhoria na área da saúde e da educação, impactando a qualidade de vida das pessoas e, conseqüentemente, a expectativa de vida das pessoas.

A concepção de migração também foi abordada tendo como referência o uso pedagógico com músicas. Nessa atividade, os alunos pesquisaram nos *sites* de busca uma música cuja letra deveria tratar sobre o tema em apreço. Como resultado, os estudantes indicaram músicas de autoria de Luiz Gonzaga e Zé Ramalho, entre outros, além de algumas músicas de origem italiana, uma vez que a imigração italiana tem muita influência no município.

No trabalho de campo, feito de forma individual, os alunos foram orientados a andar pela cidade para coletar informações sobre elementos culturais em Nova Veneza, por meio de fotos, busca por placas, nomes de ruas, avenidas e praças que revelassem a influência de migrantes na cidade. Posteriormente, eles apresentaram em sala de aula o resultado das buscas (figura 6).

Figura 6 – Apresentação de atividade em sala, 2021

Autor: Professor Cleiton Diniz.

Nessa atividade, foi evidenciada a presença da imigração italiana, pois encontraram-se nomes italianos de pessoas que ajudaram na criação do município. E, através de uma pesquisa feita em alguns *sites*, os alunos perceberam o quanto alguns países como Itália, Estados Unidos e Portugal possuem impacto na imigração brasileira e, conseqüentemente, na nossa cultura e tradições, como, por exemplo, na religião, na comida, dentre outros costumes existentes no nosso país. Além disso, puderam verificar também as contribuições de trabalhos de grupos indígenas e negros na construção da cidade.

Por fim, desenvolveu-se de forma mais aprofundada uma discussão sobre mobilidade urbana onde o foco foi a migração pendular. Nova Veneza, assim como foi possível observar nos mapas do fascículo, faz parte da região metropolitana de Goiânia e, por isso, a questão da migração pendular é constante no município. Através de conversas informais feitas com trabalhadores e estudantes de Nova Veneza foi possível compreender como se dá a migração pendular no município e como essas pessoas encontram dificuldades de se

deslocar todos os dias da sua residência para outro município para trabalhar ou estudar. Um ponto importante para esta discussão foi a participação do colaborador e estagiário de licenciatura em Geografia por ser morador de Nova Veneza e realizar diariamente o deslocamento para Goiânia, relatando sua experiência e destacando pontos importantes para o debate, como a dificuldade em se deslocar para Goiânia em alguns horários por falta de transporte público.

Ao término das entrevistas os alunos puderam constatar que a questão do transporte é o maior problema desses trabalhadores e estudantes, pois as condições da mobilidade urbana se apresentam muito precárias no município. Com isso, apresentou-se uma proposta de melhoria do transporte através de uma carta enviada às autoridades locais, na qual sugeriu-se a criação de uma Associação de Trabalhadores, para que juntos e organizados pudessem reivindicar a aquisição de um ônibus, a fim de que esse veículo contribuísse e melhorasse a qualidade de vida dessas pessoas que sofrem diariamente com a qualidade do transporte público no município.

A realização dessas atividades na escola contou com o uso de equipamentos de informática (figura 7), de textos didáticos e também do trabalho colaborativo de professores e graduandos do curso de Geografia, disponibilizados pela parceria estabelecida com a universidade.

Ao término do projeto, os alunos apresentaram os resultados no Seminário de Encerramento do Projeto *Nós Propomos! Goiás*. Assim como em 2020, relataram os resultados obtidos ao longo do ano e também a proposta de criação da Associação de Trabalhadores no município de Nova Veneza.

Figura 7 – Entrega de equipamentos à escola, 2021

Autor: Professor Cleiton Diniz.

Considerações Finais

O desenvolvimento do projeto *Nós Propomos! Goiás* para o CEPI José Peixoto representou um maior contato com a universidade, no sentido de possibilitar um trabalho colaborativo, planejamento participativo e aprofundamento em questões locais. Um município do interior de Goiás carece de trabalhos referenciados a partir da realidade vivenciada em que os jovens escolares são convidados a pensar sobre essa realidade, identificando características, problemas e, por fim, formulando possibilidades de superação destes.

O desenvolvimento das atividades no formato remoto teve limitações e fragilidades, uma vez que o período pandêmico revelou ainda mais as disparidades socioeconômicas das famílias brasileiras, apresentando a falta de acesso à internet, o desemprego, pouco acesso a serviços de saúde e as perdas de familiares e amigos. Tais situações afetaram diretamente a comunidade escolar do CEPI José Peixoto, sobretudo pelo difícil acesso à internet em áreas rurais e até mesmo

na cidade, por ser pequena e ter poucos recursos para esse tipo de instalação com qualidade.

Apesar dos percalços, o trabalho em equipe, as reuniões para organização, planejamento e condução das atividades em reuniões semanais com todos os envolvidos foi muito importante para o desfecho positivo. Apresentar elementos de compreensão da realidade por meio do pensamento geográfico é fundamental para a atuação cidadã de forma coletiva e participativa e, mesmo com as limitações metodológicas, conseguimos alcançar os princípios da cidadania defendidos pelo *Projeto Nós Propomos! Goiás*.

REFERÊNCIAS

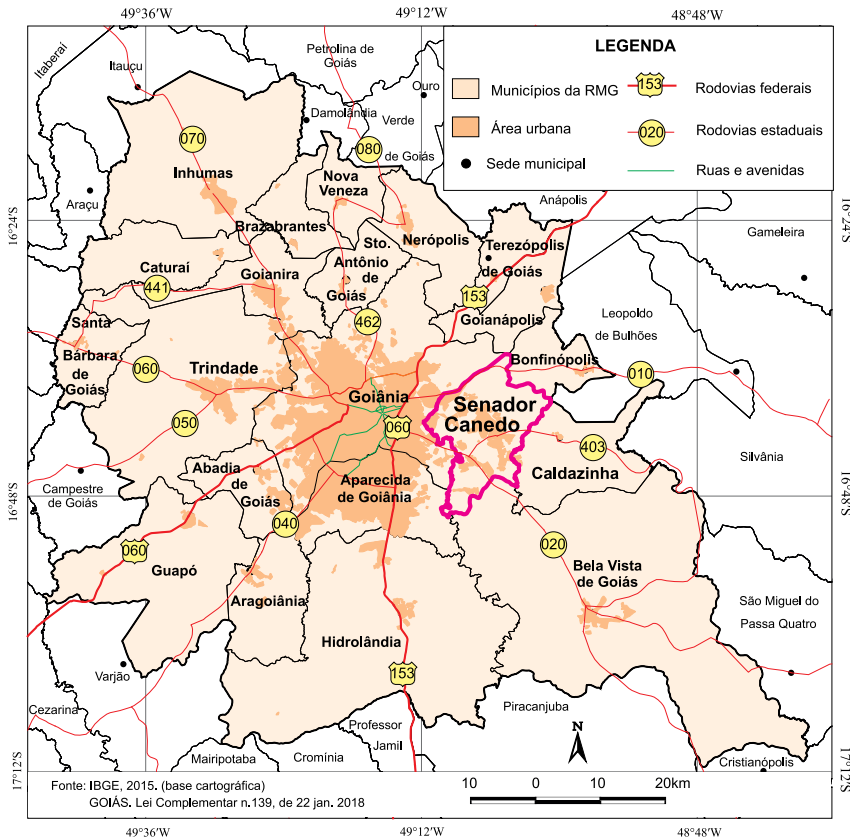
- CLAUDINO, Sérgio; COSCURÃO, Ricardo. Educação geográfica e cidadania. O projeto Nós Propomos! em Portugal 2019/20. *Giramundo*, Rio de Janeiro, v.6, n. 11, p. 7-16, jun. 2019.
- CLAUDINO, Sérgio. Construir uma escola cidadã por meio do Projeto Nós Propomos!: um desafio no espaço Iberoamericano. *Revista Sobre Tudo*, v. 10, n. 2, p. 33-52, 2019.
- MORAIS, Eliana Marta Barbosa de; ROMÃO, Patrícia Araújo. *Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Goiânia*. 1. ed. Goiânia: Vieira, 2009. 64p. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Site disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/organizacao-mundial-da-sa%C3%BAde>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- SANTOS, Leovan Alves dos. *O professor de Geografia do ensino médio, orientações curriculares recentes e os conteúdos relacionados à geopolítica*. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.
- SOUZA, Vanilton Camilo de; PAULA, Flavia Maria de Assis. (Orgs.) *Dinâmicas Populacionais da Região Metropolitana de Goiânia*. Goiânia: Vieira, 2014. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.
- IBGE. *Nova Veneza*. Dados populacionais do município de Nova Veneza. Censo demográfico, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/nova-veneza/panorama>. Acesso em: 10 out. 2020.
- NOVA VENEZA. *História*. Disponível em: <https://novaveneza.go.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

A GEOGRAFIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SENADOR CANEDO-GO

ÍCARO FELIPE SOARES RODRIGUES
ISABELLA LUIZA FERNANDES

O município de Senador Canedo tem uma população estimada de 121.447 (IBGE, 2021) e está localizado na Região Metropolitana de Goiânia, como pode ser observado na figura 1, teve seu surgimento associado à construção dos trilhos de ferro da Rede Ferroviária Federal que ligava Goiânia a Araguari (MG) nos anos de 1930. A construção dos trilhos atraiu muitos migrantes oriundos da região Sudeste, sobretudo dos estados de Minas Gerais e Bahia em busca de trabalho. Foram nas terras das fazendas “Vargem Bonita”, do Senador Antônio Amaro Canedo, e da fazenda “Retiro” que iniciaram as construções de casas e pontos comerciais, dando origem ao povoamento. O município recebeu o nome de Senador Canedo em homenagem ao senador Antônio Amaro da Silva Canedo, cuja família foi uma das pioneiras da cidade juntamente com Padre Peclat. Assim, em 1953, o povoado foi elevado à condição de distrito de Goiânia, e em 1988 a Assembleia Legislativa de Goiás aprovou a emancipação do município, através da Lei nº 10.435, sancionada em 9 de janeiro de 1988 pelo então governador Henrique Santillo (IMB, 2016).

Figura 1 – Localização do município de Senador Canedo na Região Metropolitana de Goiânia – 2018



Fonte: adaptada do Fascículo Espaço Urbano: Região Metropolitana de Goiânia, 2020.

Os principais marcos históricos de fundação de Senador Canedo vêm ao longo dos anos sofrendo um apagão histórico e cultural, despercebido e promovido por seus próprios moradores e pelo poder local. Essa situação é perceptível no entorno imediato da Escola Municipal Luzia Maria de Siqueira, onde foi realizada a investigação que deu origem a este artigo.

A escola, que iniciou suas atividades em fevereiro de 2010, está situada no bairro Conjunto Uirapuru, região central da cidade, onde

há uma ampla área de comércio, como supermercados, igrejas, agências bancárias, shopping, farmácias, creches, postos de saúde, praças de recreação para comunidade, quadra de esporte, além da Praça Criativa e do terminal de ônibus, que são duas das maiores obras da cidade. A escola está próxima a Igreja Todos os Santos, monumento tombado como patrimônio do município de Senador Canedo e também da estação ferroviária.

A antiga estação ferroviária de Senador Canedo, inaugurada em 1950, por exemplo, apresenta, nos dias de hoje, um edifício grafitado e utilizado como biblioteca e salão de dança. Logo, um ciclo de descaracterização e abandono se naturaliza ao longo dos anos. Nesse sentido, Hall (2000), aponta que as características culturais de um povo colocadas em prática, agem ao mesmo tempo na sua própria construção identitária, no decorrer da história, incorporando valores que ao longo do tempo se modificam.

Sabemos que a identidade de um povo é formada e transformada continuamente e muito atrelada ao que vivemos. Um elemento para a construção identitária é o significado que os aspectos culturais adquirem e como são transmitidos através das gerações. O olhar para a antiga estação ferroviária, para as ruas que marcam o surgimento da cidade, para os patrimônios que foram tombados pela legislação ou até mesmo para aqueles que foram inviabilizados pela história contada é uma oportunidade ímpar de refletirmos sobre as mudanças ocorridas na cidade e sobre que lugar gostaríamos de construir para viver.

Foi pensando nesse propósito que o *Projeto Nós Propomos! Goiás*, realizado na Escola Municipal Luzia Maria de Siqueira, com alunas dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, buscou compreender a importância da preservação do patrimônio histórico e cultural para o exercício pleno da cidadania. Para tanto, definimos como objetivos a serem desenvolvidos identificar o patrimônio histórico e aspectos da cultura do município; localizar e explicar a localização do patrimônio histórico do município; descrever as características

das construções e elementos da literatura, da música, das festas, da culinária, entre outros patrimônios culturais locais; e elaborar material textual e gráfico a ser disponibilizado para a comunidade, de modo que as atuais e futuras gerações conheçam, valorizem e preservem o patrimônio cultural do município. O desenvolvimento desses objetivos no contexto do projeto *Nós Propomos! Goiás* é tratado no tópico seguinte.

Patrimônio Cultural no Projeto *Nós Propomos! Goiás*

O percurso teórico-metodológico do projeto realizado na escola se baseou na proposta metodológica do *Projeto Nós Propomos! Goiás* “Construção do pensamento geográfico e atuação cidadã dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental”, em que os alunos foram orientados a desenvolver projetos de intervenção baseados na análise e resolução de problemas locais, seguindo a estrutura: problematização, sistematização e síntese das informações (CAVALCANTI, 2014).

Essa proposta se configura por meio de pesquisa como instrumento de investigação do cotidiano. Por isso, foi realizada em parceria entre a universidade e a escola, entre professores, estudantes de graduação e alunos da Educação Básica, cuja intenção é desenvolver aprendizagens comprometidas com os direitos humanos e a participação cidadã, por meio do estudo dos problemas locais.

Por se tratar de um projeto centrado nas demandas dos estudantes na perspectiva socioconstrutivista para o ensino de Geografia, os alunos são concebidos como protagonistas das suas aprendizagens, isto é, como sujeitos que passam a conduzir o processo de aprendizagem de forma colaborativa e participativa, mobilizando conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver problemas da vida cotidiana.

A aplicação desse projeto aconteceu com alunos do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental – anos finais, do turno matutino. Inicialmente, contava com seis alunas apenas dos 9ºs anos, interessadas em

participar, mas à medida que o projeto foi se desenvolvendo houve a desistência de dois membros da equipe e a necessidade de adequação e abertura para alunos dos 8^{os} anos que quisessem participar. Novas adesões e desistências ocorreram e, ao final, o projeto foi desenvolvido por duas alunas de 9^o ano e uma de 8^o ano.

A execução do projeto envolveu as seguintes etapas detalhadas no quadro 1:

Quadro 1 – Etapas de desenvolvimento do projeto.

| Etapas | Descrição das ações |
|------------|---|
| 1º momento | Apresentação da proposta do projeto aos estudantes |
| 2º momento | Levantamento dos problemas locais |
| 3º momento | Definição do tema a ser investigado |
| 4º momento | Levantamento bibliográfico e investigação do tema e problema definido |
| 5º momento | Sistematização do conhecimento geográfico |
| 6º momento | Apresentação dos resultados obtidos |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Vale ressaltar que as atividades foram desenvolvidas durante o ano letivo em 2020 e 2021, e as ações foram construídas com os estudantes e professores que participaram. As reuniões semanais aconteciam pela plataforma do *Google Meet* ao final do horário de aula.

Com base nos referenciais metodológicos envolvidos, foram desenvolvidas as ações destacadas no quadro 2.

Quadro 2 – Ações realizadas no decorrer do desenvolvimento do projeto

| | | | |
|------------------------|---|---|---|
| <p>Problematização</p> | <p>Identificar o patrimônio histórico e aspectos da cultura do município; Localizar e explicar a localização do patrimônio histórico do município</p> | <p>O que é considerado patrimônio Histórico em Senador Canedo/Tipos de patrimônio? Onde se localiza(m) o(s) patrimônio(s) de Senador Canedo? Por que nesse(s) lugar(es)? Qual é a origem desses patrimônios? Estão ligados a outros municípios? Estados? Países? Por que o patrimônio Histórico de Senador Canedo está sendo destruído?</p> | <p>Realização de palestra com um dos autores do Atlas Escolar Geográfico, Histórico e Cultural de Senador Canedo, professor Bonivaldo Pedro Silva; Realização de palestra sobre Patrimônios Culturais com a professora da Secretaria Municipal de Senador Canedo, professora Herta Camila Cordeiro Morato. Leitura de documentos sobre o tema do projeto, bem como visita em sítios que tratam da temática;</p> |
| <p>Sistematização</p> | <p>Descrever as características das construções e elementos da literatura, da música, das festas, da culinária entre outros patrimônios culturais locais;</p> | <p>O que a legislação e o livro “Pioneiros de Senador Canedo” dizem acerca dos patrimônios brasileiros e de Senador Canedo?</p> | <p>Leitura do Plano Diretor do Município de Senador Canedo; Leitura da Lei Orgânica do Município de Senador Canedo. Leitura da Constituição Federal de 1988. Realização de trabalho de campo objetivando conhecer as construções antigas, os locais onde estão (ou estavam inseridas) e coletar as coordenadas geográficas dos locais visitados. Roda de Conversa com o autor do livro Pioneiros de Senador Canedo, do autor Jânio Donizete Ferreira Gomes.</p> |

| | | | |
|----------------|--|--|--|
| <p>Síntese</p> | <p>Elaborar material textual e gráfico a ser disponibilizado para comunidade de modo que as atuais e futuras gerações conheçam, valorizem e preservem o patrimônio do município.</p> | <p>O que é e qual a importância do patrimônio como instrumento de preservação da memória e identidade do povo canedense? O que é e porque devemos aprender a usar o <i>Google My Maps</i> e <i>CANVA</i> para desenvolver o projeto?</p> | <p>Elaboração da Maquete da Igreja Todos os Santos; Realização de um minicurso para ensinar a utilizar o <i>Google My Maps</i>. Elaboração de mapas coletivos utilizando a plataforma <i>Google My Maps</i> mapeando os patrimônios culturais e registros dos locais de origem dos principais pioneiros do município; Realização de um minicurso para ensinar a usar o <i>CANVA</i>. Elaboração de cartazes informativos sobre o patrimônio cultural do município e sua relação com outras histórias e culturas, utilizando o <i>CANVA</i>; Criação e disponibilização dos cartazes utilizando o <i>Instagram</i>; Elaboração dos <i>slides</i> da pesquisa realizada e participação do Seminário de Encerramento.</p> |
|----------------|--|--|--|

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Motivação da pesquisa

Nas primeiras reuniões com os estudantes, identificamos que as alunas não conheciam a história do município e, portanto, precisaríamos de um momento para conversarmos sobre o surgimento da cidade. Portanto, foi organizada uma palestra pelo *Google Meet* com os alunos para discutir e refletir sobre o “onde”, o “quando” e o “porquê” do surgimento daquele município naquele lugar. Além disso, foi tratado também de alguns -problemas que a cidade enfrenta.

Na palestra proferida por um dos autores do Atlas Escolar Geográfico, Histórico e Cultural de Senador Canedo, o professor Bonivaldo Pedro Silva (BUENO; SILVA, 2019), descobrimos que o patrimônio da cidade está desaparecendo com a demolição de prédios públicos e particulares. Também concluímos que desconhecíamos outros aspectos da cultura do município. A destruição das construções antigas afeta a preservação da memória e do patrimônio histórico da cidade e leva à perda da identidade histórica do local. Foi nessa ação que surgiu nas estudantes o interesse de investigar sobre os patrimônios culturais de Senador Canedo.

A descaracterização e a destruição do patrimônio histórico do município, ocorridas especialmente nas últimas décadas, faz com que a população desconheça sua própria história e cultura e não se conscientize da importância delas como instrumento de preservação da memória e da identidade dos canedenses.

Consideramos que identificar, localizar (e explicar essa localização), descrever, sistematizar e compartilhar as informações obtidas com a realização de pesquisas poderia ser uma importante contribuição do projeto para a formação da consciência da população para a preservação do patrimônio cultural e para o exercício da cidadania no município.

Investigação

Considerando a escolha do tema de investigação definido pelas alunas, iniciamos um trabalho de resgate histórico da construção e transformação do município, através de leituras textuais, fotografias e vídeos que contam a história do município e região. Foi doado para as alunas pela Secretaria Municipal um livro chamado “Os pioneiros de Senador Canedo”, de autoria do Jânio Ferreira Goulart para que fizessem a leitura e contextualizassem o “antes” e o “agora” e alguns dos sujeitos que contribuíram com a formação do município, seus locais de origem, os motivos de terem se mudado para a região etc.

Além do mais, respeitando os objetivos específicos do projeto foi emprestado às alunas dois fascículos da Região Metropolitana de Goiânia, um de cartografia (OLIVEIRA; MORAES, 2020) e outro do espaço urbano (ROSA; KAUER, 2020); e ainda outros documentos cujo objetivo era estudar e contribuir com o ensino de Geografia por meio do estudo do cotidiano. Também foram realizadas leituras que abordavam os conceitos de patrimônios culturais e o que as legislações em nível nacional, estadual e municipal tratavam sobre o tema.

Na investigação, descobrimos que no município há dois documentos que trazem artigos específicos sobre o tema patrimônio; o primeiro deles é a Lei Orgânica (SENADOR CANEDO, 1990), uma espécie de documento com normas que regulam a vida pública da cidade; e o segundo é Plano Diretor (SENADOR CANEDO, 2020), que é uma lei municipal elaborada pelo poder executivo e aprovada pelo poder legislativo, revisada a cada 10 anos, sendo o principal instrumento de política urbana brasileira obrigatória para municípios com mais de quarenta mil habitantes.

Amparados nessas legislações, houve o tombamento, em 1990, por meio da Lei municipal nº 064/90 de 05 de abril de 1990, da Igreja de Todos os Santos, construída entre os anos de 1948-1951. Houve também a elevação da Cavalgada e suas expressões artístico-culturais à condição de manifestação cultural e patrimônio imaterial do

município de Senador Canedo, conforme a Lei municipal nº 2.260 de 31 de outubro de 2019 (SENADOR CANEDO, 2019).

Os referenciais teóricos consultados levaram-nos a planejar o roteiro para o trabalho de campo, conforme detalhado a seguir.

Trabalho de campo

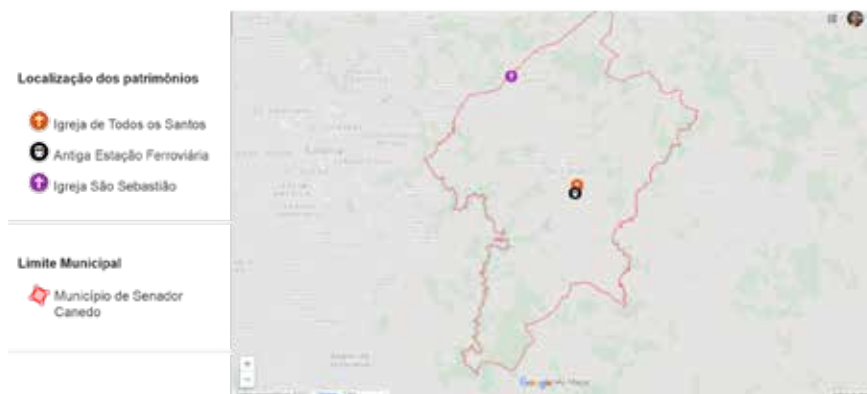
Com o objetivo de coletar informações como localização e fazer registros fotográficos dos patrimônios, bem como identificar outros bens culturais, realizamos um trabalho de campo na região central da cidade de Senador Canedo, local de origem do município. O roteiro do trabalho foi definido anteriormente com os membros a partir das investigações que haviam sido feitas. Antes de ir a campo foi solicitado que os alunos elaborassem um mapa coletivo pelo *Google My Maps* identificando os locais de moradia dos membros, bem como as ruas e patrimônios a serem visitados, como pode ser observado no mapa (figura 2). O mapa serviria como instrumento de orientação de localização dos pontos a serem visitados.

Figura 2 – Elaboração de um mapa coletivo identificando os locais de moradias dos membros, bem como as ruas e patrimônios a serem visitados

Mapa de localização (escola e autoras do projeto)



Localização do Patrimônio Cultural de Senador Canedo



Fonte: Google My Maps. Elaborado pelos membros do Projeto Nós Propomos!Goiás – Senador Canedo.

Foram visitadas a Igreja Todos os Santos, algumas ruas antigas (figura 3) e a Estação Ferroviária.

Figura 3 – Visita à Igreja Todos os Santos e às ruas mais antigas da cidade



Fonte: Membros do Projeto Nós Propomos! Goiás – Senador Canedo, 2021.

Na visita à igreja tivemos uma roda de conversa com o Padre Maximiliano Gonçalves da Costa, atual administrador paroquial da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora em Senador Canedo, que disponibilizou duas publicações com informações sobre a Igreja e o município (MORAES, 2000; PROJETO DE REVITALIZAÇÃO, 2019). No trabalho de campo também foram discutidas a cartografia da região central da cidade, por meio da leitura de mapas que identificam os locais visitados, bem como a altitude do relevo com o uso de um mapa hipsométrico, a fim de ampliar e aprofundar a fundamentação da relação entre a constituição do município e o relevo.

Após a visita à Igreja Jardim de Todos os Santos, percorremos as ruas mais antigas da cidade e finalizamos o trabalho de campo na antiga Estação Ferroviária, inaugurada em 1950. Atualmente a ferrovia encontra-se desativada e pouco preservada. Um ponto

importante a ser destacado é que na visita identificamos que o prédio original da estação ferroviária foi modificado. Outro ponto importante que o trabalho de campo mostrou foi que, ao percorrer as ruas antigas da cidade, identificamos uma casa que remonta ao início da formação da cidade, mas que se encontra em processo de demolição da parte interna da estrutura, como pode ser observado na figura 4.

Figura 4 – Casa visitada em processo de demolição e antiga Estação Ferroviária do município de Senador Canedo



Fonte: Membros do Projeto *Nós Propomos! Goiás* – Senador Canedo, 2021.

Vale destacar que buscamos desenvolver um trabalho de campo que pudesse trabalhar com os conteúdos da Geografia na escola pela observação dos problemas, bem como desenvolver uma prática de ensino que dê sentido à vida dos alunos.

Construção da maquete

Após a identificação dos bens culturais materiais e imateriais considerados oficiais como patrimônios em Senador Canedo, foi sugerido por uma aluna que o grupo construísse uma maquete da arquitetura original da Igreja Todos os Santos (figura 5), monumento tombado como bem cultural da cidade.

A produção da maquete foi realizada pelos membros de forma presencial na escola, no turno matutino e contou com os registros fotográficos coletados no trabalho de campo contendo toda a estrutura da Igreja. Com a orientação dos professores, as alunas construíram uma maquete feita de isopor, utilizando também tinta, pincel, cola branca, régua, palitos e cortador elétrico de isopor.

Figura 5 – Elaboração da maquete da Igreja Todos os Santos



Fonte: Membros do Projeto Nós Propomos! Goiás – Senador Canedo, 2021.

A maquete ainda se encontra em fase final de elaboração, mas, apesar da não conclusão, percebemos que as alunas tiveram a capacidade de observar, pensar, interpretar, encontrar soluções para resolver os problemas que surgiram na elaboração das formas arquitetônicas da Igreja, por meio de uma atividade lúdica.

Mapeamento coletivo dos locais de origem dos pioneiros de Senador Canedo

O *Google My Maps* é uma ferramenta de GPS gratuita, desenvolvida pela empresa *Google*, que permite criar e compartilhar mapas personalizados com os lugares que são relevantes para o usuário. Nela, é possível adicionar pontos ou desenhar formas em qualquer lugar, encontrar locais e salvá-los, criar mapas com bases em

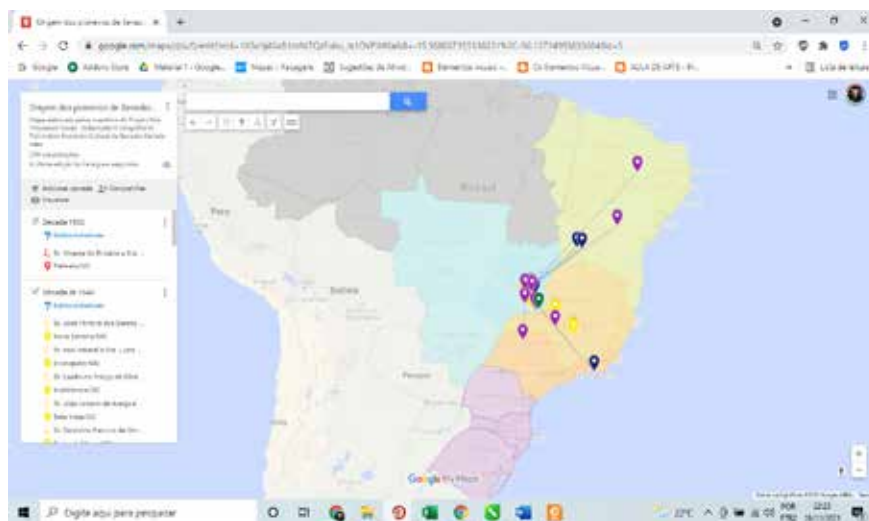
planilhas, adicionar arquivos em kml¹ etc. Tudo isso, de forma coletiva e colaborativa, podendo ser confeccionado um único mapa ao mesmo tempo. Para isso, basta que todos tenham livre acesso para editar o material digital, utilizando uma conta do *Gmail*.

O critério para a escolha da ferramenta se deu por ser gratuita, em português e porque permite que os alunos manuseiem usando o computador e/ou celular. Foi realizada pelo professor uma oficina pelo *Google Meet* para aprender a utilizar as ferramentas do *Google My Maps*. Inicialmente, estava prevista apenas a oficina, mas diante da necessidade de efetivação do estudo do município, foi sugerida a criação de um mapa coletivo registrando os locais de origem das famílias dos trabalhadores pioneiros que contribuíram para a construção da cidade, conforme as décadas de chegada, utilizando a própria simbologia disponível na plataforma. Os pioneiros são famílias de trabalhadores que se deslocaram para a região e contribuíram para o surgimento e crescimento do povoado que se transformou em município, na década de 1980.

O material utilizado para coleta das informações foi o livro *Pioneiros de Senador Canedo*, de autoria do professor Jânio Donizete Ferreira Gomes (GOMES, 2019). Para a inserção dos dados, foi organizado um arquivo que dividiu os pioneiros por décadas, de 1930 a 1970. Assim, os membros foram divididos em duplas para que cada uma se responsabilize em inserir as informações no mapa, segundo as camadas das décadas (figura 6).

1 *Keyhole Markup Language* é uma linguagem baseada em XML e serve para expressar anotações geográficas e visualização de conteúdos existentes nessa linguagem, como mapas em 2D e navegadores terrestres em 3D. KML foi desenvolvido para uso com o *Google Earth*.

Figura 6 – Elaboração coletiva do pelo *Google My Maps* identificando a origem dos pioneiros de Senador Canedo



Fonte: Elaborados pelos membros do Projeto Nós Propomos! Goiás – Senador Canedo, 2021.

Após a elaboração coletiva, o mapa foi exportado em PDF e JPEG e disponibilizado para todos os membros. A próxima ação foi a divulgação do material para que a comunidade pudesse conhecer os sujeitos que ajudaram a construir e desenvolver o município. Entendemos que a construção dos mapas foi de fundamental importância, uma vez que as alunas foram capazes de extrair dados, resolver problemas, formular hipóteses, estabelecer relações e fazer analogias.

Criação de um perfil no Instagram como ferramenta de divulgação científica para a comunidade canedense.

A divulgação científica entendida como “a utilização de recursos, técnicas e processos para a circulação de informações científicas e tecnológicas ao público em geral” (BUENO, 1985, p. 1.421) tem ocupado espaço nas redes sociais. As redes sociais revolucionaram a forma como a sociedade se comunica. As plataformas como o *Instagram* podem ser utilizadas como redes virtuais que promovem

o compartilhamento de conteúdo científico a um público que cada vez mais acessa esse tipo de ferramenta.

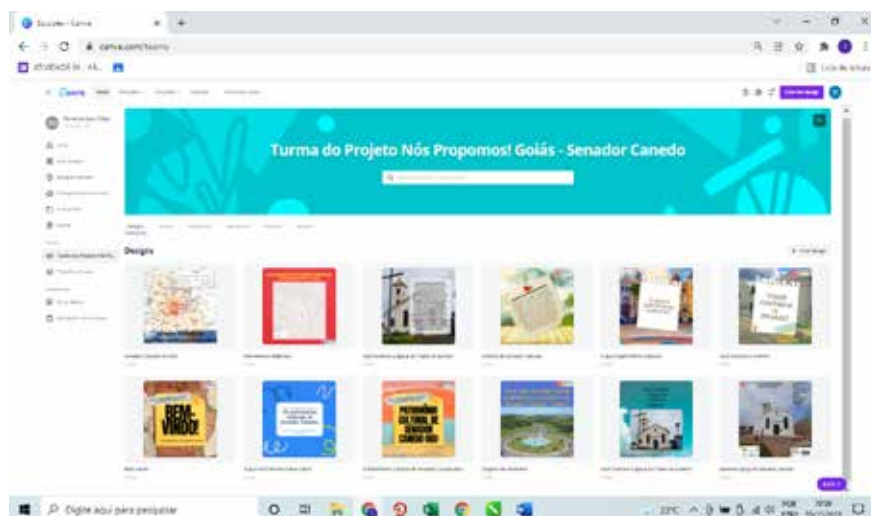
O *Instagram* é uma das redes sociais mais utilizadas e que permite o compartilhamento de fotos e vídeos com ou sem legendas, ter acesso ao perfil de outros usuários etc. O uso dessa ferramenta possibilita uma forte interatividade, uma vez que se apresenta como um ambiente para opinar sobre temas, discutir e esclarecer dúvidas etc.

Nessa perspectiva de possibilidades que a ferramenta proporciona, foi sugerida a criação de um perfil para divulgar para a comunidade as ações e resultados que o projeto desenvolveu, com o nome de @nospropomos.senadorcanedo, cujo objetivo foi sensibilizar para a importância da valorização dos patrimônios culturais como instrumento para manter viva a identidade do povo canedense e, portanto, um ato para a cidadania.

O perfil foi criado em novembro de 2021 e está cadastrado no *Instagram* como uma conta profissional de “Educação”. As publicações são de caráter informativo e foram construídas no percurso do projeto. Os conteúdos e a forma de apresentá-los foram criados, discutidos e pensados pelos membros, de modo que as informações fossem claras, objetivas e de fácil entendimento ao público em geral.

Para criar os conteúdos para o *Instagram* foi utilizado o programa CANVA (<https://www.canva.com>), plataforma de *design* gráfico *online* que permite criar materiais para mídia social, apresentações, infográficos, pôsteres e outros conteúdos visuais. Para tanto, foi criada, pelo professor, uma conta profissional voltada para professores e alunos “*Canva for education*”. A conta profissional permite que professores criem salas de aula e adicionem os alunos para elaborarem materiais colaborativos (figura 7).

Figura 7 – Sala criada no programa *Canva* para elaboração dos conteúdos

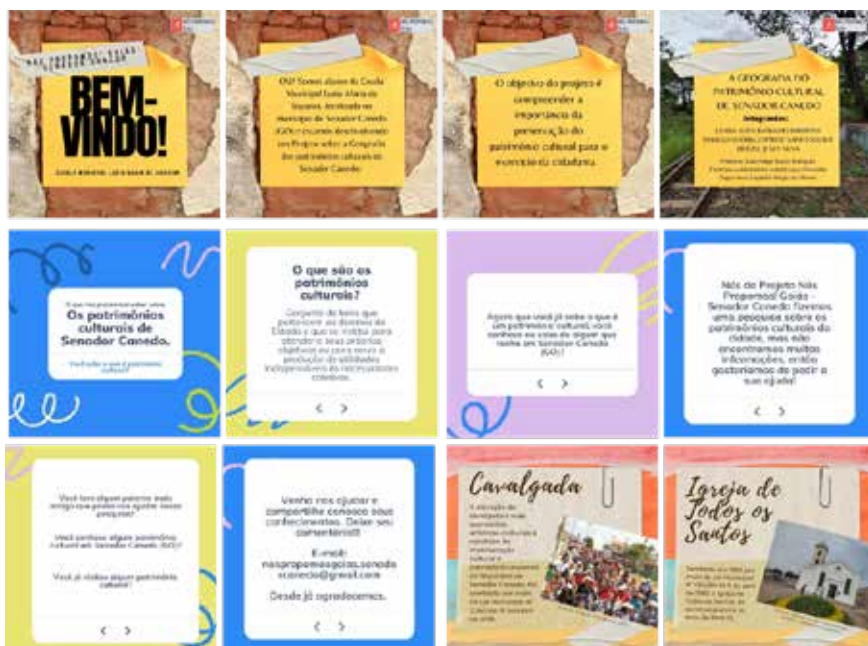


Fonte: Elaborado pelo Projeto *Nós Propomos! Goiás* – Senador Canedo, 2021.

Para auxiliar as alunas na elaboração dos conteúdos, foi desenvolvida uma oficina para ensinar a manusear as principais ferramentas e possibilidades do aplicativo. A oficina foi realizada de forma síncrona, utilizando-se a plataforma do *Google Meet*.

A criação dos conteúdos foi definida e dividida entre os membros do projeto. Os conteúdos postados seguem uma linha de raciocínio para que as pessoas compreendam a proposta do projeto. A primeira postagem apresenta o projeto e seus objetivos para a comunidade; e a segunda chama a atenção para as pessoas colaborarem com o projeto, compartilhando conosco informações e conhecimentos (figura 8). As demais seguem a proposta de apresentar conceitos importantes discutidos no projeto e os resultados objetivos.

Figura 8 – Conteúdos publicados no perfil do projeto no *Instagram*



Fonte: Elaborado pelo Projeto *Nós Propomos! Goiás* – Senador Canedo, 2021.

As postagens no perfil apresentam ilustrações como estratégias de educação para a cidadania. O perfil será alimentado pelos membros do projeto com informações sobre o município, as famílias dos pioneiros, cânticos, prosas, manifestações da cultura material e imaterial etc.

Considerações finais

A sala de aula pode ser um espaço para que os alunos experimentem diversas experiências formativas, pois é constituída não apenas pelos conteúdos escolares, mas também pelas escolhas do fazer pedagógico, pelas experiências e vivências dos envolvidos, pelas visões de mundo diversas e pelas relações estabelecidas entre os sujeitos no processo de aprendizagem.

Nesses dois últimos anos a sala de aula ganhou novos significados, pois a casa deixou de ser apenas o lugar de residência para ser também a sala de aula. Foi nela que desenvolvemos as atividades do Projeto *Nós Propomos! Goiás* e buscamos promover um ensino de Geografia que contribuísse para que os alunos pudessem ler e compreender o mundo pelos seus espaços de vivências para enfrentar os seus desafios.

Desde meados de março de 2020, o Brasil e o mundo vivem uma pandemia de proporções globais e foi preciso mudar drasticamente os hábitos, as formas de se relacionar e a maneira de ver o mundo. Para os alunos não foi diferente, muitos precisaram se adequar a uma cultura digital de um mundo cada vez mais virtualizado. Nós professores tivemos que aprender e reaprender novas práticas pedagógicas, utilizar ferramentas pouco conhecidas e/ou pouco utilizadas. Essas dificuldades não impediram a realização do Projeto *Nós Propomos! Goiás* na escola, afinal, a cada desafio encontrado, novas possibilidades/soluções surgiram para enfrentá-las.

É sabido que o professor tem a tarefa de oportunizar aos alunos a atitude de desenvolverem um pensamento geográfico por meio dos conteúdos escolares. Ou seja, promover um ensino que contribua para uma leitura e compreensão da espacialidade do mundo pelo pensamento geográfico. Nesse contexto, o professor deve propiciar a mediação pela inter-relação entre sujeitos (alunos) e objeto (conteúdos) de conhecimento (CAVALCANTI, 2017).

Neste trabalho, tomamos como orientação metodológica no planejamento das ações a sequência de atividades que buscavam problematizar, sistematizar e sintetizar. Todos esses encaminhamentos buscavam envolver os alunos na tomada de decisões, seguindo seus interesses e motivações. A escolha da temática, do problema a ser investigado partiu das escolhas das alunas.

A tomada de decisões e a construção coletiva no processo de elaboração dos mapas, da maquete e dos conteúdos para *Instagram*

permitiram que alunos e professores saíssem da prática tradicional das aulas, construindo uma Geografia mais articulada com o que é significativo para todos. De todo modo, no decorrer das ações, apesar da proposta de protagonismo dos estudantes, em alguns momentos houve dificuldade de engajar as alunas para a autonomia. Algumas ações, sobretudo as de leitura dos materiais bibliográficos, bem como a visita aos sítios para coleta de informações, que exigiam protagonismo das alunas, nem sempre foram executadas.

No ensino de Geografia cresce o apelo para um ensino que tenha compromisso com uma educação para a cidadania. Essa pesquisa buscou reconhecer a potencialidade da pesquisa no ensino de Geografia para a formação de uma consciência social cidadã sobre a cidade.

REFERÊNCIAS

BUENO, Miriam Aparecida; SILVA, Bonivaldo Pedro. *Atlas escolar geográfico, histórico e cultural de Senador Canedo*. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo científico: conceitos e funções. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 37, n. 9, p. 1420-7, 1985. Disponível em: <https://biopibid.paginas.ufsc.br/files/2013/12/Jornalismo-cient%C3%ADfico-conceito-e-fun%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2021.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A metrópole em foco no ensino de Geografia: o que/para

que/para quem ensinar? In: PAULA, Flávia Maria de Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza; SOUZA, Vanilton Camilo de (Orgs.). *Ensino de Geografia e Metrópole*. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2014, p. 27-41.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Espaços da cidade e jovens escolares: por que é tão importante conhecer a espacialidade desses sujeitos da aprendizagem geográfica? In:

PORTUGAL, Jussara (Org.). *Educação geográfica: temas contemporâneos*. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 265-279.

GOMES, Jânio Donizete Ferreira. *Pioneiros de Senador Canedo: memória e identidade regional*. Goiânia: Kelps, 2020.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

IMB – Secretaria de Estado de Planejamento de Goiás/Instituto Mauro Borges. *Painéis Municipais*: Senador Canedo 2010. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento – SEGPLAN, Estado de Goiás, 2016. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/paineis-municipais/senador-canedo-201612.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MORAES, Leonardo Rodrigues de. *Retrospectiva histórica de Senador Canedo*: das origens à emancipação política. Senador Canedo: Secretaria de Educação, 2000.

OLIVEIRA, Ivanilton José de; MORAES, Loçandra Borges de (Org.). *Cartografia escolar*: Região Metropolitana de Goiânia. 2. ed. rev. atual. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2020. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA IGREJA TODOS OS SANTOS. *Um patrimônio histórico e cultural de Senador Canedo*. Senador Canedo, 2019. Documento disponibilizado pelo Pe. Maximiliano Costa, Senador Canedo: Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, 2021.

ROSA, Alda Maria Araújo Torreal; KAUER, Inez Maria Milhome Viana. (Org.). *Espaço urbano*: Região Metropolitana de Goiânia. 2. ed. rev. atual. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2020. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

SENADOR CANEDO. *Plano diretor do município de Senador Canedo*. Lei Complementar nº 2.312, 2020. Disponível em: http://www.senadorcanedo.go.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/Lei_Complementar_2312_20_Aprova_o_Plano_Diretor_do_Munic%C3%ADpio_de_Senador_Canedo_2020_Revoga_Lei_1317_07.pdf. Acesso em: 26 maio 2021.

SENADOR CANEDO. Lei nº 1, de 20 de abril de 1990. *Lei Orgânica do município de Senador Canedo*. Diário Oficial do município. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-senador-canedo-go>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SENADOR CANEDO. *Lei Nº 2.260 de 31 de outubro de 2019*. Eleva as cavalgadas e suas respectivas expressões artístico-culturais à condição de Manifestação Cultural e de Patrimônio Imaterial do Município de Senador Canedo Disponível em: <https://camaracanedo.centi.com.br/transparencia/atosadministrativos/14>. Acesso em: 10 nov. 2021.

A EJA E O DIREITO À CIDADE

O problema da intolerância religiosa frente à condição cidadã

MAGNO EMERSON BARBOSA DA SILVA

MIRIANETE EIRE DOS SANTOS

Este texto tem como objetivo apresentar as ações vinculadas ao projeto Nós Propomos Goiás! desenvolvidas na Escola Municipal Jardim América (EMJA) da cidade de Goiânia entre os anos de 2020 e 2021, ressaltando o papel da educação geográfica e da compreensão da espacialidade escolar como aspectos fundamentais para a busca e defesa da condição cidadã. No ano de 2020, verificou-se a necessidade de possibilitar aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) conhecimentos, experiências de campo e vivências artísticas, a partir do trabalho didático-pedagógico sobre a produção do espaço de Goiânia, enquanto elemento para busca da formação cidadã e do direito à cidade.

A partir disso, possibilitou-se a problematização de temas e conteúdos da cidade, conseqüentemente, melhores condições de se pensar aspectos gerais para a estruturação do projeto. Assim, culminando no ano de 2021, a partir do interesse dos alunos, teve como meta compreender a intolerância religiosa e suas intersecções com diferentes dimensões socioespaciais do corpo, da escola e da cidade. Importante destacar que grande parte do processo perpassa o

contexto dos desafios impostos pela pandemia da Covid-19, exigindo constante adaptação para cada ação a ser realizada.

Por meio de levantamentos da realidade da EMJA, verificou-se que a grande maioria dos estudantes da EJA não conhecem elementos centrais de sua própria cidade, tais como o centro da cidade, pontos de lazer e cultura, instituições prestadoras de serviços públicos e privados, entre outras. Desse modo, verificou-se que oportunizar a vivência dos alunos em espaços públicos e simbólicos da capital goianiense se constitui em uma ação estratégica para o envolvimento e olhar crítico a respeito das problemáticas da cidade.

As dimensões histórica, geográfica, ambiental, cultural e pública são desconhecidas por esses sujeitos, implicando em formas de segregação física e simbólica e na falta de vínculos com a cidade. Assim, a experiência dos sujeitos escolares com a cidade possibilitou diferentes formas de conceber o espaço público goianiense e com isso, despertar questionamentos sobre a produção da espacialidade urbana de Goiânia. A exemplo do fenômeno da intolerância religiosa, identificado a partir do exercício de pensar geograficamente o espaço público, a partir do processo de expansão de igrejas neopentecostais, interconectado aos marcadores geográficos, raciais e de classe social.

A EJA, entre tantas especificidades, se caracteriza pela diversidade de sujeitos. Este contexto educacional possibilita o entrecruzamento de sujeitos de diferentes espacialidades. Uma combinação complexa de sujeitos em diferentes níveis de habilidades da educação formal que trazem consigo uma amplitude de vivências, experiências e perspectivas de mundo. Estes sujeitos escolares, comumente, são pessoas vítimas das contradições do modelo de acumulação e das formas de produção do espaço capitalistas que resultam no agravamento da exclusão social e na falta de oportunidades e/ou condições concretas que garantam a estes educandos consolidarem seu processo de escolarização no tempo regular.

Diante deste processo, a Geografia Escolar no contexto socioespacial e pedagógico da EJA é uma ferramenta cognitiva para o desenvolvimento de uma consciência crítica da própria realidade do aluno, de modo a compreender os processos estruturantes do espaço geográfico, diante das necessidades e interesses objetivos e subjetivos destes alunos. Busca-se desenvolver neste estudante a capacidade de pensar geograficamente e formular generalizações que transcendam sua individualidade e identifiquem os marcos simbólicos da produção do espaço e, assim, desenvolva instrumentos conceituais capazes de interpretar sua realidade e sensível a compreensão dos processos e fenômenos espaciais estruturantes no mundo.

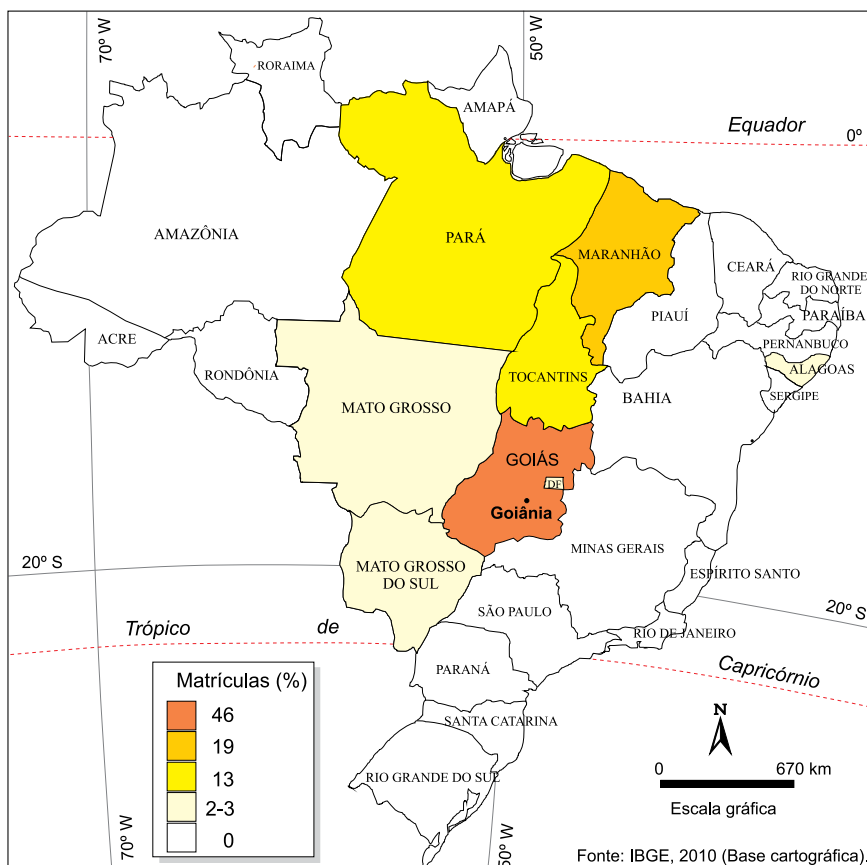
Para Cavalcanti (2019), os instrumentos conceituais da Geografia, no contexto escolar, possibilitam o desenvolvimento do pensamento geográfico sobre a cidade de modo mais elaborado. Neste sentido, os participantes do projeto puderam de algum modo, em seu cotidiano, em diferentes níveis, estabelecerem práticas espaciais pautadas em maior consciência e autonomia, potencializando formas de compreensão do cotidiano a partir de generalizações conceituais. As ações desenvolvidas junto ao projeto Nós Propomos! Goiás possibilitou o entrelaçamento das ações que oportunizam vivências, ressignificações e formas de apropriação dos espaços públicos, do lugar cotidiano e, portanto, de territorialidades até então desconhecidas para muitos estudantes. Desse modo, de acordo com a autora (CAVALCANTI, 2019, p. 213) a Geografia Escolar é uma ferramenta relevante na luta pelo direito da cidadania, tendo em vista que “[...] a cidadania está ligada à participação da vida coletiva, incluindo reivindicações de inclusão social, de respeito à diversidade e de melhores condições de vida e de sobrevivência.”

Os participantes eram estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e da EJA, em sua maioria pessoas adultas negras, mães solteiras e jovens trabalhadores, naturais, principalmente, dos estados de Goiás, Maranhão, Tocantins e Pará (Figura 1). É importante ressaltar sobre um problema comum a muitos estudantes da EJA: a

perda do direito de terem sido estudantes em primeiro lugar, devido a uma combinação de diversos fatores socioeconômicos, subjetivos e geográficos. E a partir dessa realidade de trabalhadores-estudantes, foram observados em seus corpos na sala de aula, os sintomas das condições de trabalho de uma sociedade neoliberal e das dificuldades de se manterem na escola: o cansaço, o sono, a inconstância, a irritabilidade, a evasão, a preocupação e a dificuldade de concentração que resultam em insegurança na aprendizagem e baixa autoestima. É a partir destes desafios que o trabalho docente foi desenvolvido. O processo de ensino possui uma carga de fatores complexos que desafiam cotidianamente as possibilidades da mediação e das estratégias didáticas que irão se desdobrar juntos aos estudantes da EJA.

De modo geral, os sujeitos escolares da EJA, participantes do projeto, eram pessoas em sua maioria que sofreram o encurtamento temporal de sua infância e/ou adolescência. Foram antecipados aos diversos circuitos de trabalho, muitas das vezes precários, para sua sobrevivência e/ou dos seus. Assim, são pessoas violentamente submetidas a não escolher o próprio processo formativo em tempo, tendo impactos e desdobramentos multifatoriais em sua formação enquanto estudante. Ou seja, são seres humanos submetidos a escassez e faltas de oportunidades desde tenra idade, não por querer, mas pela negação cidadã cotidiana que sofreram em seu processo formativo. Diante desse cenário, é fundamental munir o educando de sensibilidade, senso crítico e político, elevando o mesmo a pensar geograficamente as escalas da desigualdade social que incidem sobre os corpos que partilham dos espaços da EJA.

Figura 1 – Localização da naturalidade dos estudantes matriculados no Ensino Fundamental, na EMJA, Goiânia – GO (2020)



Fonte: Secretaria da EMJA. Registros de matrículas (2020). Elaborado por Santos (2020)

Verificou-se, que parte considerável dos estudantes eram migrantes. O setor Jardim América situa-se na região sul de Goiânia, sendo o maior bairro em extensão territorial da cidade, com mais de 40 mil habitantes (IBGE, 2010) Sua extensão abriga uma heterogeneidade socioeconômica. Em sua formação inicial apresentou diversas ocupações, especialmente na proximidade de cursos d'água (DAHER, 2003). A EMJA localiza-se próximo às áreas oriundas de processos de ocupações às margens do córrego Cascavel e possui

grande parte de seu efetivo de alunos moradores de núcleos familiares compostos sumariamente por trabalhadores de baixa renda.

Diante desta realidade, verificou-se a necessidade de estruturar alguns procedimentos metodológicos para o trabalho junto aos educandos da EJA, tendo como perspectiva a cidade de Goiânia a fim de promover um maior conhecimento a respeito da localidade urbana vivenciada pelos alunos. O desenvolvimento do projeto seguiu a partir das seguintes etapas: a) Distribuição e trabalho com fascículos da Rede de Pesquisa em Ensino de Cidade – REPEC (UFG). Os títulos trabalhados referem-se: 1) Dinâmicas econômicas da Região Metropolitana de Goiânia (RMG) (RICHTER; CAVALCANTI, 2013); 2) A Relação Cidade-campo no território goiano (CAVALCANTI; TEIXEIRA; SPIRONELO, 2019) 3) Espaço urbano da RMG (ROSA; KAUER, 2020), e 4) Violência urbana na RMG (OLIVEIRA; MORAES, 2010). Como possibilidade de contextualizar aos estudantes dinâmicas específicas da cidade de Goiânia, tendo em vista o elevado número de migrantes entre os discentes; b) Realização de um trabalho de campo no centro da cidade de Goiânia; c) Realização de um Seminário híbrido, contando com a participação de estudantes e professores tanto de modo presencial e *online*. Para a problematização e debate sobre o tema intolerância religiosa, proposta pelas estudantes do projeto; d) Coleta de relatos e depoimentos dos estudantes, professores e gestores da escola envolvidos com o projeto; e) Sistematização dos resultados para a apresentação no Seminário de Encerramento do projeto Nós Propomos Goiás!; e f) Síntese e estruturação dos resultados.

Nos próximos dois tópicos, segue a análise do trabalho desenvolvido no contexto do direito à cidade e sobre a intolerância religiosa no contexto da EJA.

Da problematização da experiência na cidade para a definição temática do Projeto Nós Propomos! Goiás

A Inicialização do projeto foi permeado de questões problemáticas: como motivar os alunos da EJA para as práticas de ensino que os coloquem como protagonistas diante dos problemas da cidade? Como propor intervenções na cidade se muito do seu conteúdo ainda é desconhecido para a maioria dos educandos?

Goiânia possui o título de metrópole devido a sua grande influência nas redes de fluxos migratórios e capitais. Goiânia é a principal cidade, em um conjunto de 20 municípios, compondo, assim, a Região Metropolitana de Goiânia (RMG). Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Goiânia concentra aproximadamente 1.430.000 habitantes (IBGE, 2010). Compondo cerca de 60% do efetivo populacional de toda a RMG e de 29% de todo o Estado de Goiás. Assim, com toda sua concentração de pessoas, o espaço metropolitano é marcadamente um lugar heterogêneo, com paisagens que abrem perspectivas de entendimento da sociedade e de sua dimensão histórica e social (CARLOS, 2015).

A partir de levantamentos da realidade da EMJA, verificou-se que a grande maioria dos seus estudantes da EJA não conhecem elementos centrais de sua própria cidade, tais como o centro da cidade, pontos de lazer e cultura, instituições prestadoras de serviços públicos e privados, entre outras. As dimensões histórica, geográfica, ambiental, cultural e pública são também desconhecidas por esses sujeitos, implicando em formas de segregação simbólica e na falta de vínculos com seus lugares de vivência. A cidade abriga sujeitos descolados de seus processos.

Partimos do pressuposto que propiciar aos alunos reflexões, conhecimentos, experiências e ações didáticas sobre a cidade de Goiânia, possibilitam compreender e atuar, concomitantemente, nos processos de identidade, pertencimento e vínculo sobre o seu espaço vivido. Portanto, a proposta didática de trabalho de campo

possibilitou a vivências e saberes sobre a localidade, contexto histórico, análises urbanísticas, sociais e econômicas da cidade e puderam potencializar compreensões do aluno sobre a cidade de Goiânia (figura 2).

Figura 2 – Trabalho de campo realizado no centro da cidade de Goiânia



Fonte: Santos (2020).

O fator socialização é um importante vetor de motivação (CAVALCANTI, 2015), principalmente, entre os mais jovens. Isso, de certa forma, mostra que os interesses dos alunos não estão centrados na construção do conhecimento, mas nas relações ali estabelecidas com seus pares, nas quais, comunicam sobre suas práticas rotineiras, percepção e valores. Compreende-se, portanto, que a ação de proporcionar práticas pedagógicas e ambiências possibilitadoras de experiências mediadas pelo professor junto aos saberes geográficos do espaço urbano constitui em estratégias que visam a democratização e interação do aluno com a cidade. O direito à cidade seria o direito a transformar e projetar uma nova cidade, na qual predominaria o valor de uso — focado nas necessidades das pessoas — e a autogestão em todos os âmbitos da vida (LEFEBVRE, 2001).

A cidade é um espaço educador, os seus sinais, suas imagens e todo seu conteúdo atua na formação de valores e comportamentos. Neste caso, a escola tem um importante papel nesse processo. Intencionalmente, a escola se coloca no processo educativo, atuando de forma didática e pedagógica na construção do conhecimento e da formação cidadã. Seu espaço é um importante componente da cidade. Assim, compreender o processo de produção do espaço escolar e urbano é também uma ferramenta na busca pelo direito à cidade.

Segundo Gehl (2015), o planejamento físico do espaço público pode influenciar bastante o padrão de uso em áreas urbanas. As mudanças estabelecidas atuam como convites a novos padrões de uso do espaço. Acredita-se ser fundamental, para desenvolver identidades territoriais, sentimento de pertencimento e vínculo dos sujeitos envolvidos, dado o aspecto da valorização da vida, do conhecimento, da cultura e da prática espacial. Para Lefebvre (2001), a noção de direito à cidade, também se vincula, em uma tentativa de fuga da cidade deteriorada e não renovada. Em direção a um movimento de direito à vida urbana, pautado na apropriação de uma teoria integral da cidade que utilize da ciência e da arte na valorização da vida na cidade.

É importante efetivar tais conhecimentos no contexto escolar e também pensar como sua espacialidade pode estabelecer relações convidativas e de permanência. A experiência de campo realizada e o trabalho dos alunos junto aos fascículos didáticos (Espaço urbano da RMG) deixaram contribuições para o retorno das atividades escolares presenciais e do projeto Nós Propomos. Foram realizados questionamentos aos alunos sobre quais os aspectos mais chamaram sua atenção na experiência de campo no centro da cidade. As respostas deram destaque às mudanças de percepção a respeito do espaço público de Goiânia. Os alunos ao serem instigados a falar mais sobre as diferenças agregadas pela experiência mediada na cidade, foram destacados: a) a questão histórica e geográfica da formação de Goiânia; b) o conteúdo simbólico existente em monumentos da cidade; c) a composição da *art déco* e da arte urbana nas edificações no centro da cidade; d) conhecer espaços de lazer a exemplo das praças, cinemas, museu, locais de entretenimento entre outros; e os espaços públicos e seu processo de formação.

Desse modo, ao compreender aspectos estruturantes da percepção dos alunos sobre a cidade, foi destinada a pergunta sobre o que interessava a eles desenvolver no projeto Nós Propomos! Goiás. A questão da experiência na cidade apareceu em diversos relatos sobre o trajeto casa-escola-casa. Questionados a detalharem que tipo de sensações e percepções tinham da experiência na cidade, descreveram: a) o medo do assédio sexual, relatado pelas alunas; b) a falta de equipamentos urbanos relacionados à infraestrutura e mobilidade, ou seja, ruas mal iluminadas e a demora pelo transporte público; c) o medo de sofrer abuso pela polícia militar, relatado por alunos negros; e d) a falta de opções de lazer.

Ao serem questionados como poderiam colocar propostas para a melhoria destas condições, foi manifestado a insatisfação a respeito das baixas ofertas de lazer aos jovens, pois em sua condição de mãe de um jovem, angustiava-se em perceber a cidade se especializando-se em poucas opções de sociabilidade e entretenimentos para os

jovens, sendo em muitos casos restritos às instituições religiosas. Foram relatadas situações de vivência e/ou conhecimentos de casos de intolerância religiosa manifestados na cidade de Goiânia. Em seguida, uma aluna relatou sobre uma situação específica de intolerância religiosa que envolveu uma professora na escola pública onde seu filho estudava. A situação, segundo a estudante, deixou impactos negativos para os envolvidos nesse processo. Essa problemática de como a cidade e a escola têm sido impactadas por perspectivas conservadoras e intolerantes, especialmente, de caráter religioso foi tomada como tema do projeto desenvolvido em 2021 e é abordada no próximo tópico.

A intolerância religiosa como expressão das contradições socioespaciais: o corpo, a escola e a cidade

A intolerância religiosa foi abordada metodologicamente a partir dos seguintes pontos:

1. **Tema:** A intolerância religiosa e seus impactos na condição cidadã.
2. **Problema:** Até que ponto desvelar os dispositivos sociais da intolerância religiosa contribui para refletir sobre o papel da escola na formação cidadã e das práticas espaciais dos seus estudantes?
3. **Objetivos:** Geral: Compreender como a intolerância religiosa intersecciona com diferentes dimensões socioespaciais do corpo, da escola e da cidade. Específicos: a) Discutir o papel da escola frente ao fenômeno da intolerância religiosa, destacando seus impactos na condição cidadã dos sujeitos escolares; b) Analisar diferentes discursos religiosos e como seus representantes destacam os desdobramentos socioespaciais das práticas de intolerância religiosa; c) Propor espaços de reflexão e debate na escola sobre a temática da intolerância religiosa,

tendo como referência textos acadêmicos, jornalísticos e artísticos.

4. **Justificativa:** A atividade justifica-se pela necessidade de envolver os estudantes e a equipe docente em torno de um ambiente pautados nos princípios da tolerância, da ética e da cidadania, tendo como característica principal o protagonismo do(a) estudante no processo de organização e de participação. A atividade tem o intuito de valorizar a autonomia do estudante e de promover um olhar mais propositivo e crítico sobre a sua realidade.
5. **Metodologia:** 1) Pesquisa de referências teóricas e metodológicas para se pensar a questão da intolerância religiosa no cotidiano urbano e escolar. 2) Problematizações e discussões sobre: a) Conservadorismo e Estado Laico (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016)]; b) Interseccionalidade: gênero, raça e classe (DAVIS, 2016); c) Discurso/normalidade (FOUCAULT, 2019); d) Neoliberalismo (HAN, 2017). 3) Reuniões para viabilização da proposta e definição das estratégias e formato da proposta de ação e organização do seminário (Híbrido – contou com a participação de 45 estudantes e 18 professores (63 participantes no total – vinculados a 3 escolas EJA, membros da Secretaria Municipal de Educação – SME e acadêmicos). 4) Tratamento dos dados obtidos e sistematização e síntese dos pontos abordados no Seminário.

Foram realizados doze encontros semanais prévios à culminância do projeto, que se deu por meio da realização do seminário, nos quais foram feitas discussões de textos, debates e organização da estrutura do seminário de encerramento (figura 3).

Figura 3 – Fluxograma do planejamento do seminário

Fonte: Santos (2021).

As tomadas de decisões ocorreram coletivamente. Foram destinados momentos para diálogos com os educandos da EJA como forma de contemplar suas perspectivas a respeito da temática. Desse modo, o projeto foi concebido como uma intervenção no modo como os sujeitos escolares compreendem as dimensões de produção do espaço goianiense e da própria realidade escolar; como ação de gerar possibilidades de acesso e democratização de conhecimento sobre os dispositivos que sustentam as práticas de intolerância religiosa e sobre as dinâmicas e arranjos socioespaciais que viabilizam este tipo de violência.

Para a realização do seminário foram convidados três palestrantes de diferentes perspectivas religiosas, sendo praticantes do espiritismo, cristianismo neopentecostal e do candomblé. Sobre os convidados, foi realizada uma apresentação geral sobre como cada um entendia o fenômeno da intolerância religiosa a partir de suas experiências e concepções sobre a religião praticada. O seminário sobre a intolerância religiosa ocorreu no dia 20 de outubro de 2021

foi o formato que, dentro das condições da EJA e da escola, melhor contemplou a proposta de intervenção com o intuito de ampliar as discussões sobre o fenômeno da intolerância religiosa.

A atividade refere-se à organização de evento *on-line* junto aos alunos em situação presencial e remota (*on line*) da EMJA e tem como respaldo a Lei municipal n.º 89/2021, que institui o combate à intolerância religiosa na cidade de Goiânia. O evento foi transmitido pela plataforma do *Google Meet*. Todavia, a atividade também se justifica pela necessidade de envolver os estudantes e a equipe docente em torno de um ambiente pautado pelos princípios da tolerância, da ética e da cidadania, tendo como característica principal o protagonismo do estudante no processo de proposição, organização e de participação. O seminário realizado teve o intuito de valorizar a autonomia do estudante e desenvolver um olhar mais propositivo e crítico sobre a sua realidade, revelando os conteúdos socioespaciais da segregação e da violência da intolerância religiosa (figura 4).

O que poderia ser concebido inicialmente como uma conversa sobre subjetividades e crenças na escala do indivíduo, tornou-se uma intervenção didática para o desvelamento das estruturas mantenedoras das desigualdades sociais do país. O fenômeno do racismo se apresentou como um elemento central para a compreensão da intolerância religiosa. Nesse sentido, a educação geográfica é fundamental, pois permitiu potencializar habilidades cognitivas de: a) localizar as áreas periféricas urbanas, o corpo pardo e negro como *locus* predominante dos casos de intolerância religiosa no Brasil; b) correlacionar a outras localidades, evidenciando padrões comuns; c) comparar a outros contextos urbanos nacionais ou internacionais de como se manifesta a partir dos marcadores de classe, raça e gênero, compreendendo as diferentes formas de intolerância religiosa no mundo; d) dimensionar as escalas do local ao global por meio da cultura, política, economia e sociedade as manifestações da intolerância religiosa. Todavia, verificou-se que pensar geograficamente o fenômeno em questão permitiu aos sujeitos estabelecerem

generalizações sobre as noções de lugar e território, pois houve uma intervenção em como os sujeitos aprendem o seu cotidiano e as relações de poder no/do território da cidade. Isso pode ser observado nos relatos dos participantes¹.

Figura 4 – Desenvolvimento do seminário sobre intolerância religiosa



Fonte: Santos (2021).

1 Os nomes são fictícios.

Relato da estudante Júlia, 16 anos: [...] *“o que me veio sobre o seminário foi que a intolerância religiosa não é só sobre religião, mas tem a ver com cor. A intolerância tem a ver com racismo, preconceito e discriminação”*.

Relato da estudante Rosa, 37 anos: [...] *“uma coisa que achei interessante é sobre a intolerância religiosa contra os negros. É falado que fisicamente somos iguais, mas socialmente não somos aceitos como pessoas iguais. Achei isso interessante por que é isso que eu vejo e vivo no dia a dia.”*

Relato da gestora Lúcia, 52 anos: [...] *“é um assunto bastante polêmico. Mas achei interessante falar em intolerância religiosa. A gente percebe que perpassa por diversos assuntos importantes como questões raciais, econômicas e sociais. Eu também participei e vi esse seminário como algo muito importante para minha formação humana que vou levar na minha vida. Eu já consigo perceber em mim um novo jeito de ver e falar sobre diversos assuntos, principalmente sobre a questão da intolerância religiosa”*.

Relato do professor Roberto, 53 anos: [...] *“o mais importante de uma aula dessa (seminário) é desenvolver uma visão crítica, pois se você pegar os alunos e falar a intolerância religiosa, o conceito é esse. É totalmente diferente quando você tem alguém com vivência no candomblé, mostrando que não tem como separar a intolerância religiosa do racismo. [...] os alunos não saíam da sala, a internet dava problema e continuavam debatendo. Penso que esses momentos devam ser repetidos, inclusive para os próprios professores”*.

Relato da professora Clara, 42 anos: [...] *a minha mente se abriu para várias coisas, para vários fatores na questão religiosa. Mesmo não praticante de religiões africanas foi importante para aprender a respeitar e mostrar aos alunos [e professores] a importância da diversidade.”*

Verifica-se que o projeto Nós Propomos! Goiás contribui com o exercício da cidadania, pois oferece espaços que visam a ampliação e a participação de sujeitos em debates, que em muitos casos nunca haviam participado de uma discussão sobre a intolerância religiosa. Ao estabelecer intervenções na escala do cotidiano escolar, o projeto possibilitou aos sujeitos compartilharem de conhecimentos e valores acerca da subjetividade e convívio social urbano.

É também de grande contribuição a educação geográfica, que visa contribuir para a formação de conceitos geográficos pelo aluno, a partir de um modo mais crítico e autônomo de compreender sua experiência e o mundo. É importante compreender as tessituras do

fenômeno da intolerância religiosa que na sua manifestação estão implícitos diversos fatores históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos. Nesta compreensão está a possibilidade de dimensionar e interconectar escalas do fenômeno a partir do corpo, da escola e da cidade, concebendo que a construção da materialidade também é dada a partir de processos históricos, discursos e estruturas de dominação que impedem formas de emancipação social das classes sociais economicamente desfavorecidas.

O seminário trouxe outras importantes pontuações críticas que possibilitaram debates e a participação dos estudantes e professores. A exemplo: a) a crítica ao beneficiamento de doações de espaços públicos para instituições religiosas comumente cristãs; b) a crítica ao processo de repressão e destruição de locais de culto e celebração religiosa de perspectiva afrodescendentes; c) a crítica ao universalismo religioso como proposta de homogeneização sociocultural que promove a erosão da compreensão da diversidade social enquanto instrumento de combate à intolerância religiosa; d) a crítica ao silenciamento das diferenças, especialmente dos grupos socialmente vulnerabilizados; e) a crítica ao aparelhamento de grupos religiosos conservadores no poder político; e f) a crítica ao processo de racialização do negro em suas expressões religiosas de origem africana.

A importância do estado laico foi destacada como princípio básico do respeito à diversidade e como condição básica do exercício da cidadania. Todavia, a institucionalização de grupos religiosos conservadores nas estruturas burocráticas do poder político ameaça as possibilidades de o Estado atuar democraticamente frente às pluralidades socioculturais do país (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016). Nesse sentido, é fundamental compreender o espaço escolar enquanto lugar para construção de práticas sociais de acolhimento e defesa das diferentes manifestações dos sujeitos que ocupam o seu espaço.

A compreensão da dimensão espacial da escola se configura como um instrumento estratégico para o desenvolvimento da noção de laicidade enquanto condição necessária ao processo democrático.

É reiterado, portanto, a importância da escola como agente de defesa da manutenção da laicidade para a comunidade onde está inserida. As religiões de matriz africana são os maiores alvos da violência da intolerância. É pela via do racismo que se fundamenta considerável parte das manifestações de ódio à crença do outro.

Desta forma, ao destacar os problemas da intolerância religiosa nas diferentes regiões do país o que está em jogo são as relações de poder construídas para a apropriação do trabalho dos povos historicamente escravizados. O fenômeno da intolerância religiosa possui um forte elo nas práticas de negação à manifestação simbólica dos povos afrodescendentes e toda sua arte, ciência, fé e subjetividade. Ao destacar esses pontos, contribui-se para desmistificar a ideia de democracia racial implantada no imaginário social do brasileiro (GONZALES, 1980). É também fator para a compreensão da dinâmica socioespacial da segregação do lugar do negro na sociedade.

Nota-se como a intolerância religiosa vincula-se aos processos de fragmentação territorial. Nesse sentido, o fenômeno que marginaliza, agride, oprime e sufoca expressões socioculturais correlatas ao corpo e a geografia de determinados grupos sociais criam condições para a segregação socioespacial e se desdobram em expressões de violência. Ou seja, a intolerância religiosa implica na construção de diferentes conteúdos territoriais a partir do estigma aos pobres, negros e mulheres. Assim, pela via da estigmatização do sujeito da periferia urbana, pelo racismo, pela violência de gênero por meio da objetificação do corpo da mulher enquanto instrumento de reprodução (DAVIS, 2016), ou por outras formas violentas que constroem processos de ruptura no direito de usufruto dos espaços da cidade em relação aos grupos sociais dominantes.

Considerações Finais

Considera-se que o desafio proposto neste trabalho está justamente em elucidar as intersecções do fenômeno da intolerância religiosa com a organização espacial escolar e urbana. Assim, entender

a espacialização da intolerância religiosa significa olhar para a instrumentalização das desigualdades sociais em contextos de fragilidade da reprodução social.

A educação geográfica enquanto instrumento de intervenção cognitiva do projeto Nós Propomos! Goiás proporcionou aspectos fundamentais para se pensar a política do corpo, sendo a crítica à racialização dos corpos negros um importante viés para se conceber a intolerância religiosa. Ou seja, para um corpo negro portar-se de roupas e elementos simbólicos que remetam às crenças de origem africana, este pode colocar em risco a sua integridade física e psicológica, pois foram ressaltados os casos de agressão física e verbal aos praticantes de religiões de matriz africana no cotidiano urbano pela palestrante.

Para isso, ressaltar o processo histórico e as contradições reproduzidas nos múltiplos contextos geográficos foi fundamental para se questionar a naturalização da racionalidade branca para o debate religioso que interfere e nega as referências culturais dos negros, sendo ressaltada a recente designação do termo racismo, de meados do século XIX. Por meio da crítica a determinados grupos, que se estabelecem como detentores da verdade e estabelecem formas de concentração de capital e dos meios de produção, foi possível identificar nestes discursos instrumentos reguladores da prática espacial na cidade.

As desigualdades estruturais, portanto, produzem conteúdos de violência cotidiana que atingem de variadas formas os sujeitos na cidade. Essa dimensão da violência se efetiva também como exercício contraditório de dominação social, haja vista que o cotidiano das práticas espaciais dos estudantes da EJA é constituído de campos de forças que, subsidiam a produção material e simbólica frente aos interesses dos dominantes de conservar as condições desiguais que servem para a manutenção dos seus privilégios (BOURDIEU, 1989).

A prática espacial dos jovens nos grandes centros urbanos passa pelo processo de deterioração, tendo em vista que a erosão bastante real das condições de exercício da cidadania e a busca de uma maior autonomia, requisitos para um desenvolvimento socioespacial autêntico, têm, em não pequena dose, a ver com a espiral da violência e a deterioração do clima social no cotidiano. E é nessa perspectiva que se verifica a importância da defesa dos espaços escolares enquanto dimensão territorial, que possibilita o desvelamento de estruturas materiais e imateriais para o desenvolvimento e a promoção de práticas cidadãs.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2015.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. *Pensar pela geografia: ensino e relevância social*. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Jovens escolares e sua geografia: práticas espaciais e percepções no/do cotidiano da cidade. In: CAVALCANTI, Lana de Souza et al.) *A cidade e seus jovens*. Goiânia: Ed. da PUC, 2015. p. 13-30.
- CAVALCANTI, Lana de Souza; OLIVEIRA, Karla Annyelly Teixeira de; SPIRONELLO, Rosângela Lurdes (Orgs.). *A relação cidade-campo no território goiano*. 2. ed. Goiânia: C& A Alfa Comunicação, 2019. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- DAHER, Tania. *Goiânia uma utopia europeia no Brasil*. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: IV ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS, Rio de Janeiro, *Anais* [...]. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1980. p. 223-244
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico: resultados preliminares (2010)*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

OLIVEIRA, Karla Annyelly Teixeira de; MORAES, Loçandra Borges de (Orgs.). *Violência urbana na Região Metropolitana de Goiânia*. Goiânia: Vieira, 2010. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

RICHTER, Denis; CAVALCANTI, Lana de Souza. (Orgs.). *Dinâmicas econômicas na Região Metropolitana de Goiânia*. 1 ed. Goiânia: América, 2013. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

ROSA, Alda Maria Araújo Torreal; KAUER, Inez Maria Milhome Viana (Orgs.). *Espaço urbano: Região Metropolitana de Goiânia*. 2. ed. rev. atual. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2020. Fascículo didático da Coleção Aprender com a Cidade, coordenada por Lana de Souza Cavalcanti.

SEPULVEDA, José Antonio Miranda; SEPULVEDA, Denize. O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade. *Revista Teias*. O avanço do conservadorismo nas políticas curriculares. v. 17, n. 47, p. 141-154. Out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24767>. Acesso em: 31 jan. 2022.

EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA E LIBERTADORA E AS PROPOSIÇÕES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NO CEPI GOMES DE SOUZA RAMOS, EM ANÁPOLIS (GO)

RAFAELA DE PAULA OLIVEIRA
WAGNER HUMBERTO DE SOUZA

A relação entre professores, alunos e o ensino tende a ser caracterizada pela mediocridade da educação mecânica. Educação mecânica essa que, na Geografia, repercute na ausência da vivência do aluno, enquanto agente ativo, e se baseia em decorar e desenhar. Trabalhar Geografia é, na realidade, uma ótima oportunidade para que professores possam inserir os alunos em ambientes ativos de conhecimento social, cultural e científico.

É fundamental, entretanto, a constante reavaliação dos docentes sobre os métodos utilizados em sala de aula e sua eficácia na produção do conhecimento do aluno. O método de ensino, muito utilizado nas escolas, é o de caráter positivista, que distancia o aluno de sua realidade e do objeto estudado. Pesa também em não valorizar a imaginação infantil e as inquietudes dos jovens, esquecendo que o pensamento científico nasce de um profundo estado imaginativo e de inquietação.

Torna-se então, de fundamental importância pautar discussões sobre a forma como a Geografia está sendo ensinada na escola. Cabe ressaltar que existe uma profunda necessidade de repensar o ensino

de maneira geral, contudo, enfatizando a realidade do ensino da própria Geografia. Como afirmam Reclus e Kropotkin (2011),

Nada interessa tanto às crianças como as viagens, e nada é mais chato e menos atrativo na maioria das escolas do que aquilo que ali se batiza como geografia. É claro que o mesmo se poderia dizer, quase com as mesmas palavras e com escassas exceções, a respeito da física e da química, da botânica e da geologia, da história e das matemáticas. Uma profunda reforma do ensino de todas as ciências é tão absolutamente necessária como uma reforma da educação geográfica (RECLUS; KROPOTKIN, 2011 p. 35).

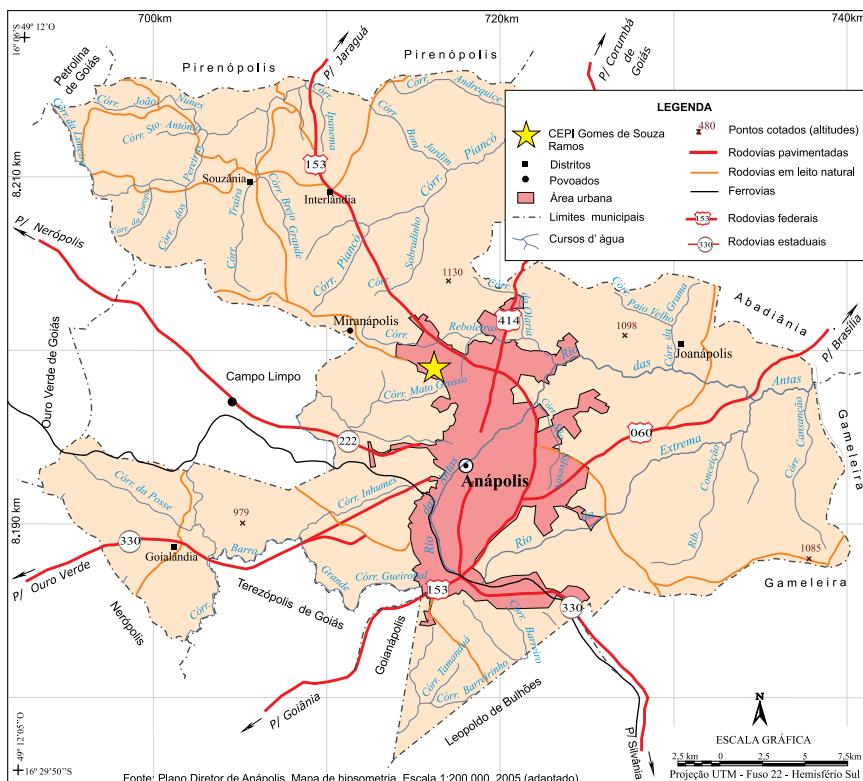
Destaca-se, entretanto, que os estudantes não serão grandes admiradores da natureza enquanto seu estudo não possuir vínculo com a realidade do homem enquanto espécie e indivíduo. A educação libertária, neste contexto, se faz importante, pois ela poderá dar um novo sentido à Geografia, possibilitando a interação do aluno com o mundo e suas novas percepções a partir do estudo crítico daquilo que o atrai. Poderá despertar não só o gosto pela ciência geográfica, mas por todo um leque de ciências naturais e sociais que são defasadas pelos métodos e práticas de ensino que afastam o aluno e sua vontade de compreender. Trata-se também de apreender, não decorar, mas compreender e sentir-se parte do processo ativo.

Baseando-se na educação libertadora, que segundo Freire (2019) tem como grandes metas vislumbrar o educando como sujeito histórico, manter, na comunicação entre aluno e professor, uma relação horizontal e promover o diálogo e a formação da consciência crítica; a Geografia poderá despertar o pensamento crítico e científico e uma visão de mundo que una todos em um mesmo sentimento fraterno, independentemente da nação.

Enfim, conceber a educação, segundo os preceitos libertários e libertadores, contribui para que o ensino possa ser, de certa forma, mais amplo e menos arraigado em tradicionalismos e métodos conservadores, nos quais os alunos são apenas depósitos de informações. É justamente essa abordagem crítica, que o projeto Nós Propomos! Goiás visa trazer para seus alunos participantes.

A partir desses fundamentos, a aplicação da metodologia do projeto Nós Propomos! Goiás no Centro de Ensino em Período Integral (CEPI) Gomes de Souza Ramos, localizado no município de Anápolis – Goiás, (figura 1), contribuiu para experimentar possibilidades de tornar o aluno o protagonista da sala de aula e um cidadão ativo na sociedade. Esta escola está localizada na região norte da cidade, e atende, em período integral, alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º anos do Ensino Médio.

Figura 1 – Localização do CEPI Gomes de Souza Ramos, município de Anápolis-GO



Fonte: Organizado pelos autores (2022). Elaboração, Moraes (2022).

Este artigo expõe as duas experiências das edições de 2020 e 2021. Na primeira edição, o tema foi voltado para a questão ambiental, especificamente o lixo, e a segunda edição teve como foco a saúde mental, analisada através da coleta de dados e produção de gráficos. Em ambas as edições os estudantes puderam experimentar uma sala de aula ativa e flexível, na qual eles mesmos foram os responsáveis por definir os temas a serem estudados segundo a holística geográfica e analisados de acordo com suas vivências. Para a execução dos projetos foram realizados estudos bibliográficos, discussões, confecção e aplicação de questionários e elaboração e análise de gráficos. Os resultados são detalhados no tópico apresentado a seguir.

Em meio à pandemia, a educação resiste: relato das experiências realizadas em 2020 e 2021

A primeira edição do Nós propomos! Goiás, desenvolvida no CEPI Gomes de Souza Ramos, ocorreu no segundo semestre de 2020 no âmbito de uma disciplina eletiva¹, criada especificamente para o desenvolvimento do projeto. Devido às restrições causadas pela Pandemia do Novo Coronavírus (Sars-Cov-2), o projeto ocorreu de forma unicamente virtual.

A primeira reunião realizada com os alunos teve como objetivo identificar os problemas que eles consideravam mais prejudiciais à cidade. Vários temas surgiram, e em conjunto foi decidido por abordar o tema “o descarte de forma inadequada de lixo em Anápolis”. Para a execução do projeto foram realizados encontros semanais, via aplicativo de mensagens, nas quais se abordou, em cada aula, um tema específico sobre a questão do lixo. Porém, dentro dessa temática do lixo, surgiu um questionamento: o que é considerado

1 Em Goiás, nas escolas de tempo integral, os alunos cursam, além dos componentes do Núcleo Comum, disciplinas optativas chamadas eletivas, que são escolhidas pelo estudante de acordo com seus interesses. Essas disciplinas eletivas são planejadas pelos professores do CEPI, com base no perfil dos estudantes, e podem abordar diversos temas. No Ensino Fundamental são quatro aulas de eletiva por semana (SEDUC/GO, 202[-]).

lixo? Certos detritos que para algumas pessoas é considerado lixo, para outras é uma fonte de renda, trazendo o sustento de sua família.

Mediante esta constatação foi abordada a questão do lixo reciclável, a forma correta de ser realizado o descarte e os métodos utilizados na reciclagem, mostrando para os alunos que o lixo, que antes era taxado como problema, pode se tornar a solução.

Destaca-se que o tema do lixo é um dos mais frequentes nos estudos caracterizados como de educação ambiental, que para Guimarães (2005) deve ser considerada interdisciplinar e orientada para a resolução de problemas locais. Também deve ser realizada de forma participativa, comunitária, criativa e valorizar a ação. Nesse contexto, pode se tornar transformadora de valores e atitudes através da construção de novos hábitos e conhecimentos, e conscientizadora para as relações integradas entre ser humano, sociedade, natureza objetivando o equilíbrio local e global, melhorando a qualidade de todos os níveis de vida.

Dentre os assuntos trabalhados, discutiu-se sobre os tipos de lixos existentes; as doenças causadas por animais que habitam o lixo, a contaminação que o descarte inadequado pode provocar na água e no ar; e os 5 R's (reutilizar, reciclar, reduzir, recusar e repensar), especialmente a importância dos R's para diminuir a produção de lixo no meio ambiente. Durante os encontros, a intenção era despertar nos alunos a consciência ambiental, momento em que eles se mostraram preocupados em reduzir a produção de lixo e propor alternativas para solucionar o problema em seus bairros. A princípio o trabalho tinha a intenção de sair às ruas, realizando coletas do lixo, especificamente no bairro onde se localiza a unidade escolar, instalando latas de lixo para coleta seletiva no entorno da escola, entregando panfletos para conscientizar a comunidade vizinha ao colégio a reduzir a produção de lixo e realizar o descarte correto. Porém, como já mencionado, nada disso foi possível. Mas mesmo com as dificuldades encontradas, o projeto teve resultados excelentes, pois os nossos alunos puderam desenvolver a consciência ambiental,

a necessidade de promover a sustentabilidade, modificando o pensamento deles e tornando-os seres preocupados com a preservação do meio ambiente.

A segunda edição do Projeto Nós Propomos contou com a participação de 22 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, que se matricularam na disciplina eletiva denominada “Nós Propomos”, no contexto da qual foi realizada a investigação, ao longo do 1º e 2º semestres do ano de 2021.

Conforme definido pelos alunos, a pesquisa foi denominada “Saúde mental dos alunos após a pandemia: benefícios da socialização escolar – Eletivas e Protagonismo Juvenil (PJs)”. O foco era conseguir mensurar o problema na escola em se tratando de alunos que se sentiam psicologicamente adoecidos, para que, a partir do estudo de dados, pudessem ser tomadas medidas a curto, médio e longo prazo, promovendo atitudes inclusivas e de apoio para aqueles que se disponibilizassem a ser tratados, caso fosse preciso.

Com a chegada da Covid-19 a educação foi uma das áreas mais atingidas, pois junto ao vírus vieram também medidas e restrições visando preservar a segurança da população; o que conduziu a uma mudança drástica na rotina dos alunos e causou um grande impacto na comunidade escolar. A ausência de contato social e de apoio psicológico eram dois grandes problemas que os alunos enfrentavam desde março de 2020.

Com a chegada da vacina para os estudantes e quase tudo voltando ao normal, as aulas presenciais também voltaram e, com elas, as demandas emocionais estudantis. O projeto abordou como o retorno às atividades presenciais interferiu no comportamento dos estudantes.

A intenção desse trabalho foi demonstrar, através de gráficos, o estado mental dos alunos após a volta às aulas presenciais, comparando a situação geral na escola e os impactos, na saúde mental, da participação dos alunos em disciplinas Eletivas e em projetos de

Protagonismos Juvenis (PJs). A pesquisa foi realizada considerando as seguintes etapas:

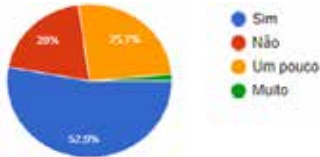
1. Elaboração de dois questionários, utilizando o *google forms*, e coleta de dados junto a alunos de todas as turmas;
2. Análise dos resultados obtidos, comparando a situação geral e os efeitos, na saúde mental dos alunos; advindos da participação em disciplinas Eletivas e nos projetos de Protagonismo Juvenil;
3. Indicação, no âmbito das disciplinas Eletivas e dos Projetos de Protagonismo Juvenil, a estruturação de redes de apoio na própria escola, e o acompanhamento por profissionais especializados.

As perguntas do primeiro questionário foram: 1) Atualmente, você se sente ansioso quando se trata de assuntos da escola?; 2) Você faz algo para se acalmar? Como um esporte, ou ter consultas de terapia?; 3) Gostaria de fazer algo para se acalmar?; 4) Você se sente acolhido dentro da escola?; 5) Você costuma ter crise de ansiedade ou pânico na escola?; 6) Você costuma preocupar-se com o futuro?; 7) Você sente vontade de conversar com seu tutor ou o/a professor/a da sua eletiva sobre como se sente? Esse questionário foi respondido por setenta alunos. Parte dos dados coletados está representada em gráficos (Figura 2)² e os demais estão descritos no texto.

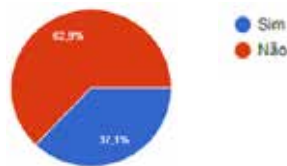
2 O formulário foi compartilhado com a opção editor ativa, por isso alguns alunos inseriram outras opções de resposta.

Figura 2 – Gráficos contendo respostas a algumas questões do primeiro questionário.

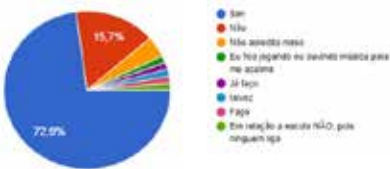
Atualmente, você se sente ansioso quando se trata de assuntos da escola?



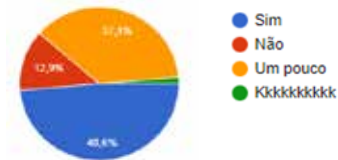
Você faz algo para se acalmar, como um esporte, ou ter consultas de terapia?



Gostaria de fazer algo para se acalmar?



Você se sente acolhido dentro da escola?



Fonte: Organizado pelos autores (2021).

De acordo com as respostas, conclui-se que os alunos não estavam psicologicamente bem, visto que somente 20% não se sentiam ansiosos com assuntos relacionados à escola. Comprometendo ainda mais a situação, os estudantes provavelmente não encontravam brechas para se abrirem no seu núcleo familiar ou escolar, considerando que 62,9% não faziam esportes ou terapia para se sentirem melhor, embora mais de 70% tenham respondido que gostariam de fazer alguma coisa.

Considerando-se que 48,3% dos alunos se sentem acolhidos na escola e que 37,1% se sentem um pouco acolhidos, pressupõe-se que há uma boa relação dos alunos com a escola. Apesar disso, apenas 40% dos alunos disseram não ter tido crises de pânico ou ansiedade na escola. Talvez tais crises tenham ocorrido porque 74,3% dos alunos se preocupam com o futuro. Todavia, parece que os alunos não veem a escola como um ambiente para tratar dessas questões, visto que

menos da metade dos alunos (47.1%) sentem vontade de conversar sobre esses temas, com o professor tutor³ ou com o professor da disciplina eletiva.

A análise das respostas e também a observação de que os alunos se identificavam mais com as disciplinas eletivas e PJs, levou o grupo a levantar a hipótese de que os níveis de ansiedade eram menores, nesse grupo de atividades, quando comparadas com as disciplinas obrigatórias. Para comprovar a hipótese foi elaborado um novo questionário com as seguintes perguntas: 1) Atualmente, você se sente ansioso durante sua Eletiva ou PJ?; 2) Sua Eletiva ou PJ tem te ajudado a se acalmar?; 3) Você considera o que está aprendendo na Eletiva ou no PJ como uma forma de procurar algo que te faça sentir melhor?; 4) Sua Eletiva ou PJ te faz sentir acolhido?; 5) Você notou algum sinal de crise de ansiedade durante ou por causa de sua Eletiva ou PJ?; 6) Sua Eletiva ou PJ te deu alguma perspectiva de futuro?; 7) Você sente vontade de conversar com seu tutor ou o/a professor/a da sua eletiva sobre como se sente?

Esse segundo questionário foi respondido por oitenta alunos. Comparando-se os dados obtidos, verificou-se que a hipótese levantada foi comprovada; visto que 63,7% responderam que não ficam ansiosos durante suas Eletivas ou PJs; o que o que foi considerado positivo, porém cabe ressaltar que 20% se sentem ansiosos, o que é um número ainda relevante.

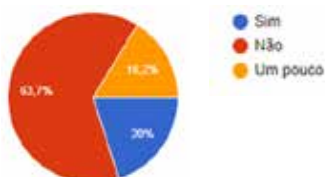
Destaca-se, também, que mais de 80% dos alunos não tiveram crises de ansiedade que tivessem relação com as disciplinas eletivas ou PJ e que menos de 30% dos alunos consideram que as eletivas ou PJs não contribuem para sua perspectiva de futuro.

3 O estudante escolhe um professor tutor, no início do ano letivo, para acompanhar seus estudos ao longo do ano e auxiliá-lo na elaboração e desenvolvimento do seu Projeto de Vida. Não há um horário definido para a tutoria na matriz curricular, por isso o professor e aluno podem marcar encontros, antes ou após as aulas, conforme a disponibilidade e necessidade dos dois (SEDUC/GO, 202[-]).

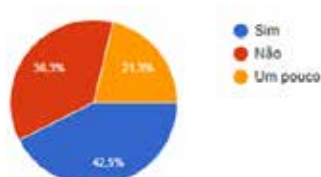
Porém, nem todos os dados foram positivos, já que 36,3% dos alunos responderam que as eletivas ou PJs não estavam ajudando a se manterem calmos ou a se acalmar. Os dados estão contidos na figura 3.

Figura 3 – Gráficos contendo respostas a algumas questões do primeiro questionário

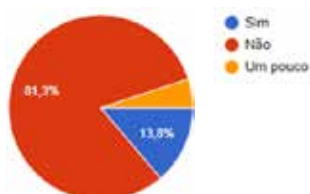
Atualmente, você se sente ansioso durante sua Eletiva ou PJ



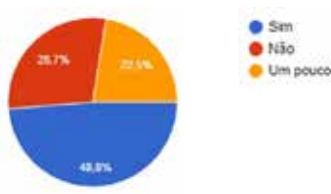
Sua Eletiva ou PJ tem te ajudado a se acalmar?



Você notou algum sinal de crise de ansiedade durante ou por causa de sua Eletiva ou PJ?



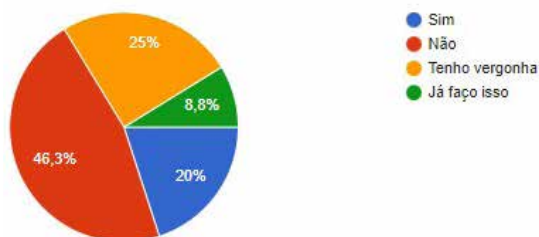
Sua Eletiva ou PJ te deu alguma perspectiva de futuro?



Fonte: Organizado pelos autores (2021).

Pode-se considerar que 23,8% dos alunos talvez não se sintam acolhidos no PJ ou na eletiva, por não gostar de socializar ou ser mais reservado ou por não estar em um bom dia escolar. Quanto à última questão, sobre a vontade de conversar com o tutor ou o professor da Eletiva, 46,3% dos alunos disseram não ter vontade de conversar com seu tutor, 25% dos alunos provavelmente não conversam porque tem vergonha, 20% disseram que gostariam de conversar e apenas 8,8% disseram que conversam com seus tutores (figura 4).

Figura 4 – Gráfico sobre a questão “você sente vontade de conversar com seu tutor ou o/a professor/a da sua eletiva sobre como se sente?”



Fonte: Organizado pelos autores (2021).

A equipe de pesquisa que atuou na eletiva Nós Propomos, ao analisar os gráficos, buscou elaborar planos para resgatar esses alunos que estavam aparentemente adoecidos psicologicamente. Mesmo que estes planos não pudessem ser implantados de imediato, foi feita, à gestão escolar, a sugestão de que seja disponibilizado, para os alunos, acompanhamento psicológico na própria escola.

Considerações finais

Pensar em uma educação libertária e libertadora em todas as vertentes possíveis, requer um espaço educacional que abrace alunos autônomos e emancipados, conforme está explicitado nos princípios que regem as escolas de tempo integral, como é o caso do CEPI Gomes de Souza Ramos.

Considerando que Geografia é a ciência que inicialmente referencia o indivíduo e seu local no mundo, preza, principalmente, pelo seu reconhecimento enquanto indivíduo e sujeito ativo na sociedade; caberia a esta disciplina um papel relevante. Reclus e Kropotkin (2011), por exemplo, destacam o papel social da Geografia, que segundo os mesmos “deve ensinar-nos, desde nossa mais tenra infância, que todos somos irmãos, seja qual for nossa nacionalidade” (RECLUS; KROPOTKIN, 2011 p. 37). Também a educação precisa

ter um propósito muito maior do que meramente ensinar conteúdos, como se os alunos fossem bancos nos quais se deposita informação – a educação bancária conforme o pensamento freiriano. É necessário atribuir sentidos e significados ao que é proposto para os estudantes.

Ou seja, em tese, as concepções libertária e libertadora fariam com que a escola, o conhecimento e as próprias aulas pudessem ser compreendidos de forma menos autoritária e mais humanizada. O aluno deixaria de ser um banco de dados e a escola uma mercadoria; além de se estabelecer forte vínculo aluno-professor, pois ambos estariam em condições de aprender e ensinar. Cada um teria seu papel, o professor seria o responsável pelo conhecimento teórico e ao aluno, caberia trazer para o ambiente escolar a realidade do cotidiano, fazendo com que, dessa forma, o ensino e a aprendizagem fossem mútuos e não seletivos. Como resultado ocorreria a inclusão, a racionalização e a formação do cidadão social – aquele que está apto para viver e relacionar-se socialmente, independente do meio ou de suas funções técnicas – e não apenas do cidadão operacional – cujo nome remete a operações, aquele que opera, palavra esta que no latim significa obra e remete ao trabalho.

O propósito principal do Nós Propomos – a formação de estudantes autônomos – foi atingido, uma vez que os alunos tiveram a oportunidade de estudarem e pesquisarem o que de fato tinham interesse. Assim, o desenvolvimento deste projeto contribuiu para despertar os alunos para os acontecimentos que estão diretamente presentes em seu cotidiano e como eles poderiam encontrar alternativas para amenizar os impactos de tais problemas na sociedade.

Os alunos envolvidos no projeto se mostraram altruístas, propondo a cada dia novas ideias, soluções diferentes, pensando no bem estar comum. Tais pensamentos não ficaram restritos apenas aos participantes do projeto, eles se expandiram e foram levados pelos alunos para as demais aulas, beneficiando-os no estudo de outras

disciplinas, pois eles se tornaram questionadores, sedentos pela busca de novas informações.

No contexto geral, o Nós Propomos trouxe ricas contribuições tanto para os estudantes, que deixaram de serem apenas ouvintes, transformando-os em oradores e desenvolvedores do seu próprio conhecimento; quanto para a escola, pois salientou o Protagonismo Juvenil, um dos pilares defendidos pelos CEPI. Desse modo, a sugestão é que esse projeto seja expandido para todas as escolas da rede Estadual.

No contexto do conhecimento geográfico, o Projeto Nós Propomos corrobora com a conscientização de sujeitos ativos que, mesmo com as limitações das geociências, se descobrem capazes de modificar o espaço, partindo de pequenas atitudes ao seu redor, de maneira autônoma e independente, reconhecendo o valor das interações humanas e o significado prático da relação homem-sociedade-natureza.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Direitos humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GUIMARÃES, Mauro. *A dimensão ambiental na educação*. Campinas-SP: Papirus, 2005.

RECLUS, Elisée; KROPOTKIN, Piotr. *Escritos sobre educação e geografia*. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2011.

SEDUC/GO. *Como funciona a escola de tempo integral da rede estadual de Goiás?*202[-]. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/pedagogico/escolas-em-tempo-integral.html>. Acesso em: 19 fev. 2022.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

ALEXSANDER BATISTA E SILVA

Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente do curso de Geografia – Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Câmpus Cora Coralina.

E-mail: alexasander-lexgeo10@gmail.com

CAMILA ALVES DUARTE

Discente do curso de Geografia – Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente da Escola Municipal Cleonice Monteiro Wolney, em Goiânia.

E-mail: camila_alvesduarte@hotmail.com

CLAUDIA DO CARMO ROSA

Doutora e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás. Docente da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária Inhumas.

E-mail: claudia.rosa@ueg.br

CLEITON APARECIDO DINIZ

Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Atualmente é professor da Rede Estadual de Educação do Estado de Goiás. E-mail: cleitondiniz208@gmail.com

DOMITILA THEIL RADTKE

Doutoranda da Universidade Federal de Goiás (UFG), possui licenciatura e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: domitilatr@gmail.com

EURIZE CALDAS PESSANHA

Pós-doutora pela University of Wisconsin/Madison e pela Texas A&M University. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Licenciada em Letras e Pedagogia pela Faculdade de Filosofia de Campos. Professora titular aposentada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e professora sênior da Universidade Federal da Grande Dourados. Bolsista de Produtividade do CNPq- nível 1. E-mail: eurizep@uol.com.br

EVA VIEIRA DOS SANTOS CARDOSO

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Docente em Geografia da Secretaria Estadual de Educação de Goiás – SEDUC-GO, com atuação no Colégio Estadual Mané Ventura, em Aparecida de Goiânia. E-mail: evinhaejoarez79@hotmail.com

ÍCARO FELIPE SOARES RODRIGUES

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professor da Secretaria Municipal de Educação do município de Senador Canedo (GO). E-mail: icarofelipe@hotmail.com

IRINEIA ALVES RODRIGUES

Discente do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Inhumas.

E-mail: irineia@aluno.ueg.br

ISABELLA LUIZA FERNANDES

Discente do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Anápolis – Ciências Socioeconômicas e Humanas – Nelson de Abreu Júnior.

E-mail: isabelladelf@hotmail.com

KARLA ANNYELLY TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Doutora, mestre e graduada em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professora do curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás.

E-mail: karlaoliveira_ufg@ufg.br

LANA DE SOUZA CAVALCANTI

Pós-doutora pela Universidade Complutense de Madrid/Espanha. Doutora em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Graduada em Geografia e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Goiás.

E-mail: lana@ufg.br

LEOVAN ALVES DOS SANTOS

Graduado, mestre e doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Professor de Geografia da Rede Estadual de Educação de Goiás e da Rede Municipal de Educação de Goiânia.

E-mail: leovanalves@yahoo.com.br

LOÇANDRA BORGES DE MORAES

Doutora em Ciências (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo, mestre e graduada em Geografia pela Universidade Federal

de Goiás. Professora da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Anápolis – Ciências Socioeconômicas e Humanas – Nelson de Abreu Júnior.

E-mail: locandra.moraes@ueg.br

LORENA FRANCISCO DE SOUZA

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), possui licenciatura e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professora na Unidade Universitária de Itapuranga– Campus Cora Coralina da Universidade Estadual de Goiás.

E-mail: lorena.souza@ueg.br

LUZIA CRISTINA VIEIRA

Discente do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Inhumas.

E-mail: luziacristinavieira@aluno.ueg.br

MAGNO EMERSON BARBOSA DA SILVA

Doutor, mestre e graduado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Professor de Geografia da Rede Municipal de Educação de Goiânia.

E-mail: magnobarbosa1@gmail.com

MARIA EDUARDA ANDRADE DE FARIA

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Mestranda em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

E-mail: mariaed.a.faria@gmail.com.

MARQUIANA DE FREITAS VILAS BOAS GOMES

Pós-doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP Graduada em Geografia pela Universidade Estadual

de Londrina. Professora na graduação e pós-graduação em Geografia na Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO.

E-mail: marquiana@unicentro.br

MICHEL REZENDE DA SILVEIRA

Doutor em Geografia na Universidade de Brasília (IH/GEA). Graduado e Mestre em Geografia na Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Professor no IF Goiano – Campus Iporá.

E-mail: michel.silveira@ifgoiano.edu.br

MIRIANETE EIRE DOS SANTOS

Discente de uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Escola Municipal Jardim América.

E-mail: mirianeteire@hotmail.com

MÔNICA LILIANE DOS SANTOS

Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás. Professora de Geografia no Colégio Estadual Rui Barbosa, Inhumas-GO.

E-mail: moniklili2010@hotmail.com

ONOFRE PEREIRA AURÉLIO NETO

Doutor, mestre e graduado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Graduado em Marketing pela Uni-Anhanguera. Atua como professor da Rede Municipal de Educação de Goiânia.

E-mail: aurelioneto7@hotmail.com

PRISCYLLA KAROLINE DE MENEZES

Doutora, mestre e graduada em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É professora do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É também professora no Programa de Pós Graduação em Geografia PPGeo-UFPE.

E-mail: priscylla.menezes@hotmail.com

RAFAELA DE PAULA OLIVEIRA

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Anápolis. Professora da Rede Estadual de Educação de Goiás, atuando no Centro de Ensino em Período Integral Gomes de Souza Ramos.
E-mail: rafaeadepaula.geo@gmail.com

RODOLFO FERREIRA ALVES PENA

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná na linha “Território, Cultura e Representação”. Docente do quadro efetivo da SME Goiânia.
E-mail:pena.geografia@gmail.com

SERGIO CLAUDINO LOUREIRO NUNES

Licenciado em Geografia e Mestre em Geografia e Planejamento Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de Lisboa. Atualmente é Professor Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.
E-mail: sergio@campus.ul.pt

VALDINEY VIEIRA DA SILVA

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Graduado em Geografia pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Atua como professor de Geografia na Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso.
E-mail: valdiney207@gmail.com

VANILTON CAMILO DE SOUZA

Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e Graduado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professor da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: souzavanilton@gmail.com

WAGNER HUMBERTO DE SOUZA

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Anápolis,
Professor da Rede Estadual de Educação de Goiás, atuando no Centro
de Ensino em Período Integral Gomes de Souza Ramos.

E-mail: wagner_humberto28@hotmail.com

SOBRE O LIVRO

Formato: 16X23 cm

Tipologia: Minion Pro

Número de Páginas: 255

Versão: E-book / Físico

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AOS AUTORES.



C&A ALFA COMUNICAÇÃO
Rua Coronel Anacleto, nº 1298 – Setor Pai Eterno
CEP 75.388-235 – Trindade/GO
editoraalfacomunicacao@gmail.com

**“ATUANDO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CONHECIMENTO
GEOGRÁFICO DOS ALUNOS PARA UMA PRÁTICA ESPACIAL CIDADÃ.”**



PREFEITURA DE GOIÂNIA | SEM
Secretaria Municipal de Educação



ISBN 978-65-89324-47-8